



Tributem os bilionários, não os trabalhadores!
Imposto sobre a riqueza agora!

A “SOBREVIVÊNCIA” DO MAIS RICO:

por que é preciso tributar os
super-ricos agora para combater
as desigualdades.

EMBARGADO ATÉ 00H01 DE SEGUNDA, 16 DE JANEIRO DE 2023



OXFAM

Índice

Agradecimentos	3
Prólogos	4
Sumário executivo	6
A “sobrevivência” do mais rico	6
Capítulo 1: Explosão de desigualdade – a “sobrevivência” do mais rico	14
1.1 Cresce a riqueza de poucos	14
1.2 A crise se intensifica para os mais pobres	18
Capítulo 2: Por que combater a desigualdade tributando os mais ricos	21
2.1 O declínio da tributação progressiva	21
2.2 Como os ricos evitam pagar impostos – em outras palavras, como ficar bilionário!	26
2.3 Por que aumentar os impostos dos ricos	28
2.4 Apoio crescente à tributação dos setores abastados	31
Capítulo 3: Como os países podem fazer os mais ricos pagarem mais impostos	33
3.1 Quanto imposto as pessoas mais ricas deveriam pagar?	33
3.2 Como tributar os ricos	34
Capítulo 4: Conclusão e recomendações	44
Notas	46

Agradecimentos

© Oxfam International Janeiro de 2023

Principais autores: Martin-Brehm Christensen, Christian Hallum, Alex Maitland, Quentin Parrinello e Chiara Putaturo.

Co-autores: Dana Abed, Carlos Brown, Anthony Kamande, Max Lawson e Susana Ruiz. Gerente de Comissionamento: Chiara Putaturo.

A Oxfam reconhece as contribuições de: Nabil Abdo, Nabil Ahmed, Alejandra Alayza Moncloa, Miguel Alba Ruiz-Morales, Pankaj Anand, Ernesto Archila, Esmé Berkhout, Helen Bunting, Anna Byhovskaya, Karla Castillo, Katy Chakraborty, Roland Chauville, Jacques-Chai Chomthongdi, Chloe Christman, Marc Cohen, Hernan Cortes, Lies Craeynest, Grazielle Custódio, Nadia Daar, Julien Desiderio, Nayeem Emran, Catherine Eyzaguirre Morales, Gustavo Ferroni, Anouk Franck, Jonas Gielfeldt, Edward Gillespie, Rod Goodbun, Lea Guerin, Irene Guijt, Matt Hamilton, Victoria Harnett, Ana Heatley Tejada, Franziska Humbert, Ruud Huurman, Didier Jacobs, Tobias Kjær, Iñigo Macías Aymar, Anna Marriott, Mikhail Maslennikov, Kevin May, Carlos Mejia, Ruth Mhlanga, Daniel Mulé, Jefferson Nascimento, Ioan Nemes, Fati Nzi-Hassane, Francis Odokorach Shanty, Joseph Olwenyi, Léa Pelletier-Marcotte, Marta Pieri, Pravas Ranjan Mishra, Jennifer Reid, Helen Ripmeester, Hanna Saarinen, Manuel Schmitt, Emma Seery, Robert Silverman, Danielle Smith, Peter Struijf, Irit Tamir, Annie Theriault, Ian Thomson, Sarah Vaes, Pubudini Wickramaratne e Deepak Xavier.

Diagramação: Nigel Willmott. | Versão brasileira: Brief Comunicação.

A Oxfam agradece a uma série de especialistas que generosamente deram sua assistência: Mercedes D'Alessandro, Danny Dorling, Jayati Ghosh, Deborah Hardoon, Fatimah Kelleher, Chenai Mukumba, Anthony Shorrocks, Nishant Yonzan e Gabriel Zucman.

Este documento foi concebido para informar o debate público sobre questões de relacionadas a políticas de desenvolvimento e humanitárias.

Para obter mais informações sobre as questões levantadas neste documento, envie um e-mail para advocacy@oxfaminternational.org.

Esta publicação é protegida por direitos autorais, mas o texto pode ser usado gratuitamente para fins de advocacia, campanha, educação e pesquisa, desde que a fonte seja reconhecida na íntegra. O titular dos direitos de autor solicita que todas essas utilizações sejam registradas com eles para efeitos de avaliação de impacto. Para cópia em quaisquer outras circunstâncias, ou para reutilização em outras publicações, ou para tradução ou adaptação, a permissão deve ser garantida e uma taxa pode ser cobrada. E-mail policyandpractice@oxfam.org.uk.

As informações contidas nesta publicação estão corretas no momento da impressão. Publicado pela Oxfam

GB para a Oxfam International em janeiro de 2023. DOI: 10.21201/2023.621477 Oxfam GB, Oxfam House, John Smith Drive, Cowley, Oxford, OX4 2JY, Reino Unido.

Crédito da foto de capa: Movimento dos Povos Asiáticos sobre Dívida e Desenvolvimento.

Prólogos



Chenai C. Mukumba é Diretora-Executiva da Tax Justice Network Africa e Vice-Presidente da ATAF Women In Tax Network (AWITN).

Não poderia haver momento mais importante para o lançamento deste relatório. A desigualdade é uma das questões mais relevantes da atualidade e, se não for reduzida, tem potencial para exacerbar muitas das nossas atuais divisões sociais. Seu enfrentamento, portanto, deve ter lugar de destaque em nossas agendas de políticas, e este relatório apresenta uma maneira importante, mas não explorada o suficiente, de fazer exatamente isso: tributar os ricos.

Cobrando impostos dos ricos, a tributação pode cumprir um papel redistributivo ao restringir o crescimento das desigualdades em termos de renda e patrimônio. O relatório oferece uma solução concreta para o problema da desigualdade, que as ONGs têm exposto em tantas conversas. Dito isso, os países enfrentam desafios importantes para tributar a riqueza, e há uma necessidade de propostas concretas sobre como fazer isso, principalmente no caso dos países em desenvolvimento.

As autoridades tributárias enfrentam limitações muito concretas na arrecadação. Sendo assim, é fundamental discutirmos a importância de implementar políticas para tributar os ricos, enquanto conversamos sobre as ferramentas necessárias para fazê-lo de forma eficaz. É por isso que são tão vitais as recomendações do relatório sobre o fortalecimento da capacidade das autoridades tributárias e o aumento da transparência para permitir que rastreiem a riqueza escondida em paraísos fiscais, principalmente no caso dos países em desenvolvimento.

Como em todas as conversas relacionadas a políticas, a chave para encontrar essas soluções e aproveitá-las está na vontade política. Minha esperança é de que este relatório ajude os governos a perceber que é preciso tomar as devidas medidas para tornar seus sistemas tributários mais equitativos e garantir, como dizemos nos círculos da sociedade civil, que quem “ganha mais pague mais”.



José Antonio Ocampo
Ministro da Fazenda e Crédito Público, Colômbia

Tributar os mais ricos não é mais uma opção – é uma obrigação. A desigualdade global explodiu e não há melhor maneira de lidar com a desigualdade do que redistribuir a riqueza. Como mostra o relatório da Oxfam, o 1% mais rico embolsou quase dois terços de toda a nova riqueza nos últimos dois anos, quase o dobro do dinheiro dos 99% mais pobres da população mundial.

A justiça está no centro das reformas tributárias da Colômbia. Concretamente, isso significa um novo imposto sobre a riqueza, impostos mais altos para os ricos e grandes corporações, que obtêm lucros extraordinários nos mercados internacionais, além do fim de incentivos fiscais que existem sem justificativa social ou ambiental clara. Também estamos implementando impostos sobre serviços digitais e adotando uma alíquota mínima para empresas, com base no acordo tributário internacional.

Ao abolir privilégios fiscais e brechas que há décadas beneficiam apenas os mais ricos, haverá mais dinheiro para investir em serviços públicos gratuitos e de qualidade, como educação e saúde. Investir na agricultura. No clima e na natureza. E na paz. Isso não é algo simbólico; não se trata apenas de aumentar os impostos dos ricos para sustentar os pobres. É uma mudança histórica. Que já deveria ter sido feita há muito tempo. A Colômbia é um dos países mais desiguais no mundo. Não é surpresa que a desigualdade tenha sido um catalisador para os protestos em todo o país em 2021. Os colombianos comuns estavam fartos e exigiram mudanças.

Nós ouvimos. Ouvimos milhões de colombianos trabalhando duro todos os dias para alimentar suas famílias. Para mulheres, jovens e aqueles que foram deslocados internamente. Aos pequenos negócios que são a espinha dorsal da nossa economia. Não pode haver futuro sustentável para todos nós sem tributação justa. E enquanto a maior parte do mundo está recuando em abandonar os combustíveis fósseis, nosso compromisso com a transição energética da Colômbia permanece firme.

Faremos nossa parte em casa e trabalharemos com nossos vizinhos latino-americanos para acabar com o nivelamento por baixo na região. Precisamos de cooperação fiscal, não de competição fiscal. O mesmo vale para acordos tributários internacionais, que devem beneficiar todos os países, não apenas os mais ricos.

Como humanidade, estamos enfrentando crises sem precedentes. Gostaria de encorajar os líderes de todas as nações a garantir que os mais ricos da sociedade paguem sua parcela justa de impostos, para que possamos enfrentar essas crises, superá-las e construir um futuro melhor para todos.

Sumário executivo

Elon Musk, um dos homens mais ricos do mundo, tem uma fortuna de quase 200 bilhões de dólares e paga impostos de pouco mais de 3%.¹

Aber Christine, comerciante de Kampala, que vende arroz, farinha e soja, lucra 80 dólares por mês e paga 40% em impostos.²

A “sobrevivência” do mais rico

Estamos passando por um momento sem precedentes, de múltiplas crises. Dezenas de milhões de pessoas a mais estão enfrentando a fome. Outras centenas de milhões enfrentam aumentos inviáveis no custo de produtos básicos ou no aquecimento de suas casas. O colapso climático está incapacitando as economias, e vemos secas, ciclones e inundações obrigando as pessoas a abandonarem seus lares. Milhões ainda sofrem com o impacto continuado da Covid-19, que já matou mais de 20 milhões de pessoas.³ A pobreza aumentou pela primeira vez em 25 anos.⁴ Ao mesmo tempo, todas essas múltiplas crises têm ganhadores. Os muito ricos ficaram imensamente mais ricos, e os lucros das grandes empresas bateram recordes, gerando uma explosão de desigualdade.

- Desde 2020, o 1% mais rico amealhou quase dois terços de toda a nova riqueza – seis vezes mais do que os 7 bilhões de pessoas que compõem os 90% mais pobres da humanidade.⁵
- As fortunas bilionárias estão aumentando em 2,7 bilhões de dólares por dia, mesmo com a inflação superando os salários de, pelo menos, 1,7 bilhão de trabalhadores – mais do que a população da Índia.⁶
- As empresas de alimentos e energia mais do que dobraram seus lucros em 2022, pagando 257 bilhões de dólares a acionistas ricos,⁷ enquanto mais de 800 milhões de pessoas foram dormir com fome.⁸
- Apenas 4 centavos de cada dólar de receita tributária vêm de impostos sobre o patrimônio,⁹ e metade dos bilionários do mundo vive em países sem imposto sobre herança, aplicado ao dinheiro que dão aos filhos.¹⁰
- Um imposto de até 5% sobre os super-ricos do mundo poderia arrecadar 1,7 trilhão de dólares por ano, o suficiente para tirar 2 bilhões de pessoas da pobreza e financiar um plano global para acabar com a fome.¹¹

Este relatório trata da tributação dos ricos como algo vital para enfrentar essa “multicrise”¹² sem precedentes e a desigualdade que aumenta a uma velocidade vertiginosa. Ele mostra como essa tributação pode nos colocar claramente no caminho de um mundo mais igualitário, sustentável e livre de pobreza.

O documento mostra que a tributação dos mais ricos já foi muito maior na história recente e a ideia de tributá-los e fazer com que os bilionários paguem sua fatia justa encontra muito eco atualmente. Além disso, aponta que a tributação dos ricos recupera o poder das elites e reduz não apenas a desigualdade econômica, mas também as desigualdades raciais, de gênero e coloniais. O relatório descreve a quantidade de impostos que os mais ricos deveriam pagar e as maneiras práticas e já testadas para que os governos consigam aumentar esses impostos.

Uma era de crise que está causando enorme sofrimento a grande parte da humanidade

Enquanto bilionários, líderes governamentais e executivos de grandes empresas chegam em jatos para se encontrar no topo de sua montanha, em Davos, na Suíça, o mundo enfrenta um conjunto dramático, perigoso e destrutivo de crises simultâneas que estão tendo um impacto terrível sobre a maioria das pessoas – algo que a Oxfam vê em seu trabalho em todo o mundo.

Em 2022, o Banco Mundial anunciou que não atingiremos a meta de acabar com a pobreza extrema até 2030 e que “o avanço global na redução da pobreza extrema foi interrompido”, em meio ao que disse ser provavelmente o maior aumento na desigualdade e o maior revés no enfrentamento da pobreza global desde a Segunda Guerra Mundial.¹³ O FMI prevê que um terço da economia do mundo estará em recessão em 2023.¹⁴ Pela primeira vez, o PNUD constatou que o desenvolvimento humano está caindo em nove de cada 10 países.¹⁵

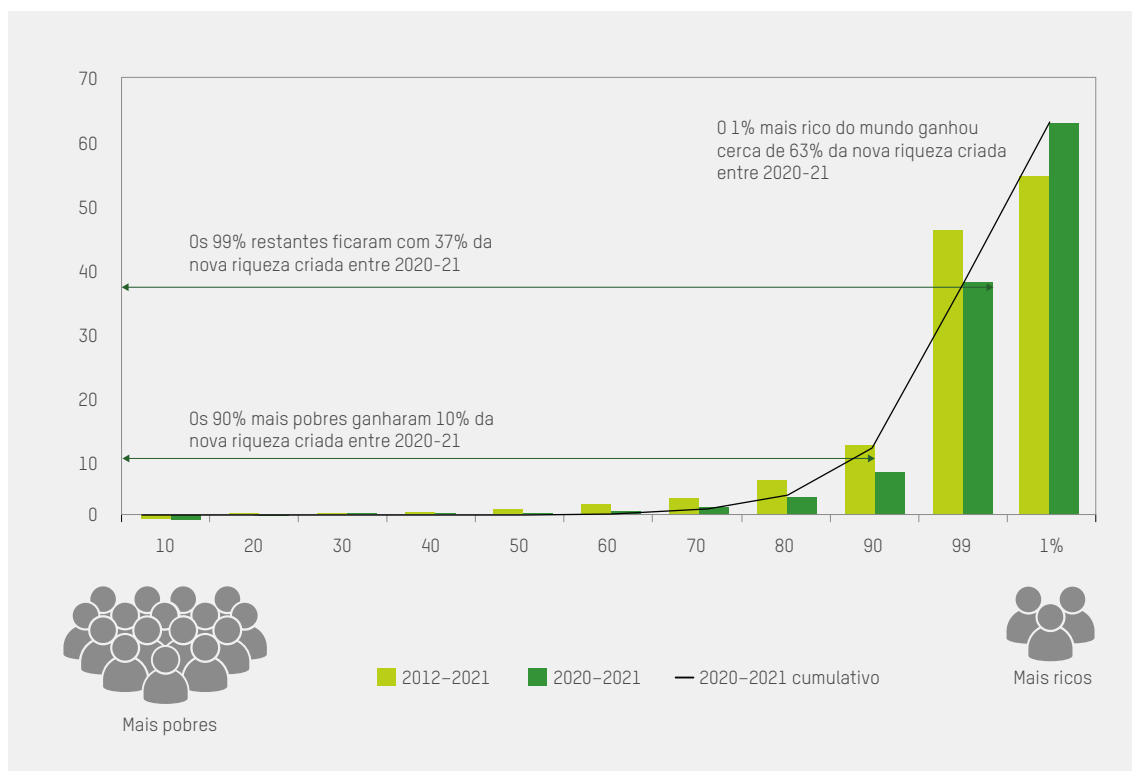
A análise da Oxfam mostra que pelo menos 1,7 bilhão de trabalhadores em todo o mundo terão visto a inflação ultrapassar seus salários em 2022,¹⁶ uma redução real em sua capacidade de comprar alimentos ou manter a luz acesa.

Países inteiros estão à beira da falência, com as dívidas saindo do controle. Os mais pobres estão gastando quatro vezes mais no pagamento de dívidas – muitas vezes, a credores predatórios, ricos e privados – do que em saúde.¹⁷ Muitos também estão planejando cortes brutais de gastos. A Oxfam calculou que três quartos dos governos planejam reduzir gastos nos próximos cinco anos, totalizando trilhões de dólares em cortes.¹⁸

Uma era que está criando enormes fortunas para muito poucos

Enquanto isso, a acumulação de patrimônio pelos que estão no topo, já em níveis nunca vistos, acelerou. A multicrise global gerou uma enorme riqueza nova para uma pequena elite. Nos últimos 10 anos, o 1% mais rico da humanidade se apropriou de mais da metade de toda a nova riqueza global.¹⁹ De acordo com uma análise da Oxfam sobre dados do Credit Suisse, essa apropriação por parte dos super-ricos acelerou desde 2020, e o 1% mais rico ficou com quase dois terços de toda a nova riqueza. Isso representa seis vezes mais do que o que ficou com os 90% mais pobres da humanidade.²⁰ Desde 2020, para cada dólar de nova riqueza global ganha por alguém situado nos 90% mais pobres, um dos bilionários do mundo ganhou 1,7 milhão.²¹

FIGURA 1: A ACELERAÇÃO DA RIQUEZA INDICANDO QUE VAI PARA O 1% MAIS RICO DESDE 2020



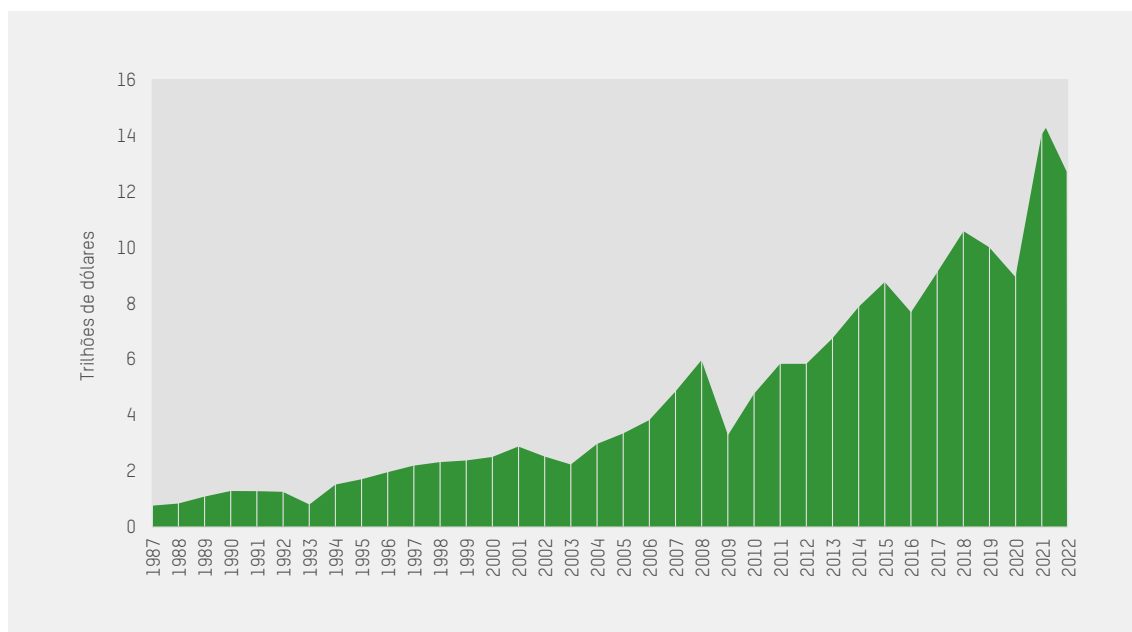
Fonte: Cálculo da Oxfam com base em Credit Suisse Global Wealth Report.²²

Os bilionários tiveram ganhos enormes durante a pandemia. Uma enxurrada de dinheiro público injetado na economia pelos países ricos, que foi necessário para sustentar suas populações, também elevou os preços dos ativos e a riqueza dos de cima. Isso fez com que, na ausência de tributação progressiva, os super-ricos embolsassem fortunas nunca vistas.

Embora tenham diminuído ligeiramente em relação a seu pico de 2021, as fortunas dos bilionários continuam trilhões de dólares mais altas do que antes da pandemia.²³ Esse filão para os super-ricos, impulsionado pela crise, veio se somar a vários anos de crescimento acelerado das fortunas para quem já tem mais e desigualdade cada vez maior em termos de riqueza.

A atual crise do custo de vida, com preços de alimentos e energia aumentando vertiginosamente, também está gerando ganhos imensos para muitas pessoas das classes mais altas. As grandes companhias desses dois setores estão registrando lucros recordes e fazendo pagamentos recordes a seus acionistas ricos e seus proprietários bilionários. A especulação das empresas com os preços está gerando pelo menos 50% da inflação nos Estados Unidos e na Europa, em uma crise que é tanto de “custo do lucro” quanto de custo de vida.²⁴

FIGURA 2: AUMENTO (REAL) DA RIQUEZA DOS BILIONÁRIOS, 1987-2022, EM TRILHÕES DE DÓLARES



Fonte: Lista de Bilionários do Mundo, da revista Forbes.²⁵

Todo bilionário representa um fracasso das políticas

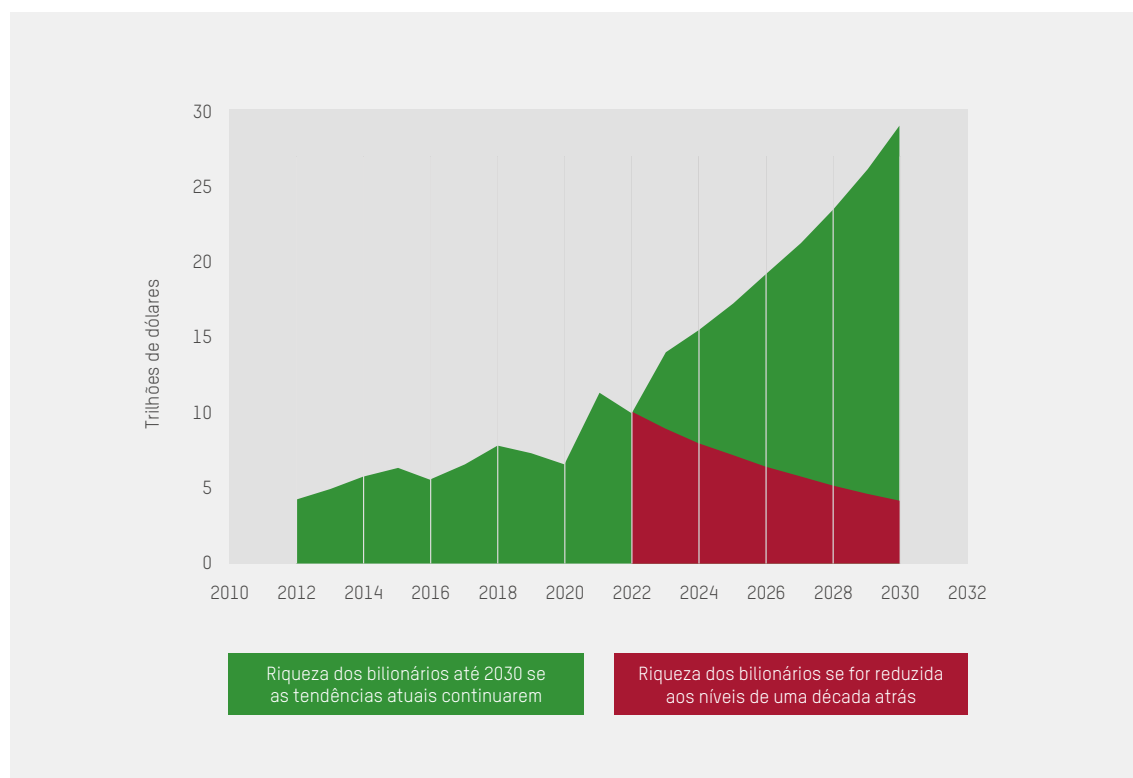
Concentrações extremas de riqueza prejudicam o crescimento econômico, corrompem a política e a mídia, corroem a democracia e impulsionam a polarização política. Uma nova pesquisa da Oxfam também mostra que os mais ricos são responsáveis por grandes contribuições para o colapso climático, pois um bilionário emite um milhão de vezes mais carbono do que uma pessoa média²⁶ e tem duas vezes mais probabilidades do que o investidor médio de investir em indústrias poluidoras, como as de combustíveis fósseis.²⁷

A própria existência de uma explosão de bilionários e lucros recordes, enquanto a maioria das pessoas enfrenta austeridade, aumento da pobreza e uma crise de custo de vida, é evidência de um sistema econômico que não consegue atender às necessidades da humanidade. Por um tempo demasiado longo, governos, instituições financeiras internacionais e elites enganaram o mundo com uma história fictícia sobre economia do gotejamento, na qual impostos baixos e altos ganhos para alguns acabariam beneficiando a todos nós, que não tem qualquer base na verdade.

É uma história e um sistema econômico que nos deixaram sem ferramentas ou mesmo imaginação para enfrentar essa nova era de crise. É um sistema amplamente desacreditado, mas que continua monopolizando as mentes dos nossos líderes e funcionando muito bem para um pequeno grupo de pessoas situadas no topo – predominantemente homens brancos, ricos, que vivem no norte global.²⁸

Para romper o ciclo desacreditado do acúmulo interminável de riqueza bilionária, os governos precisam enfrentar todos os muitos aspectos em que a economia é manipulada em favor dessas pessoas, inclusive leis trabalhistas, privatização do patrimônio público, remuneração de executivos e muito mais. Embora tudo isso seja necessário, a Oxfam está usando este relatório para esclarecer uma das soluções fundamentais, que acredita ter um imenso potencial: tributar os ricos. A Organização entende que, como ponto de partida, o mundo deveria visar reduzir pela metade a riqueza e o número dos bilionários até 2030, tanto aumentando os impostos sobre o 1% mais rico quanto adotando outras políticas para acabar com os bilionários. Isso traria essa riqueza e esse número de volta ao patamar onde estavam apenas 10 anos atrás, em 2013. O objetivo final deve ir além e abolir completamente os bilionários, como parte de uma distribuição mais justa e racional da riqueza do mundo.

FIGURA 3: O OUTRO LADO DA MONTANHA – DOIS CENÁRIOS PARA A RIQUEZA DOS BILIONÁRIOS ATÉ 2030

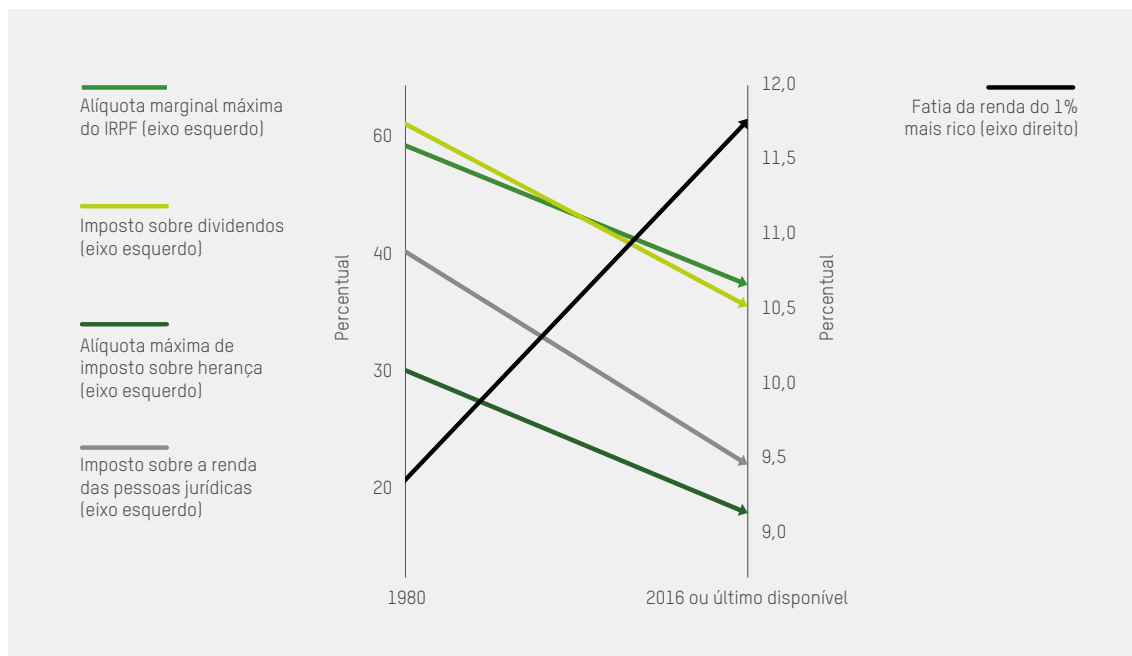


A Figura 3 ilustra dois cenários: no primeiro, a riqueza dos bilionários continua crescendo no mesmo ritmo da última década. No segundo, usam-se impostos e outras medidas para reduzi-la ao patamar de 10 anos atrás. Fonte: cálculos da Oxfam com base na análise da Lista de Bilionários do Mundo, da revista Forbes.²⁹

Os impostos cumprirão um papel crucial na concretização dessa visão, mas isso só acontecerá se rompermos drasticamente com décadas de cortes de impostos para ricos e grandes empresas.

O aumento espetacular da riqueza e da renda nas camadas mais abastadas coincidiu com uma queda nos impostos sobre o 1% mais rico.

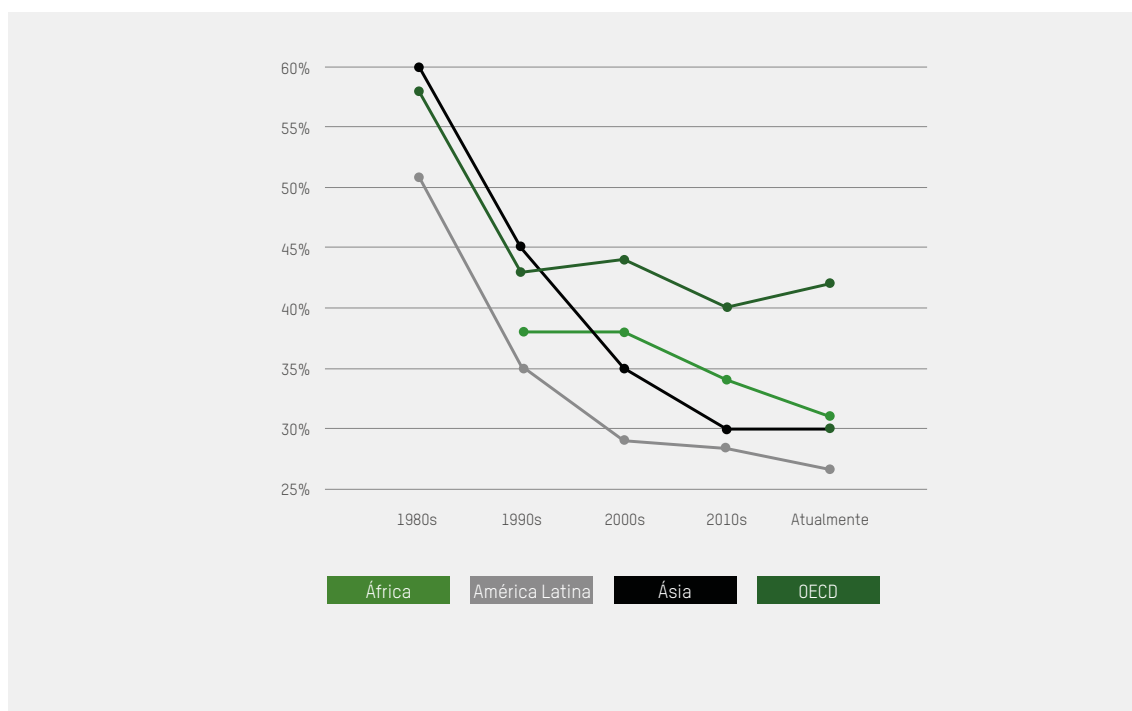
FIGURA 4: NOS PAÍSES RICOS, A QUEDA NAS ALÍQUOTAS DE IMPOSTOS PARA OS RICOS COINCIDIU COM O AUMENTO DA PARCELA DA RENDA QUE VAI PARA O 1% MAIS ABASTADO



Fonte: Cálculos da Oxfam com base em dados de World Inequality Lab, FMI, OCDE e Scheve e Stasavage (2016).³⁰

Embora existam diferenças entre os países, a tendência geral a haver impostos mais baixos para os ricos tem sido muito semelhante em todas as regiões do mundo.

FIGURA 5: PRINCIPAIS ALÍQUOTAS DE IMPOSTO SOBRE A RENDA DAS PESSOAS FÍSICAS QUE INCIDEM SOBRE OS RICOS



Fonte: Cálculos da Oxfam com base em dados de OCDE.Stat, UNESCAP e ODI.³¹

- Para cada dólar arrecadado em impostos, apenas quatro centavos vêm de tributação sobre o patrimônio,³² que é menos tributado em países de renda baixa e média, onde a desigualdade é maior.³³
- Dois terços dos países não têm qualquer forma de imposto sobre herança, que incide sobre patrimônio e bens transferidos para descendentes diretos.³⁴ Metade dos bilionários do mundo vive atualmente em países sem esse tipo de tributo, o que significa que 5 trilhões de dólares serão repassados para a próxima geração sem que sejam pagos impostos – uma soma maior que o PIB da África.³⁵ Diante dos nossos olhos, está sendo criada uma aristocracia nova, poderosa e que não precisa prestar contas.
- As alíquotas máximas de imposto de renda se tornaram menores e menos progressivas, com a média para os mais ricos nos países da OCDE caindo de 58% em 1980 para 42% mais recentemente. Em 100 países, a alíquota média é ainda menor, de 31%.³⁶
- Em mais de 100 países, as alíquotas de impostos sobre ganhos de capital – a fonte de renda mais importante do 1% mais rico na maioria deles – são de apenas 18%, em média. Apenas três países tributam mais os rendimentos de capital do que a renda oriunda do trabalho.³⁷

Os resultados têm sido surpreendentes. Observando de perto a faixa mais abastada da sociedade, vemos que muitos dos homens mais ricos do planeta atualmente conseguem não pagar quase nada de imposto. Por exemplo, foi demonstrado que um dos mais ricos da história, Elon Musk, paga uma “alíquota real” de 3,2%,³⁸ enquanto outro dos maiores bilionários, Jeff Bezos, paga menos de 1%.³⁹ Em comparação, uma das comerciantes com quem a Oxfam trabalha em Uganda, Aber Christine, paga 40% de impostos sobre seus lucros.⁴⁰

Quadro 1: Não precisa ser assim – quando a alíquota máxima do imposto nos Estados Unidos era de 90%

Os impostos sobre os mais ricos já foram muito maiores. Nos Estados Unidos, entre 1951 e 1963, a alíquota marginal máxima do imposto de renda federal era de 91%, as alíquotas máximas do imposto sobre herança eram de 77% até 1975, e a alíquota média do imposto sobre a renda das pessoas físicas ficava um pouco acima de 50% durante as décadas de 50 e 60.⁴¹ Outras nações ricas tinham níveis semelhantes de tributação. Esses impostos elevados tinham apoio em todo o espectro político e existiram duramente algumas das melhores décadas já vistas em termos de desenvolvimento econômico.

Uma das ferramentas mais estratégicas para lutar contra a desigualdade e combater a multicrise: tributar os ricos

Maior tributação de pessoas ricas e empresas é a porta de saída para a multicrise atual. Ela pode evitar a austeridade, servir para combater a inflação e os preços mais altos, e evitar a crueldade desnecessária da miséria e da fome em massa.

Impostos mais elevados são uma pré-condição para governos estratégicos bem-sucedidos, pois lhes dão os recursos para investir em saúde e educação universais, em sociedades mais felizes e saudáveis, em inovação, pesquisa e desenvolvimento, na transição para economias verdes e na contenção do colapso climático.

Juntamente com Institute for Policy Studies, Patriotic Millionaires e Fight Inequality Alliance, a Oxfam usou dados da Wealth-X e da Forbes para calcular que um imposto sobre a riqueza de 2% aplicado aos milionários do mundo, 3% àqueles com patrimônio acima de 50 milhões de dólares e 5% aos bilionários arrecadaria 1,7 trilhão de dólares anualmente e seria suficiente para tirar 2 bilhões de pessoas da pobreza. Além disso, poderia resolver o déficit de financiamento a ajuda humanitária emergencial da ONU e financiar um plano global para acabar com a fome. O imposto também poderia ajudar a financiar perdas e danos causados pelo colapso climático a países de renda baixa e média-baixa, bem como proporcionar acesso universal à saúde e à proteção social a todos os cidadãos desses países (3,6 bilhões de pessoas).⁴²

Tributar os super-ricos reduz diretamente o número e a riqueza dos mais ricos, criando sociedades mais igualitárias e impedindo o surgimento de elites poderosas, não sujeitas à prestação de contas e semiaristocráticas. Também reduz as desigualdades sociais corrosivas.

Momentos anteriores de crise global testemunharam aumento na tributação dos mais ricos, com base no espírito da solidariedade. Infelizmente, não foi assim durante o pico da pandemia, já que 95% dos países não aumentaram, ou até *reduziram*, os impostos sobre pessoas ricas e empresas.⁴³

A maré está virando...

A atual multicrise está finalmente abalando a velha forma de pensar. Cada vez mais, a ideia de tributar mais os ricos para sustentar as pessoas durante essas crises é defendida por setores políticos com diferentes visões consolidadas, inclusive instituições improváveis, como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Central Europeu (BCE). Em outubro de 2022, após o início de uma crise econômica e política, o recuo do governo do Reino Unido com relação a uma série de propostas de cortes de tributos para os ricos marcou uma verdadeira virada.⁴⁴

Estão surgindo rachaduras visíveis no consenso de décadas que impulsionou a agenda de redução de impostos para ricos e grandes empresas, mas o muro não cairá sem um empurrão deliberado por parte das pessoas comuns. A verdade é que esses cortes de impostos nunca foram impulsionados pela demanda popular, e pesquisas feitas em vários países mostraram que cidadãos de todo o espectro político há muito consideram a tributação dos ricos como algo necessário e lógico (veja o Quadro 2). Para que a mudança aconteça, precisamos reverter a apropriação política que impulsionou a agenda de impostos cada vez mais baixos para ricos e grandes empresas.

Quadro 2: Tributar os ricos – uma ideia de grande aceitação, mesmo entre gente rica

As pesquisas concluem repetidamente que a maioria das pessoas apoia tributar os ricos.⁴⁵ Nos Estados Unidos, estudos mostram que, na última década, pela primeira vez, a maioria começou a concordar com a ideia de que “o governo deveria redistribuir a riqueza por meio de pesados impostos sobre os ricos”.⁴⁶ Estima-se que 80% dos cidadãos indianos sejam a favor de aumentar os impostos sobre os ricos,⁴⁷ e 85% dos brasileiros concordam com impostos maiores sobre os super-ricos para financiar serviços essenciais.⁴⁸ Na África, 69% das pessoas entrevistadas em 34 países concordaram que “é justo tributar os ricos por alíquotas mais altas do que as pessoas comuns, para financiar programas governamentais que beneficiem os pobres”.⁴⁹

Até os super-ricos concordam. Em janeiro de 2022, mais de 100 milionários assinaram uma carta pedindo impostos mais altos.⁵⁰

Ao enfrentarmos essas novas crises, devemos aprender com as lições da Covid-19. Os governos em todo o mundo devem aumentar rapidamente a tributação dos mais ricos.

É hora de um novo consenso

Precisamos reimaginar, reinventar e redirecionar nossas economias para enfrentar essas crises, a fim de construir com urgência um mundo mais igualitário e salvar nosso planeta. Especificamente, precisamos reaprender as lições de nossa própria história, quando os ricos pagavam sua fatia justa de impostos e esses tributos ajudavam a financiar a ampliação de direitos como o acesso universal à saúde e à educação.

A desigualdade não é inevitável, e sim uma escolha política. Os governos podem tomar medidas claras, concretas e práticas para reduzir radicalmente a desigualdade e dotar a si mesmos da capacidade fiscal de proteger sua gente. Eles podem optar por ajudar essas pessoas de forma segura durante as crises em vez de lhes impor sofrimentos desnecessários por meio de políticas de austeridade.

Quanto imposto os mais ricos devem pagar?

A Oxfam está chamando todos os países a implementar uma combinação de impostos que garanta que o 1% mais rico pague pelo menos 60% sobre sua renda e que super-ricos paguem alíquotas ainda mais altas. Isso representaria 60% de sua renda total, decorrente tanto do trabalho quanto de investimentos de capital.

Para isso, seria necessário pelo menos dobrar a alíquota média atual, que é de apenas 31% sobre a renda pessoal dos mais ricos em 100 países, e quadruplicar a alíquota sobre ganhos de capital, de apenas 18%, em média, em 123 países.⁵¹ Alíquotas marginais de 60% ou mais sobre a renda pessoal dos ricos foram a norma durante grande parte do século XX.⁵² Os super-ricos – ou seja, aqueles com fortunas multimilionárias ou bilionárias – deveriam pagar 75% ou mais em impostos, com o objetivo de desestimular o pagamento de salários altíssimos a executivos.

Para cobrar impostos sobre a renda de forma abrangente, os governos devem garantir a tributação dos ganhos de capital pelo menos no mesmo patamar – de preferência acima – da renda do trabalho. Na maioria dos países, a renda do capital é a fonte mais importante para os ricos e, na maior parte das jurisdições, ela é tributada atualmente por alíquotas muito mais baixas do que a renda do trabalho.

Os governos devem implementar urgentemente impostos solidários de incidência única (*one-off taxes*) sobre os super-ricos para recuperar os ganhos que eles tiveram durante a pandemia, impulsionados por dinheiro público. Devem-se implementar impostos permanentes sobre o patrimônio, com alíquotas altas o suficiente para reduzir o número de super-ricos. A Oxfam calculou que, apenas para manter constante a riqueza dos bilionários nos últimos cinco anos, os governos precisariam ter tributado sua riqueza por uma alíquota de 12,8% a cada ano.⁵³ A redução do número de bilionários e super-ricos não deveria ser obtida somente por meio de impostos; outras medidas são necessárias para construir uma economia em que essas disparidades extremas de riqueza nem cheguem a acontecer. No entanto, os impostos sobre a riqueza podem e devem desempenhar um papel fundamental para acabar com essas diferenças.

A tributação da riqueza deve incluir o fortalecimento dos impostos sobre a propriedade e imobiliários. Todos os países também precisam de uma tributação elevada sobre a herança dos super-ricos para evitar a perpetuação da desigualdade por gerações e a criação de uma nova aristocracia. Para além desses impostos, os governos também devem explorar o uso de tributos sobre o patrimônio líquido.

É hora de tributar os ricos

Maior tributação para os ricos não é a única resposta à crise da desigualdade, mas é uma parte fundamental dela. É hora de os governos se livrarem de décadas de ideologia fracassada e influência das elites ricas, e fazerem a coisa certa: tributar os ricos.

Assim, as receitas arrecadadas com essa nova onda de impostos progressivos poderiam ser usadas para construir um futuro mais justo, igualitário e sustentável para todos nós.

Os governos devem usar as ferramentas fiscais que têm à disposição para reverter essa maré de desigualdade, seguindo os quatro passos a seguir, rumo a um mundo mais igualitário:

1. Criar impostos solidários, de incidência única, sobre o patrimônio, e impostos sobre lucros inesperados (*windfall tax*) das empresas, com base em uma alíquota de 50-90%, bem como impostos muito mais altos sobre pagamentos de dividendos para impedir especulação com as crises.
2. Aumentar permanentemente os impostos sobre o 1% mais rico a um mínimo de 60% de sua renda oriunda de trabalho e capital, com alíquotas mais altas para super-ricos.
3. Tributar a riqueza dos super-ricos por alíquotas altas o suficiente para reduzir sistematicamente a riqueza extrema e diminuir a concentração de poder e a desigualdade.
4. Usar as receitas geradas por esses impostos para aumentar os gastos do governo em setores que combatam a desigualdade, como saúde, educação e segurança alimentar, e financiar a transição justa a um mundo de baixo carbono.

Capítulo 1: Explosão de desigualdade – a “sobrevivência” do mais rico

Nas últimas décadas, a desigualdade econômica atingiu níveis extremos e perigosos, tornando-se uma ameaça à existência das sociedades, que prejudica a nossa capacidade de acabar com a pobreza, corrói a política e põe em perigo o futuro do planeta.

Crises sucessivas criaram uma divisão cada vez maior entre os que têm e os que não têm, expondo as consequências de desigualdades arraigadas. Mais recentemente, a pandemia de Covid-19 e o descontrole nos preços de alimentos e combustíveis geraram pobreza e uma crise de custo de vida para a grande maioria, enquanto impulsionavam o crescimento implacável da riqueza e da renda dos mais ricos.

Os governos têm responsabilidade por essa explosão de desigualdade. A maioria deles não conseguiu implementar políticas progressistas que prevenissem ou reduzissem a desigualdade, redistribuíssem dinheiro e poder, e rompessem o ciclo vicioso da apropriação da atividade política e da formulação das políticas pelos mais ricos. Trilhões de dólares foram injetados para sustentar as economias dos países ricos. Embora essa medida tenha evitado o desastre econômico e maiores prejuízos para as pessoas mais pobres, os que estão no topo se apropriaram amplamente dela.

Hoje em dia, todos os governos do mundo têm responsabilidade por implementar com urgência um amplo plano de ação para reduzir a desigualdade, que deve incluir medidas no sentido de aumentar os impostos pagos pelos mais ricos e reduzir em muito a sua capacidade de acumular níveis indevidos de riqueza e poder no futuro.

1.1 Cresce a riqueza de poucos

Dez anos atrás, no Fórum Econômico Mundial de Davos – uma reunião da elite rica do mundo – a Oxfam alertou pela primeira vez sobre os níveis extremos de desigualdade. Naquela época, a renda e a riqueza das pessoas mais abastadas disparavam à medida que elas se apropriavam do crescimento posterior à crise financeira,⁵⁴ em um contexto de austeridade e dificuldades econômicas para a maioria. Hoje, os mais ricos do mundo estão se beneficiando de uma pandemia global seguida por uma crise de custo de vida alimentada pela guerra.

- Nos últimos 10 anos, os bilionários dobraram sua riqueza, ganhando quase seis vezes mais do que o aumento do patrimônio dos 50% mais pobres.⁵⁵
- Para cada 100 dólares de riqueza gerados nos últimos 10 anos, 54,40 foram para o 1% mais rico e 0,70, para os 50% mais pobres.⁵⁶
- O 1% mais rico ganhou 74 vezes mais do que os 50% menos ricos na última década.⁵⁷

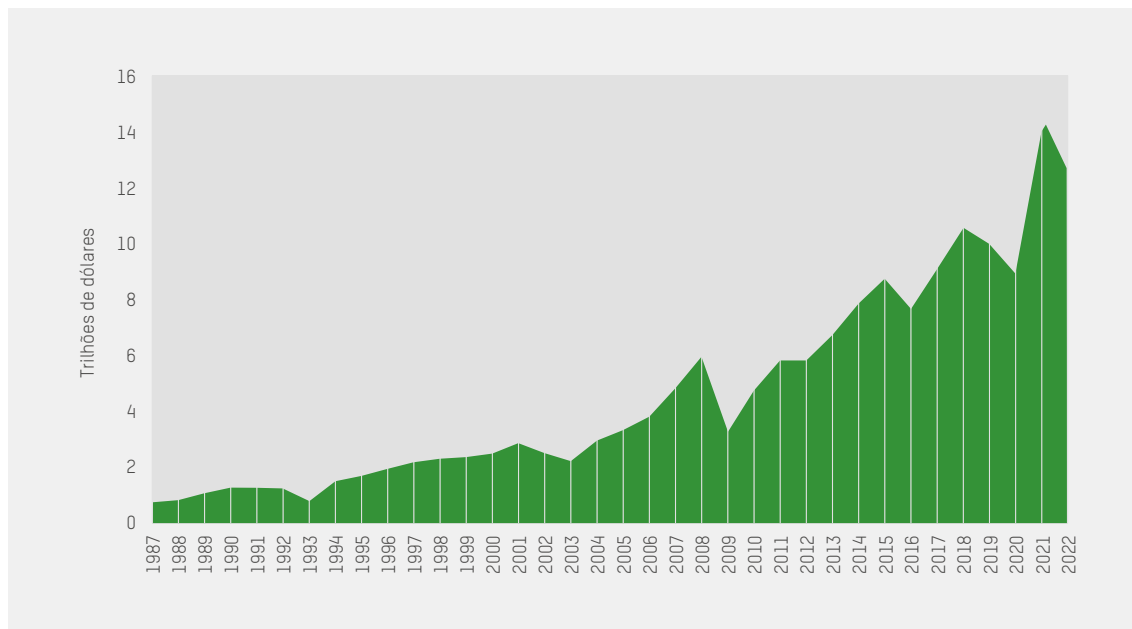
Mais recentemente, a pandemia de Covid-19 e a intensificação da crise dos preços de alimentos e combustíveis acirraram ainda mais a desigualdade.

Desde 2020, para cada dólar ganho pelos 90% mais pobres, os bilionários ganharam 1,7 milhão.⁵⁸

Para cada 100 dólares de riqueza nova gerada na economia global entre dezembro de 2019 e dezembro de 2021, 63 foram para o 1% mais rico, enquanto os 90% menos ricos ganharam 10 dólares.⁵⁹

Desde 2020, o patrimônio dos bilionários cresceu 2,7 bilhões de dólares por dia.⁶⁰

Segundo o Banco Mundial, durante os piores momentos da pandemia, a perda de renda entre os 40% mais pobres da humanidade foi duas vezes maior do que entre os 20% mais ricos, e a desigualdade global de renda aumentou pela primeira vez em décadas.⁶¹

FIGURA 6: AUMENTO (REAL) DA RIQUEZA DOS BILIONÁRIOS, 1987-2022, EM TRILHÕES DE DÓLARES

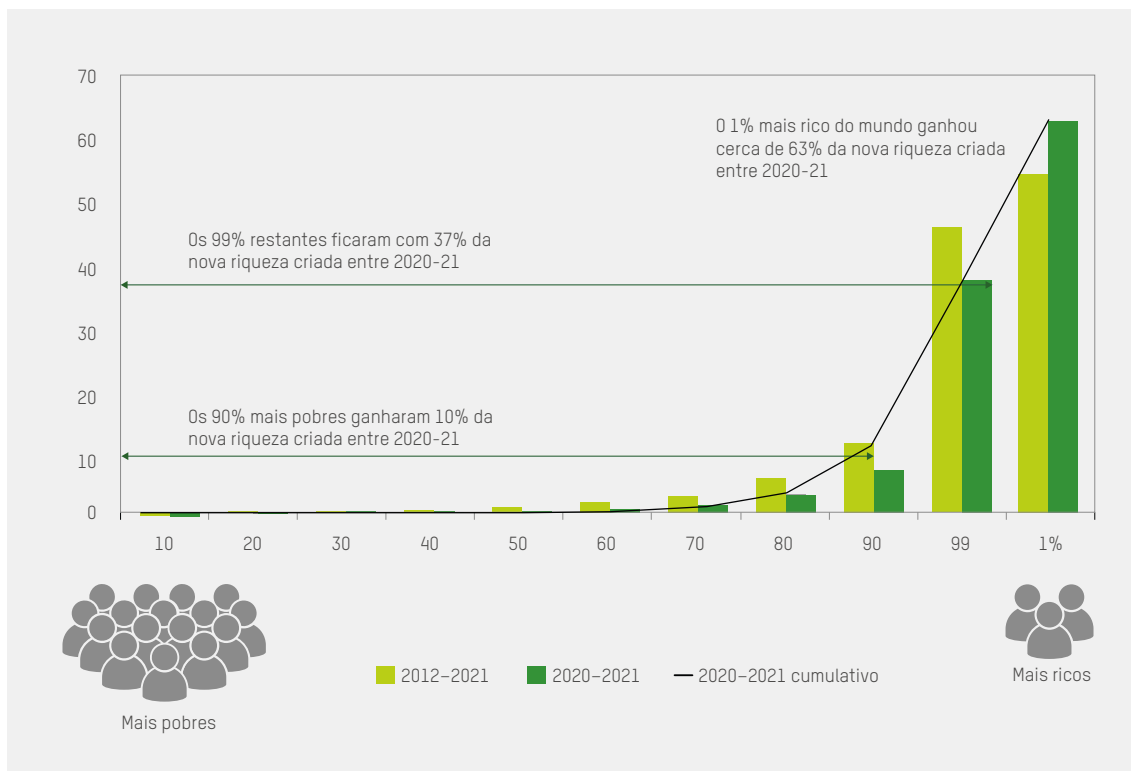
Fonte: Lista de Bilionários do Mundo, da revista Forbes.⁶²

Algumas das maiores empresas do mundo e seus acionistas estão lucrando diretamente com essas crises cruzadas. Muitas farmacêuticas fizeram o mundo de refém, defendendo com unhas e dentes seus monopólios e cobrando preços inflacionados pelas vacinas para a Covid-19, o que lhes rendeu lucros recordes e deixou os países mais pobres excluídos e desprotegidos. Durante a pandemia, milhões de pessoas morreram desnecessariamente devido ao acesso desigual a vacinas causado pela ganância das farmacêuticas e pela acumulação especulativa por parte dos países ricos.⁶³ A crise do custo de vida cada vez mais intensa está criando novos especuladores; muitas empresas estão usando o aumento dos custos externos como cobertura para ampliar suas margens de lucro, exacerbando a inflação (veja o Quadro 3). Tudo isso serve para aumentar o patrimônio de donos de empresas e seus acionistas, já ricos.

A recente explosão da riqueza foi exacerbada por governos e bancos centrais, que injetaram trilhões de dólares em dinheiro público na economia global após a crise financeira de 2008 e voltaram a fazê-lo a partir do início da pandemia. Isso elevou o preço dos ativos⁶⁴ e, consequentemente, a fortuna dos mais ricos. Embora tenham feito a coisa certa ao apoiar suas economias durante a crise, os governos pouco fizeram para garantir que esse estímulo fosse retirado dos mais ricos posteriormente.

Ainda que tenham diminuído um pouco em relação ao pico em 2021, as fortunas bilionárias permanecem trilhões de dólares mais altas do que antes da pandemia e, nos últimos meses, já voltaram a subir.⁶⁵

- O 1% mais rico detém 45,6% da riqueza global, enquanto a metade mais pobre do mundo tem apenas 0,75%.⁶⁶
- 81 bilionários detêm mais riqueza do que 50% do mundo combinados.⁶⁷
- 10 bilionários possuem mais do que 200 milhões de mulheres africanas juntas.⁶⁸

FIGURA 7: A ACELERAÇÃO DA RIQUEZA INDO PARA O 1% MAIS RICO DESDE 2020

Fonte: Cálculo da Oxfam com base no Credit Suisse Global Wealth Report.⁶⁹



Rajadas de vento passando pelas planícies da Somalilândia. A África Oriental está sofrendo com uma seca severa. Tem havido muito pouca chuva para os últimos três anos. Foto: Petterik Wiggers/Oxfam Novib.

Quadro 3: “Inflação da ganância”: como as grandes empresas estão impulsionando a inflação com seus ganhos e lucrando com o sofrimento

Os lucros empresariais vêm seguindo uma tendência de alta há décadas. Antes da pandemia, as empresas da lista das 500 maiores do mundo, da revista Fortune, aumentaram seus lucros em 156%, passando de 820 bilhões de dólares em 2009 para 2,1 trilhões em 2019.⁷⁰ Esses lucros estão subindo a níveis mais altos do que nunca e são um dos principais fatores que contribuem para a crise do custo de vida.

A explicação tradicional para a alta da inflação é que ela ocorre quando a demanda excede a oferta e pressiona os preços para cima, mas essa lógica explica apenas parte do aumento do custo da energia e dos alimentos. A invasão da Ucrânia pela Rússia, com todas as suas consequências geopolíticas, levou à redução do fornecimento de gás russo, o que, por sua vez contribuiu para o aumento do preço global da energia. No caso dos alimentos, os preços já vinham subindo muito, bem antes do início da guerra, e a interrupção do fornecimento de grãos pela Ucrânia apenas exacerbou o problema.⁷¹

No entanto, para entender melhor o aumento dos preços da energia e dos alimentos, precisamos olhar além da lógica da oferta e da demanda. Um conjunto cada vez maior de evidências aponta para lucros e margens como importantes impulsionadores da inflação. As empresas não apenas estão repassando o aumento dos custos de insumos para os consumidores, mas também estão capitalizando a crise, usando-a como cortina de fumaça para cobrar preços ainda mais altos. Nos Estados Unidos,⁷² no Reino Unido⁷³ e na Austrália,⁷⁴ estudos concluíram que 54%, 59% e 60% da inflação, respectivamente, foram impulsionados pelo aumento dos lucros. Na Espanha, a CC00 (uma das maiores centrais sindicais do país) constatou que os lucros das empresas foram responsáveis por 83,4% dos aumentos de preços durante o primeiro trimestre de 2022.⁷⁵

A teoria econômica tradicional sustenta que as empresas serão forçadas a baixar seus preços para competir no mercado, mas muitos setores, principalmente alimentos e energia, são dominados por um pequeno número de grandes companhias que, na prática, possuem oligopólios, o que lhes permite manter preços altos sem risco de ser prejudicadas pela concorrência. Quando os custos externos caem, essas economias são repassadas aos acionistas, e não aos consumidores, que arcam com o peso do aumento dos preços. É por isso que podemos ter queda nos preços do petróleo enquanto o custo do combustível na bomba permanece alto.

Os custos de alimentos e energia são os principais impulsionadores da inflação, então a Oxfam analisou os lucros de algumas das maiores empresas de alimentos e energia do mundo. Encontramos níveis impressionantes de lucros inesperados (definidos como 10% acima do lucro líquido médio de 2018-2021). Nossa análise de 96 empresas que obtiveram lucros inesperados concluiu que:⁷⁶

- elas tiveram 306 bilhões de dólares em lucros inesperados;
- seus lucros aumentaram mais de duas vezes e meia (256%) em 2022, em comparação com a média de 2018-2021;
- elas pagaram 257 bilhões de dólares aos acionistas em 2022 – 84% de seus lucros inesperados foram pagos diretamente aos acionistas; e
- 76% delas aumentaram suas margens de lucro.

Os lucros crescentes das empresas geram fortunas para os mais ricos. A propriedade das ações tende a estar nas mãos de grupos de renda mais alta – por exemplo, nos Estados Unidos, o 1% mais rico possui 53% delas.⁷⁷ Em alguns casos, um pequeno grupo de indivíduos e famílias super-ricos também detêm a propriedade e o controle dessas empresas ricas, e os lucros crescentes os tornam ainda mais ricos. A dinastia Walton, por exemplo, proprietária de metade da varejista norte-americana Walmart, recebeu 8,5 bilhões de dólares em dividendos e recompra de ações ao longo de 2022.⁷⁸ O bilionário indiano Gautam Adani, cujo portfólio inclui empresas de energia, viu sua riqueza aumentar 46% em 2022.⁷⁹

1.2 A crise se intensifica para os mais pobres

Enquanto as pessoas e as empresas mais ricas continuam prosperando, as crises recentes causaram enormes reveses à luta contra a pobreza e a fome, cortes de empregos e salários, e um aperto fiscal que ameaça as vidas e a subsistência das pessoas mais pobres do mundo. Agora, em meio a uma crise no custo de vida, está claro que o mundo não pode continuar nesse caminho.

As crises que estão levando ao aumento da pobreza e exacerbando a fome

Uma característica das últimas duas décadas e meia tem sido a redução constante da pobreza extrema. Esse avanço foi interrompido, com as respostas dos governos à pandemia e as crises alimentar e energética corroendo os ganhos conquistados a duras penas na luta contra a pobreza. Pela primeira vez em 25 anos, a riqueza e a pobreza extremas aumentaram muito, e ao mesmo tempo.⁸⁰ Em 2020, mais de 70 milhões de pessoas foram empurradas para a pobreza extrema (viver com menos de 2,15 dólares por dia), um aumento de 11%.⁸¹ Embora a redução da pobreza tenha sido retomada em 2021, no ritmo lento de antes da pandemia, essa tendência pode ser interrompida novamente pela crise de preços de alimentos e energia.⁸²

“O botijão de gás custava 450 rúpias, mas hoje custa mais de mil rúpias. Agora nós temos que escolher entre dar comida para os nossos filhos e dar educação.”

– Yusuf, motorista de táxi, e Shahana, dona de casa, Ghosiya Colony, Índia

“No ano passado, por exemplo, eu conseguia comprar coisas e ainda ficar com um bom dinheirinho, mas agora, quando você vai ao mercado, compra uma ou duas coisas e o dinheiro acaba.”

– Juliet Bagariko, enfermeira, Acra, Gana

Os gargalos nas cadeias produtivas causados pela pandemia e a guerra na Ucrânia, o comportamento das empresas e as mudanças climáticas elevaram os preços dos alimentos e da energia a um recorde histórico, e se espera um aumento de 18% nos preços dos alimentos em 2022, em comparação com 2021, e preços da energia 59% mais elevados.⁸³ Isso representa outro golpe para os mais pobres do mundo. O Programa de Desenvolvimento da ONU estima que o aumento da inflação pode ter levado 71 milhões de pessoas à pobreza nos três meses entre março e junho de 2022.⁸⁴

O mundo também está enfrentando uma crise imoral, longa e cada vez mais intensa de fome. Mesmo antes do aumento dos custos dos alimentos, em 2022, quase 3,1 bilhões de pessoas não conseguiam ter uma dieta saudável, e esse número vem aumentando.⁸⁵ Quem vive na pobreza extrema é mais afetado pelos preços mais altos porque gasta cerca de dois terços de seus recursos em comida.⁸⁶ Além disso, o aumento atingiu vários países de baixa renda com mais força do que a média mundial, com a inflação dos alimentos na Etiópia (44%), Somália (15%) e Quênia (12%) superando a do G7 (10%) e a média global (9%), segundo análise da Oxfam realizada em julho de 2022.⁸⁷ Estima-se que entre 702 e 828 milhões de pessoas tenham sido afetadas pela fome em 2021 – quase um décimo população.⁸⁸ Em todas as regiões, a insegurança alimentar é maior entre as mulheres do que entre os homens.⁸⁹ Em 2020, estimou-se que quase 60% das pessoas que passavam fome fossem mulheres e meninas,⁹⁰ e a diferença de gênero só aumentou desde então.⁹¹

Reduções em empregos e salários

Quando chega uma crise econômica, os trabalhadores comuns são os primeiros na fila dos cortes de salário e da perda do emprego. Em 2020, a Covid-19 provocou lockdowns e uma desaceleração econômica global nunca vista, levando a perdas de horas de trabalho aproximadamente quatro vezes maiores do que durante a crise financeira global,⁹² com mulheres e grupos racializados sendo os mais atingidos.

Na Índia, por exemplo, no início da pandemia, o aumento da taxa de desemprego foi maior para pessoas pertencentes a castas e tribos mais desfavorecidas, e para muçulmanos.⁹³ Em termos globais, as mulheres perderam 64 milhões de empregos, o que lhes custou pelo menos 800 bilhões de dólares em renda,⁹⁴ e duas vezes mais mulheres jovens perderam seus empregos durante a pandemia do que homens jovens.⁹⁵ Principalmente no sul global, o emprego das mulheres é caracterizado por níveis muito mais altos de informalidade do que o dos homens, o que as torna mais vulneráveis à demissão.⁹⁶

A crise do custo de vida deve intensificar essas tendências, e a alta da inflação está criando cortes salariais em termos reais para muitos trabalhadores.⁹⁷ A análise da Oxfam sobre os dados de 96 países revela que, em 2022, pelo menos 1,7 bilhão de trabalhadores viviam em países onde a inflação estava superando o aumento dos salários, representando um corte real que provavelmente aumentará a desigualdade e a pobreza.⁹⁸ Outra análise da Oxfam, baseada em dados da OIT, mostra que os trabalhadores enfrentam a perspectiva de perdas de 337 bilhões de dólares em seus salários, em termos reais.⁹⁹ Mais uma vez, o provável é que mulheres¹⁰⁰ e grupos racializados sejam mais atingidos. Por exemplo, no Reino Unido, pesquisas mostram que trabalhadores de minorias étnicas correm maior risco de enfrentar pobreza durante a crise do custo de vida porque estão concentrados em empregos que pagam abaixo do salário digno real.¹⁰¹

Embora economistas das principais correntes neoliberais em todo o mundo tenham corrido para responsabilizar o aumento dos salários pela inflação, a Organização Internacional do Trabalho (OIT) não vê evidências para sustentar as alegações da chamada “espiral de salários e preços”.¹⁰² Ainda assim, essa falta de evidências não impediu que muitos políticos e outros analistas tentassem usar os sindicatos e quem pede renumeração digna como bodes expiatórios.¹⁰³

Por fim, o crescimento do trabalho informal, principalmente entre as mulheres, está superando o do trabalho formal,¹⁰⁴ o que deixa mais trabalhadores vulneráveis a salários baixos e condições precárias.¹⁰⁵

Uma recuperação desigual e um iminente desastre do endividamento

Durante a pandemia, muitos países de baixa renda não conseguiram bancar auxílios fiscais, mesmo para os mais necessitados. As despesas per capita com estímulos em países de alta renda foram 579 vezes maiores do que nos países de renda mais baixa,¹⁰⁶ e menos de 20% dos 16 trilhões de dólares de fundos de estímulo e recuperação disponibilizados pelos governos até o final de 2020 foram gastos em “países em desenvolvimento”.¹⁰⁷

Essas restrições fiscais muito concretas se traduziram em algumas decisões profundamente preocupantes com relação aos gastos públicos. Por exemplo, durante a pandemia, metade dos países de renda baixa e média-baixa cortou o orçamento para a saúde.¹⁰⁸ No entanto, conforme destacado no Índice de Compromisso com a Redução da Desigualdade de 2022, algumas nações mais pobres tomaram medidas para mitigar o impacto da crise. Por exemplo, Togo e Namíbia deram subsídios mensais em dinheiro a trabalhadores informais que haviam perdido seus trabalhos devido a medidas de lockdown¹⁰⁹ e o Nepal aumentou seu orçamento de saúde em mais de 50% entre 2019 e 2021.¹¹⁰

Também vale notar que, embora as economias de alta renda tenham se recuperado em 2021, o mesmo não aconteceu com as mais pobres, muito em função da desigualdade do acesso às vacinas contra a Covid-19, com o índice de vacinação se revelando um forte indicador de recuperação econômica.¹¹¹ Prevê-se que um quinto dos “países em desenvolvimento” terá um PIB per capita menor em 2023 do que em 2019.¹¹² Muitos também estão em posições cada vez mais vulneráveis por causa da espiral de endividamento, já que o aumento das taxas de juros em relação ao dólar americano fortalecido está elevando o custo do serviço da dívida a níveis insustentáveis. Hoje, 25% das economias “emergentes” e 60% dos países de baixa renda estão em situação de superendividamento ou próximo disso.¹¹³ O agravamento das crises torna os países cada vez mais vulneráveis, principalmente a choques relacionados ao clima, como enchentes e secas, os quais, por sua vez, têm enormes custos e podem tornar as dívidas impagáveis.

Optando por cortes para a maioria, em vez de impostos para os ricos

Olhando para o futuro, estamos à beira de uma recessão induzida por políticas, causada por uma mistura de medidas monetárias e fiscais.¹¹⁴ Nunca houve tanta necessidade de aumentar os gastos públicos para combater a pobreza, a fome, as mudanças climáticas e a inflação, e para investir em uma recuperação justa para todos. Mesmo assim, muitos governos estão escolhendo – ou sendo forçados a escolher por instituições financeiras internacionais – cortar gastos públicos e implementar outras medidas de austeridade em vez de aumentar a tributação dos mais ricos.

A Oxfam calculou que, nos próximos cinco anos, três quartos dos governos planejam cortar gastos em um total de 7,8 trilhões de dólares.¹¹⁵ As mulheres provavelmente serão as mais afetadas pelas medidas de austeridade, desde a redução da massa salarial no setor público, onde as mulheres são a maioria dos servidores, até o corte de gastos com saúde e proteção social dos quais as mulheres e suas famílias dependem para sobreviver.¹¹⁶ Por exemplo, em mais de 54% dos países que planejam reduzir ainda mais seu orçamento de proteção social para 2023, como parte de novas medidas de austeridade, o apoio à maternidade e às crianças já é mínimo ou inexistente.¹¹⁷

Não precisa ser assim. Os governos poderiam optar por implementar uma série de impostos progressivos que aumentassem a receita tão necessária e reduzissem a desigualdade econômica extrema. Anteriormente, em momentos de crise global como a Segunda Guerra Mundial, houve aumento da tributação dos mais ricos, no espírito da solidariedade. Infelizmente, isso não aconteceu durante o auge da pandemia. A Oxfam mostrou que 95% dos países deixaram de aumentar, ou mesmo reduziram, os impostos sobre os ricos e as grandes empresas.¹¹⁸ No entanto, uns poucos corajosos tomaram medidas ousadas para aumentar a tributação dos mais ricos. A Costa Rica elevou sua alíquota máxima de imposto de renda em 10 pontos percentuais, de 15% para 25%, e Bolívia e Argentina criaram, respectivamente, impostos sobre a riqueza e contribuições solidárias aplicados a seus cidadãos mais ricos.¹¹⁹ Infelizmente, esses governos progressistas foram a exceção durante a pandemia, mas a crise do custo de vida está levando outros países a reconsiderar a tributação dos mais ricos, como veremos no próximo capítulo.

Esses são os tipos de medidas redistributivas necessárias para conter a riqueza e o poder excessivos de poucos e aumentar os gastos públicos para enfrentar as consequências corrosivas que as crises múltiplas têm para muitas pessoas. O restante deste relatório trata do enorme potencial de aumentar os impostos a ser pagos pelas pessoas mais ricas da sociedade.



Manifestantes pedem taxaço dos ricos e impeachment do governador Andrew Cuomo após alega  es de má conduta sexual e encobrimento de mortes em lares de idosos relacionadas    COVID-19. 20 de março de 2021, cidade de Nova York. Foto: Alexi Rosenfeld/Shutterstock.

Capítulo 2: Por que combater a desigualdade tributando os mais ricos

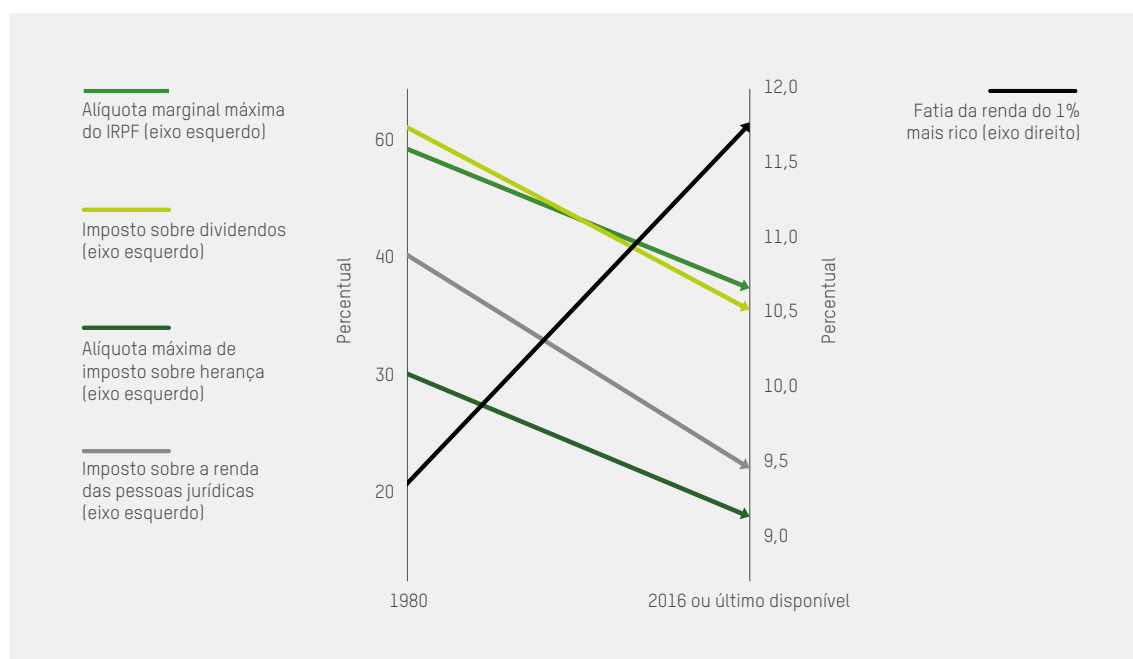
2.1 O declínio da tributação progressiva

A política fiscal é uma das ferramentas mais importantes que os governos têm para reduzir a desigualdade econômica. Historicamente, a tributação dos mais ricos ajudou a criar sociedades mais igualitárias e a evitar o surgimento de um abismo extremo entre os que têm e os que não têm. Porém, nas décadas anteriores à pandemia, a tributação progressiva havia entrado em declínio. As empresas e os indivíduos mais ricos foram favorecidos com regimes de impostos baixos, enquanto aumentava a tributação que incide sobre a renda de bilhões de cidadãos comuns.

A festa dos impostos baixos para os ricos...

As alíquotas de todos os impostos que incidem principalmente sobre a renda dos mais ricos vêm caindo desde o início da década de 1980, enquanto a parcela da riqueza que vai para o 1% cresceu acentuadamente.

FIGURA 8: NOS PAÍSES RICOS, A QUEDA NAS ALÍQUOTAS DE IMPOSTOS PARA OS RICOS COINCIDIU COM O AUMENTO DA PARCELA DA RENDA QUE VAI PARA O 1% MAIS ABASTADO



Fonte: Cálculo da Oxfam com base em dados de World Inequality Lab, FMI, OCDE e Scheve e Stasavage (2016).¹²⁰

Por várias décadas, o argumento neoliberal por trás desses cortes de impostos para os super-ricos e as grandes empresas era que o dinheiro "gotejaria" e beneficiaria a sociedade. Políticos e líderes empresariais nos garantiam que os ricos ajudariam a criar empregos e estimulariam investimentos e inovações que eram do interesse de todos nós.

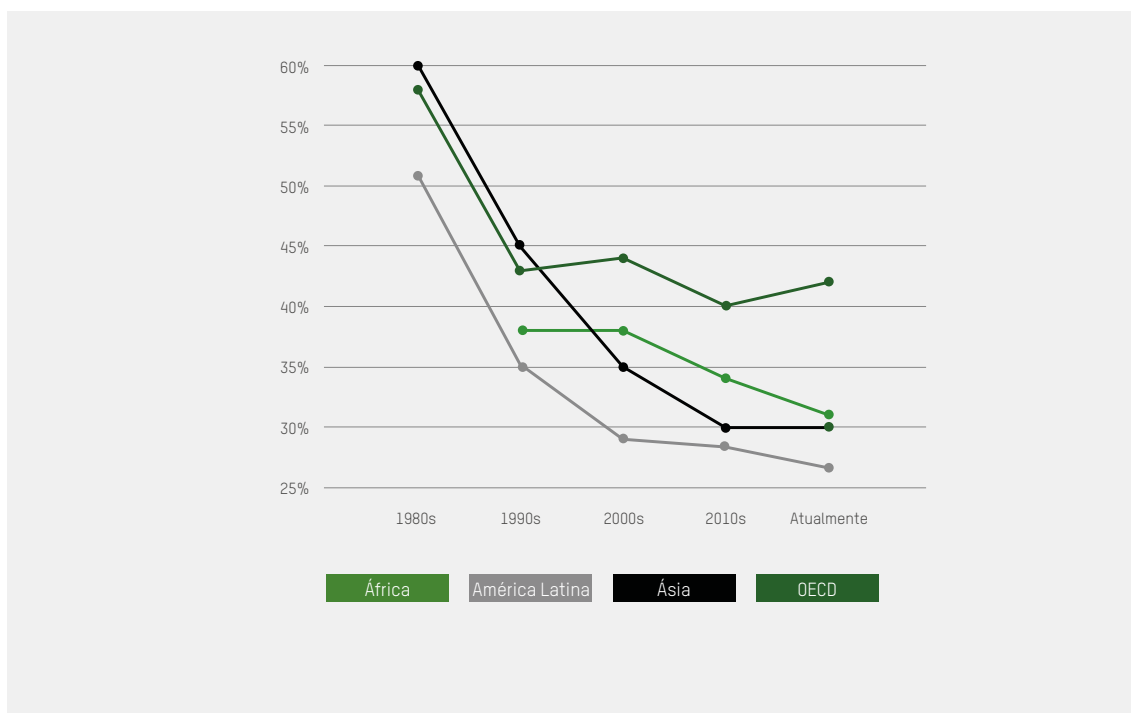
A explosão da desigualdade apontada no Capítulo 1 ilustra, à perfeição, as falhas dessa teoria. Em vez de usar os benefícios dos impostos baixos para criar empregos e investimentos, os ricos guardaram ainda mais riqueza para si próprios.

A baixa tributação para ricos e grandes empresas nem sempre esteve no topo da agenda. Na verdade, depois de meados do século passado, os impostos muito altos para os ricos eram a norma. Por exemplo, nos Estados Unidos, a alíquota marginal máxima do imposto de renda federal foi de 91% de 1951 a 1963, a alíquota máxima do imposto sobre herança ficava em 77% até 1975, e, durante as décadas de 1950 e 1960, o imposto sobre a renda das pessoas físicas era, em média, de pouco mais de 50%.¹²¹ Ainda recentemente, em 1980, a alíquota marginal máxima de imposto de renda para os mais ricos era de 70% nos Estados Unidos (em nível federal) e de 60% no Reino Unido.¹²²

Essas alíquotas elevadas coincidiram com alguns dos anos mais bem-sucedidos nos Estados Unidos e na Europa em termos de desenvolvimento econômico e tiveram um papel fundamental no financiamento de direitos básicos, como acesso à educação e saúde para os cidadãos, mantendo a desigualdade sob controle.

No entanto, as alíquotas marginais que incidem sobre a renda dos mais ricos vêm despencando desde então – e não apenas nos países ricos, mas em grande parte do mundo. Na África, a alíquota marginal média sobre os rendimentos mais altos caiu de 38% para 31% nos últimos 25 anos,¹²³ e na América Latina, foi de 51% no início dos anos 80 para menos de 27% em 2015.¹²⁴

FIGURA 9: PRINCIPAIS ALÍQUOTAS DE IMPOSTO SOBRE A RENDA DAS PESSOAS FÍSICAS PARA OS RICOS



Fonte: Cálculos da Oxfam baseados em dados de OCDE.Stat, UNESCAP e ODI.¹²⁵

Além disso, os impostos sobre as grandes empresas, cujos proprietários são predominantemente pessoas e famílias mais ricas, experimentaram um declínio semelhante em todo o mundo.¹²⁶

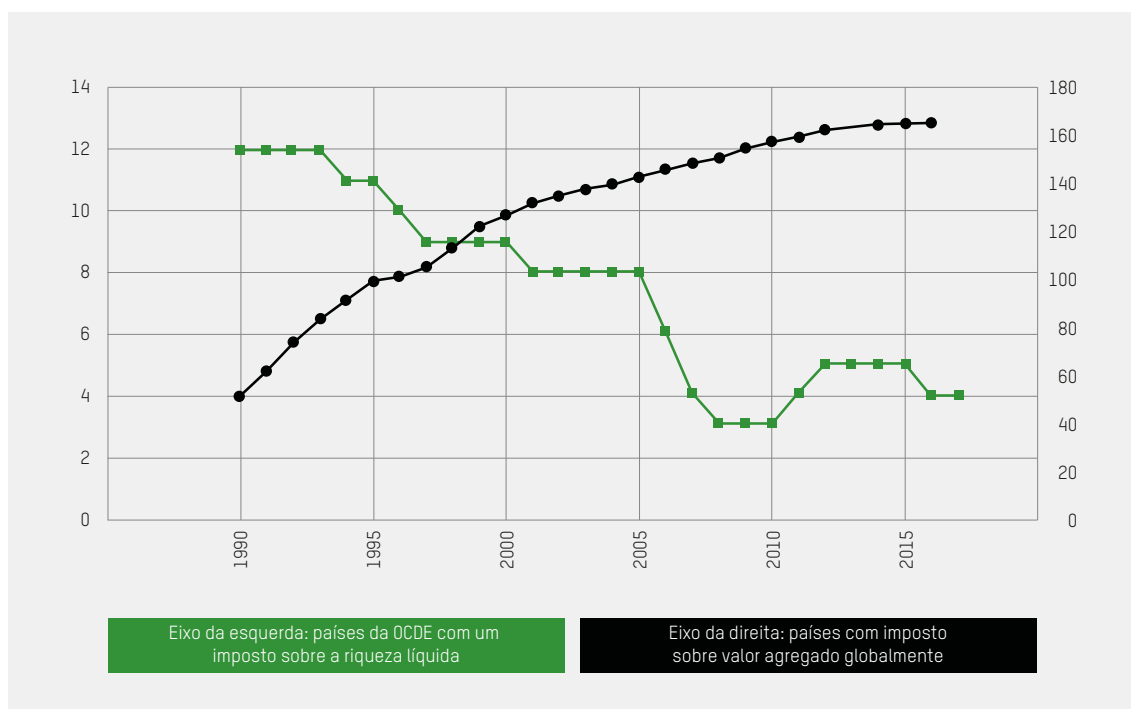
Os paraísos fiscais têm sido fundamentais em estimular essa corrida para nivelar por baixo a tributação. Ao oferecer alíquotas de impostos baixas ou zeradas a empresas e ricos, eles levaram outros países a também reduzir as suas, sangrando receitas dos cofres do governo (Ver Caixa 4).¹²⁷

... paga pelo aumento de impostos para os cidadãos comuns

À medida que as alíquotas de impostos para ricos e empresas foram caindo, os governos compensaram aumentando tributos regressivos sobre bens e serviços, como o imposto sobre valor agregado (IVA). Esses impostos recaem desproporcionalmente sobre as pessoas mais pobres, que gastam uma parcela maior de sua renda em consumo.¹²⁸ Eles também exacerbam a desigualdade de gênero. Por exemplo, um estudo realizado em Honduras, Guatemala e El Salvador concluiu que aumentos no IVA resultaram em um crescimento da pobreza em famílias nas quais predominam mulheres.¹²⁹

Um estudo recente da Research School of International Taxation (RSIT) abrangendo 142 países constatou que, para cada 1% em cortes de impostos cobrados de empresas, os governos aumentaram os impostos sobre o consumo em 0,35%.¹³⁰ A Índia reduziu recentemente os tributos das empresas, ao mesmo tempo em que estabeleceu um sistema centralizado de impostos sobre bens e serviços que levou a um aumento da tributação indireta das famílias.¹³¹ Em menos de três décadas – entre 1990 e 2017 – o número de países com IVA triplicou (de 50 para mais de 150), enquanto o dos países com impostos sobre o patrimônio líquido caiu três vezes (de 12 para quatro).

FIGURA 10: A ASCENSÃO DO IVA EM NÍVEL GLOBAL E A REDUÇÃO DOS IMPOSTOS SOBRE O PATRIMÔNIO LÍQUIDO NOS PAÍSES DA OCDE, 1990-2017, NÚMERO DE PAÍSES

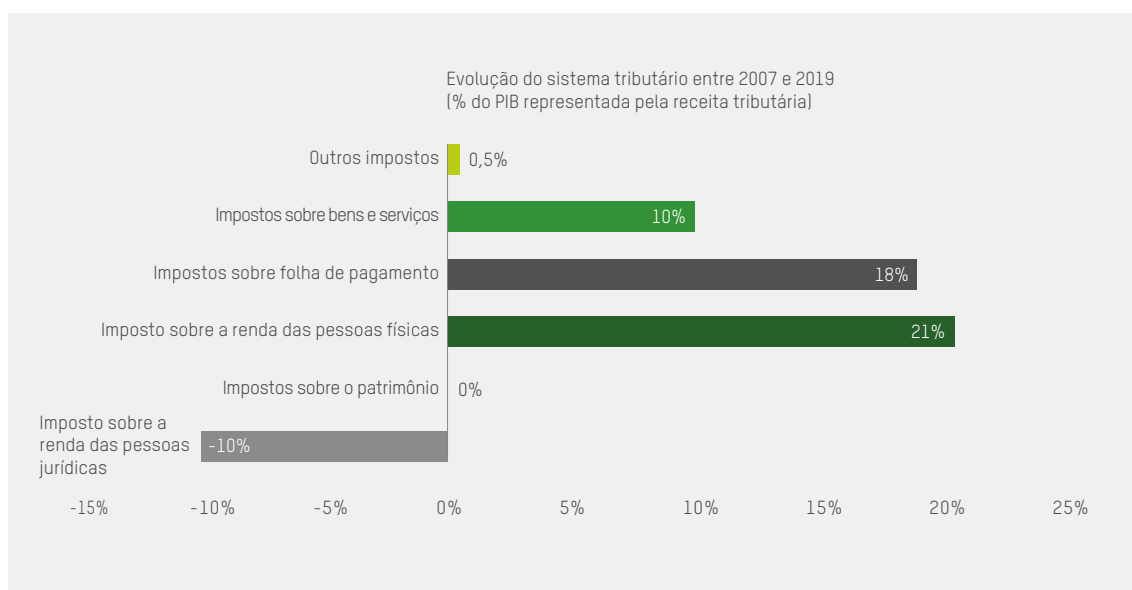
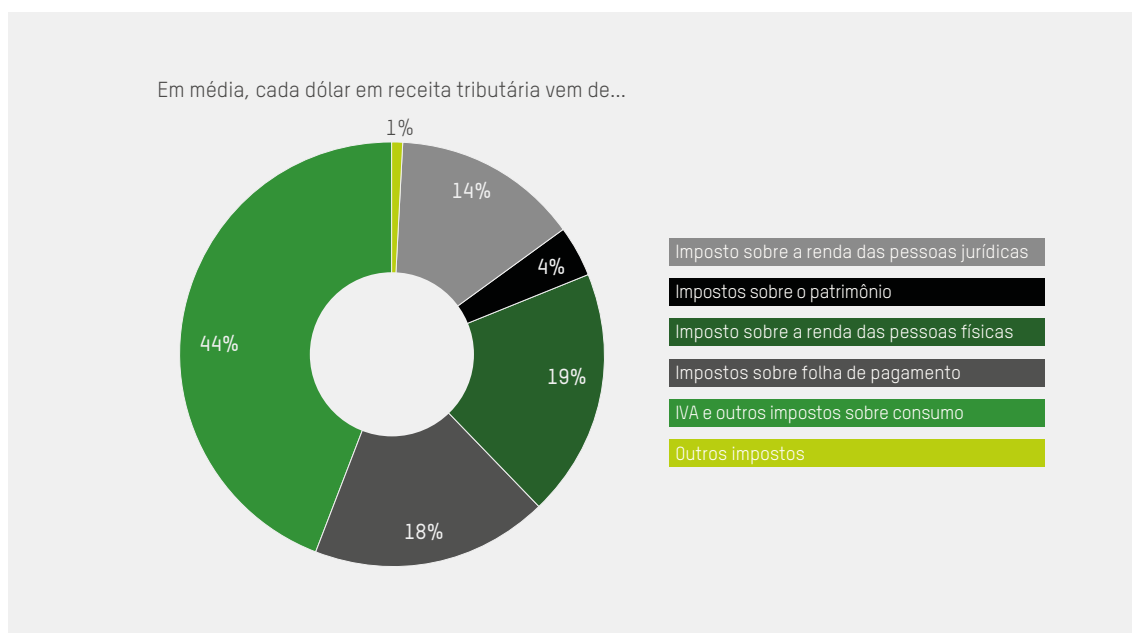


Fonte: Cálculo da Oxfam com base em dados do Banco Mundial e OCDE.¹³²

A criação de impostos sobre o consumo, que aumentam a desigualdade, tem sido especialmente importante nos países mais pobres, onde o FMI cumpriu um papel relevante ao promovê-los como principal ferramenta para gerar receitas.¹³³

Atualmente, os impostos que recaem sobre os cidadãos, sejam eles aplicados à renda pessoal, à folha de pagamento ou ao consumo, representam mais de 80% do total da receita tributária, enquanto os impostos sobre pessoas jurídicas contribuem com cerca de 14% e os impostos sobre o patrimônio, com 4%.

FIGURAS 11 E 12: DISTRIBUIÇÃO DAS RECEITAS TRIBUTÁRIAS POR CATEGORIA



Fonte: Cálculos da Oxfam com base em dados da OCDE, levando em consideração 35 países da OCDE e 45 países não pertencentes à organização.¹³⁴

A tributação tem um papel fundamental na redução da desigualdade, garantindo que os mais ricos paguem sua fatia justa de impostos.¹³⁵ No entanto, as escolhas sobre políticas fiscais foram exacerbando a desigualdade nas últimas décadas ao transferir a carga tributária dos ombros daqueles que podem pagar para os daqueles que não podem.

DOIS SISTEMAS TRIBUTÁRIOS DIFERENTES: UM PARA OS RICOS E OUTRO PARA OS DEMAIS



Em sua banca no norte de Uganda, Aber Christine vende uma mistura de farinha de painço, arroz e soja usada para fazer um mingau. Em um mês de bom movimento, ela obtém um lucro de cerca de 300.000 xelins de Uganda – algo próximo de 80 dólares. Ela não paga imposto de renda, mas recolhe taxas de mercado cobradas pelo governo local, de 4.000 xelins por dia, fazendo com que ela pague cerca de 40% de seus lucros em impostos.

Christine é uma mobilizadora comunitária do projeto Justiça Fiscal para Mulheres e Meninas, da Oxfam, por meio do qual ela pressiona por orçamentos locais e políticas fiscais que tratem das desigualdades de gênero arraigadas enfrentadas por mulheres e meninas.¹³⁶



Elon Musk é um dos homens mais ricos do mundo. Em 2022, ele passou férias na Grécia em um iate cujo aluguel por um único dia teria custado a Aber Christine mais de 12 anos de trabalho.¹³⁷ Apesar de seus ganhos elevados, sua “alíquota real de impostos” foi de apenas 3,27% no período de 2014 a 2018, de acordo com cálculos da organização de mídia americana ProPublica.¹³⁸

Musk conseguiu pagar tão pouco imposto porque, pelo menos em parte, a maior parte do seu patrimônio estava vinculada às ações de sua empresa. Um aumento no valor de uma ação é considerado “ganho de capital não realizado” e não é tributado até que a ação seja vendida (consulte a seção 3.2.1). No entanto, as ações podem ser usadas como garantia para empréstimos, como no caso da compra da plataforma de mídia social Twitter por Musk, em um negócio de 44 bilhões de dólares.¹³⁹

2.2 Como os ricos evitam pagar impostos – em outras palavras, como ficar bilionário!

Assim que entrar para as fileiras dos super-ricos, você terá toda um leque de ferramentas interessantes que lhe ajudarão a evitar o pagamento de impostos e ficar ainda mais rico, junto com sua família! A seguir, algumas dicas importantes para ajudar você e os seus a se tornar bilionário.



Para não pagar imposto de renda, você pode considerar a estratégia de “comprar, financiar, morrer”

Primeiro, compre um bem, por exemplo, uma empresa. Mas, em vez de pagar a si mesmo um salário sobre o qual você teria que recolher impostos, por que não pedir dinheiro emprestado a um banco ou outro credor, dando esse bem como garantia? Os financiamentos são isentos de impostos! Além disso, você terá facilidade de acessar o crédito, porque já é muito rico.

Porém, lembre-se de não vender nenhum de seus bens, pois gerará ganho de capital que provavelmente será tributado. Em vez disso, você pode se beneficiar do fato de que a maioria dos países não tributa *ganhos de capital não realizados*. Assim, o preço do seu bem pode aumentar, e esse valor a mais é todo seu e não será tributado, desde que você não o venda. Por exemplo, se o preço das ações da Amazon dobrar, Jeff Bezos ganha bilhões de dólares, mas como esse ganho não é visto como renda em termos jurídicos, nenhum imposto precisa ser pago, desde que Bezos não venda ações.

Depois de uma vida feliz relaxando em seu superiate, você poderá transferir toda ou a maior parte de sua riqueza para seus herdeiros quando morrer, sem pagar impostos, pois dois terços dos países do mundo não têm tributos sobre a herança que sejam aplicados ao dinheiro que você dá a seus filhos,¹⁴⁰ e os outros cobram pouco. Isso significa que você pode realmente aumentar a riqueza da família ao longo das gerações e ajudar seus herdeiros a evitar o pagamento de impostos da mesma maneira que você evitou.

Também há uma série de estratégias mais agressivas que você pode usar

Primeiro, você pode esconder sua renda e seu patrimônio em paraísos fiscais (veja o Quadro 4).

Segundo, pode fazer lobby para pressionar por isenções e brechas fiscais que o beneficiarão. Sua riqueza deve lhe proporcionar acesso fácil a tomadores de decisão, ou você pode pagar lobistas profissionais para ajudá-lo.¹⁴¹

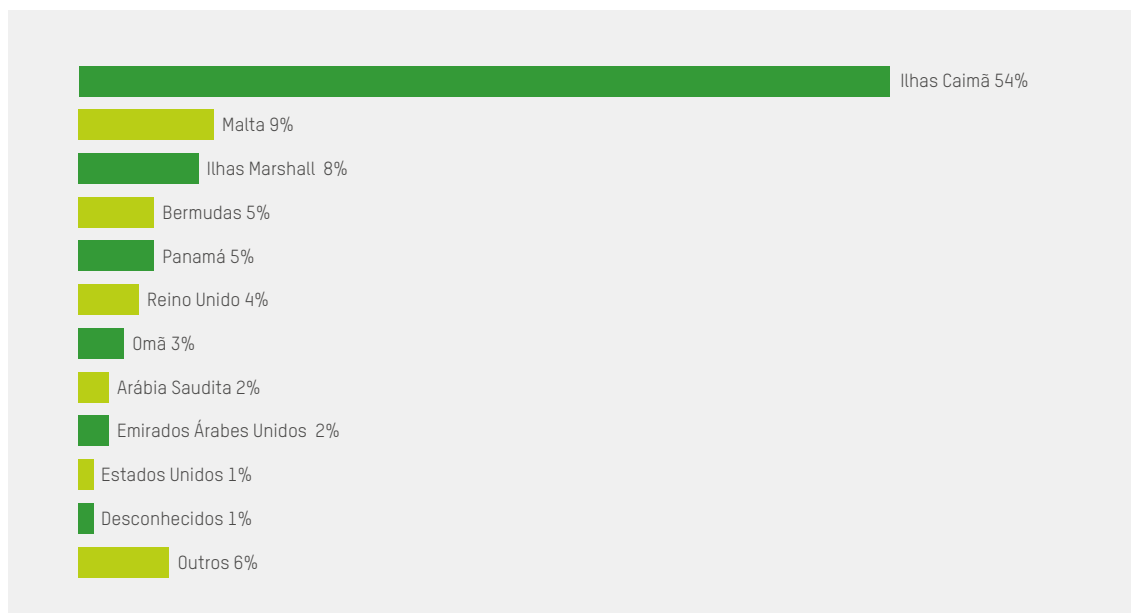
Terceiro, em alguns contextos, você pode simplesmente ignorar suas obrigações fiscais! Isso funciona bem se você tiver poder político e boas conexões ou se os órgãos fiscais estiverem carentes de recursos e não puderem aplicar adequadamente as regras tributárias. Um estudo sobre indivíduos ricos em Uganda concluiu que apenas 5% dos diretores das principais empresas tributadas pagaram o imposto sobre a renda das pessoas físicas, assim como menos de um terço dos 60 principais advogados.¹⁴² E mesmo nos países mais ricos, você pode ter sorte. Entre 2008 e 2018, os países europeus cortaram 100 mil funcionários de seus órgãos fiscais. Nos Estados Unidos, a escassez de pessoal e verbas para a administração tributária foi a principal razão pela qual o número de americanos que ganham mais de 5 milhões de dólares e caíram na “malha fina” diminuiu, de mais de 16% em 2010 para 2% em 2019.¹⁴³

Quadro 4: Os paraísos fiscais permitem que os ricos não paguem impostos

Estima-se que 8% do patrimônio financeiro familiar em nível mundial, ou 10% do PIB global, estejam em paraísos fiscais.¹⁴⁴ Vazamentos como os Pandora Papers e os Panama Papers expuseram esse mundo offshore que permite que as pessoas mais ricas escapem dos impostos que teriam que pagar.¹⁴⁵ Os pesquisadores constataram que os paraísos fiscais são usados quase exclusivamente pelo 0,01% mais rico do mundo, que assim sonega cerca de um quarto de seus impostos.¹⁴⁶ Os Pandora Papers, por exemplo, também expuseram a maneira como a elite global está indo além dos suspeitos de sempre (por exemplo, Luxemburgo, Ilhas Virgens Britânicas ou Panamá¹⁴⁷) e cada vez mais recorre a territórios mais neutros, como Dakota do Sul, Nevada, Delaware ou até mesmo o Alasca, nos Estados Unidos.¹⁴⁸

E não é só dinheiro que está armazenado nos paraísos fiscais. Indivíduos ricos também estão migrando para esses lugares para esconder ativos físicos, como casas, iates e obras de arte. Por exemplo, um recente vazamento de registros de imóveis do paraíso fiscal de Dubai mostrou que 5.555 jordanianos ricos possuem mais de 13 mil propriedades lá, no valor total de mais de 5 bilhões de dólares. Isso representa mais de quatro vezes o orçamento anual de educação do governo da Jordânia.¹⁴⁹

Da mesma forma, a maioria dos superiates está registrada em paraísos fiscais e, quanto maior o iate, maior essa probabilidade,¹⁵⁰ destacando que o investimento offshore é um jogo para quem é, pelo menos, extremamente rico.

FIGURA 13: PAÍSES ONDE ESTÃO REGISTRADOS OS MAIORES SUPERIATES

Fonte: cálculos da Oxfam com base em informações de <https://www.vesselfinder.com/>¹⁵¹

2.3 Por que aumentar os impostos dos ricos

Existem duas razões principais pelas quais tributar mais os ricos do que os pobres reduz a desigualdade em todas as sociedades e para que alíquotas aumentem acentuadamente em relação à renda e ao patrimônio. A tributação pode reduzir diretamente a desigualdade e gerar receitas para os governos gastarem em políticas que a diminuam.

Em primeiro lugar, o próprio sistema tributário pode ter um papel fundamental na diminuição direta da desigualdade, o que é de importância fundamental, considerando-se o abismo que se formou entre os ricos e o resto. Reduzindo diretamente a desigualdade, a tributação progressiva tem um impacto muito grande na diminuição da pobreza. Ao se reduzir a parcela de toda a nova riqueza que vai para o topo, distribuindo-a de maneira mais uniforme, aumenta rapidamente o ritmo da diminuição da pobreza. É por isso que o Banco Mundial disse que as metas para acabar com a pobreza não serão atingidas sem uma ação concertada para reduzir a desigualdade.¹⁵²

Os impostos progressivos diminuem a renda e a fortuna dos mais ricos, bem como o número de indivíduos super-ricos em nossas sociedades, evitando extremos de desigualdade econômica que, por sua vez, beneficiam a maioria em muitos aspectos positivos. Os países escandinavos conseguiram manter a desigualdade baixa graças, em grande parte, a regimes de tributação progressiva que existem há muito tempo.¹⁵³ Impostos muito altos sobre rendas muito altas também podem ajudar a prevenir a existência de salários excessivos no topo e suprimir a diferença salarial. Esse foi o objetivo explícito dos impostos sobre rendas muito altas nos Estados Unidos após a Segunda Guerra Mundial, por exemplo.

A tributação progressiva também é uma forma de enfrentar as desigualdades de poder subjacentes. Por exemplo, um imposto sobre lucros que "caíram do céu", conhecidos como lucros inesperados, pode reduzir a inflação ao limitar o poder de monopólio das empresas, incluindo sua capacidade para manipular preços (veja o Quadro 3, no Capítulo 1). Um alto imposto sobre o pagamento de dividendos pode desestimular as empresas a encher os bolsos já cheios dos acionistas,¹⁵⁴ como visto nos setores de alimentos e energia, incentivando-as a investir em melhores condições de trabalho e tecnologias verdes. O imposto sobre herança desempenha um papel fundamental na prevenção do surgimento da riqueza aristocrática herdada, nivelando o campo de jogo e proporcionando igualdade de oportunidades para cada geração. Os impostos sobre o patrimônio ajudam a desconcentrar a economia e reduzem a existência do poder de monopólio, reduzindo ainda mais a desigualdade econômica. Os impostos sobre a propriedade, quando bem elaborados e implementados com eficácia, evitam a concentração da terra em umas poucas mãos. O desequilíbrio na propriedade da terra é um fator central para gerar altos níveis de desigualdade em países de baixa renda, muitas vezes como herança do colonialismo.¹⁵⁵ Ao diminuir a concentração de riqueza, a tributação também

pode reduzir a influência de pessoas e empresas super-ricas sobre a política, a economia e a mídia, além de conter práticas corruptas como o clientelismo, que aumentam a desigualdade.¹⁵⁶

Mais do que disso, tributar os ricos tem um efeito positivo na redução das corrosivas desigualdades sociais. A maioria das pessoas mais ricas da sociedade é sempre composta de homens: dos mil maiores bilionários, apenas 124 são mulheres.¹⁵⁷ Muito poucos dos super-ricos são pessoas de grupos racializados: apenas cinco dos mil maiores bilionários são negros,¹⁵⁸ e nos Estados Unidos, 89,2% das ações de empresas são de propriedade de famílias brancas, em comparação com apenas 1,1% que pertencem a famílias negras.¹⁵⁹ Quando os ricos desfrutam de impostos desproporcionalmente baixos sobre riqueza, herança, ganhos de capital e receita de empresas, há uma redistribuição não apenas de pobres para ricos, mas também de mulheres para homens e de pessoas racializadas para pessoas brancas (veja o Quadro 5).

Tributar os ricos também tem um impacto positivo sobre a desigualdade global e a diferença entre países de renda alta e baixa. Apesar do grande aumento no número de bilionários no Leste da Ásia, principalmente nas últimas décadas, a maioria deles ainda vive no norte global, na América do Norte ou na Europa.¹⁶⁰ A origem da riqueza dessas nações, principalmente na Europa, pode ser identificada parcialmente na escravidão, no colonialismo e no imperialismo.¹⁶¹ Grande parte da distribuição atual de pessoas ricas no mundo reflete diretamente a natureza neocolonial e extrativista da economia mundial.¹⁶²

Quadro 5: Como a política tributária pode alimentar o sexismo e o racismo?

A tributação mínima ou inexistente sobre renda e patrimônio reforça séculos de opressão e discriminação contra mulheres e grupos racializados. A mudança, passando de impostos sobre os ricos aos de alíquota única, como o IVA, pagos desproporcionalmente pelas pessoas mais pobres – que tendem a ser majoritariamente mulheres e grupos racializados – agrava ainda mais as desigualdades de raça e gênero. Além disso, como os mais ricos pagam menos imposto, as receitas fiscais caem e os governos são forçados a cortar gastos. Isso faz com que o dinheiro seja retirado dos serviços públicos, prejudicando desproporcionalmente os pobres, as mulheres e os grupos racializados.

Esses setores também são excluídos dos processos de formulação de políticas fiscais e das instituições que fiscalizam os sistemas tributários. Por exemplo, 73% dos cargos executivos nos órgãos da receita de 35 países africanos eram ocupados por homens em 2020,¹⁶³ e o conselho da instituição encarregada da tributação da renda na Índia não teve um único dalit¹⁶⁴ ou membro de tribos nos últimos 30 anos.¹⁶⁵

Em todo o mundo, a sociedade civil e o movimento de justiça fiscal estão exigindo que os sistemas tributários não apenas combatam a desigualdade econômica, mas também enfrentem a justiça racial e de gênero.¹⁶⁶ Economistas feministas têm erguido suas vozes contra as atuais estruturas tributárias, que são inerentemente indiferentes a questões de gênero. Os impostos sempre foram uma questão feminista, e estão se tornando cada vez mais. No atual sistema econômico e social neoliberal e patriarcal, as mulheres arcam com um fardo maior.¹⁶⁷ O sistema tributário de hoje tende a prejudicá-las, pois elas ganham menos, fazem a maior parte do trabalho de cuidado não remunerado e gastam proporções maiores de sua renda em bens de consumo e cuidado.¹⁶⁸ As reformas tributárias conduzidas através de um prisma feminista possibilitam aos formuladores de políticas colocar no centro dessas políticas as necessidades de mulheres, meninas e pessoas que não confirmam o gênero, atendendo às suas necessidades por meio de serviços que levem em conta as questões de gênero, publicamente disponíveis e acessíveis, e desfazendo milênios de medidas opressivas.¹⁶⁹

O FMI – há muito criticado por negligenciar as mulheres em suas recomendações tributárias a países de baixa renda¹⁷⁰ – reconheceu, em um relatório recente, que “a perspectiva de gênero é mais um argumento para aumentar os impostos sobre ganhos de capital”, já que “a redução [desses impostos] beneficia desproporcionalmente os homens”.¹⁷¹

Na Austrália, a sociedade civil está questionando os cortes de impostos para os ricos por beneficiarem principalmente os homens.¹⁷² Da mesma forma, quando se trata de justiça racial, a tributação da riqueza está sendo usada como ferramenta para enfrentar a herança do apartheid na África do Sul.¹⁷³

A segunda razão para tributar os ricos é aumentar a receita que os governos têm para gastar em políticas que reduzam a desigualdade e construam sociedades mais igualitárias e sustentáveis. Na atual crise do custo de vida, os impostos sobre as empresas mais ricas e lucrativas poderiam sustentar as muitas pessoas afetadas pelos preços inflacionados sem prejudicar a recuperação econômica. Isso evitaria medidas de austeridade, que recaem sobre a maioria da sociedade, principalmente os mais pobres, e aumentam a desigualdade. Os impostos sobre os mais abastados nos países mais ricos também poderiam aumentar a receita para ajudar seus governos a cumprir os compromissos existentes com a solidariedade internacional e o financiamento climático, e permitir outros investimentos muito necessários para combater a pobreza, a desigualdade, as mudanças climáticas e as crises humanitárias. Por exemplo, eles poderiam ajudar a enfrentar a crise de alimentos na África Oriental, onde as áreas mais atingidas estão caminhando para a fome generalizada.

O aumento dos gastos dos governos em setores que combatem a desigualdade, como saúde, educação e segurança alimentar, e para financiar a transição justa para um mundo de baixo carbono, é mais necessário agora do que nunca. Dado que os governos emitiram enormes quantidades de títulos da dívida e imprimiram trilhões de dólares, muitos dos quais acabaram nos bolsos dos mais ricos, há razões convincentes para recuperar esse dinheiro público através da tributação progressiva e aproveitá-lo na construção de um mundo mais igualitário. Para que isso seja possível, precisamos de transparência e participação cidadã na forma como os recursos são gastos (Veja o Quadro 6).

Além de reduzir a desigualdade, também há fortes razões para aumentar os impostos sobre os ricos com o objetivo de ajudar a combater a crise climática. Em 2020, a Oxfam e o Stockholm Environment Institute mostraram que o 1% mais rico gera mais emissões do que toda a metade mais pobre da humanidade e que sua participação nas emissões globais está crescendo rapidamente.¹⁷⁴ Em 2022, a Oxfam revelou uma nova análise mostrando que um bilionário emite um milhão de vezes mais carbono do que o cidadão médio.¹⁷⁵ Isso se deve, em grande parte, às emissões relacionadas às suas participações em algumas das maiores empresas – os bilionários têm duas vezes mais chances do que o investidor médio de investir em indústrias poluentes, como petróleo ou cimento.¹⁷⁶ Seus estilos de vida luxuosos e seus investimentos em uma economia dominada por combustíveis fósseis estão colocando a humanidade em risco de catástrofe climática, deixando bilhões de pessoas comuns, que têm responsabilidade mínima pelo colapso climático, para que enfrentem suas piores consequências. Tributar os ricos poderia reduzir as emissões insustentáveis que eles geram e diminuir seu poder e sua influência sobre uma economia viciada em combustíveis fósseis. Na prática, os impostos gerais sobre a riqueza e outros aplicados aos ricos representam tributação verde, pois reduzem o enorme consumo de carbono dessas pessoas. Além disso, conforme sugerido por importantes economistas, alíquotas de impostos muito mais altas sobre investimentos em indústrias poluidoras podem impedir bilionários e outros de investirem nelas.¹⁷⁷

Quadro 6: Transparência e participação cidadã no uso dos recursos públicos

Para garantir que os recursos arrecadados por meio de impostos sejam usados no interesse público, precisamos de governos e instituições confiáveis e passíveis de responsabilização. Instituições corruptas são mais vulneráveis a influências indevidas por parte de pessoas mais ricas, não têm bom desempenho na arrecadação de impostos e tendem a gastar menos em serviços sociais.¹⁷⁸ A transparência e a participação cidadã constituem uma ferramenta para incentivar a responsabilização das instituições públicas, prevenir a corrupção e a apropriação política na arrecadação e no uso de fundos públicos, e aumentar a confiança pública nos governos. De acordo com uma pesquisa da International Budget Partnership, apenas 31% dos países fornecem informações suficientemente detalhadas para os cidadãos e a sociedade civil entenderem como o orçamento trata a pobreza; apenas 14% dos governos apresentam seus gastos desagregados por gênero; e apenas oito países (de 120) têm canais formais para envolver comunidades carentes em processos orçamentários.¹⁷⁹ No entanto, a mesma pesquisa mostra que houve melhorias significativas em termos de transparência e que as reformas em alguns países – como República Dominicana, Benin, Nigéria e Gâmbia – estão mostrando que, se houver vontade política, querer é poder. Alguns exemplos coletados pela Oxfam mostram o sucesso de iniciativas de engajamento dos cidadãos em questões de impostos e verbas públicas. No Peru, uma campanha pública revelou como os recursos do Estado podem ser mais bem utilizados se forem direcionados a medicamentos e tratamentos de câncer para mulheres, em vez de benefícios fiscais para empresas farmacêuticas.¹⁸⁰ E em Uganda, atores da sociedade civil conseguiram obter do FMI e do Banco Mundial um compromisso renovado de trabalhar com a sociedade local na promoção de sistemas tributários justos e apoiar o engajamento dos cidadãos nos processos orçamentários, de transparência fiscal e de prestação de contas.¹⁸¹

2.4 Apoio crescente à tributação dos setores abastados

Cidadãos a favor de tributar os ricos

Pesquisas de opinião concluem repetidamente que a maioria das pessoas apoia o aumento da tributação dos ricos, e isso acontece em muitos países.¹⁸² Enquetes realizadas nos Estados Unidos mostram que, na última década, pela primeira vez, a maioria dos americanos afirmava que seu “governo deveria redistribuir a riqueza por meio de pesados impostos sobre os ricos”.¹⁸³ Estima-se que 80% dos cidadãos indianos também sejam a favor de aumentar a tributação sobre os ricos¹⁸⁴ e 85% dos brasileiros concordem com elevar os impostos sobre os super-ricos para financiar serviços essenciais.¹⁸⁵ Na África, 69% das pessoas pesquisadas em 34 países concordou que “é justo tributar mais os ricos do que as pessoas comuns, com o objetivo de financiar programas governamentais para beneficiar os pobres”.¹⁸⁶

Até mesmo alguns dos próprios super-ricos estão pedindo que os governos os tributem: em janeiro de 2022, mais de 100 milionários assinaram uma carta pedindo impostos mais altos.¹⁸⁷

As tentativas de aplicar impostos regressivos aos cidadãos comuns, em vez de tributar os ricos e as grandes empresas, também encontraram forte resistência cidadã. Nos últimos cinco anos, governos de todo o mundo enfrentaram protestos de movimentos sociais de massa que surgiram em oposição a impostos regressivos. No Líbano, as pessoas foram às ruas contra um novo tributo sobre os serviços de mensagens, apelidado de “imposto do WhatsApp”.¹⁸⁸ Na França, o movimento dos “coletes amarelos” surgiu como resposta aos aumentos injustos de impostos sobre combustíveis.¹⁸⁹ Houve protestos semelhantes no Equador¹⁹⁰ e no Cazaquistão,¹⁹¹ após o anúncio de cortes nos subsídios aos combustíveis para os mais pobres. Esse amplo apoio público à tributação dos mais ricos e a crescente oposição às políticas fiscais regressivas devem servir de alerta para governos de todo o mundo. É tempo de mudança.

Fim da linha para a economia do gotejamento?

Talvez ainda mais convincentes sejam as evidências de que o próprio establishment econômico está mudando.

Embora muitos governos tenham continuado reduzindo os impostos dos ricos e das empresas, na esperança de estimular novos investimentos mesmo diante de fortes evidências de que a economia do gotejamento não está funcionando,¹⁹² parece que há uma virada da maré. Opositores históricos da tributação dos mais ricos estão mudando de posição, e há uma onda de governos propondo medidas nesse sentido. Até o FMI mostrou em sua pesquisa que, “se a fatia dos 20% mais ricos aumenta, o crescimento do PIB na verdade diminui no médio prazo, o que sugere que os benefícios não gotejam”.¹⁹³

Em outubro de 2022, o governo britânico de então foi forçado a reverter suas promessas de cortar impostos para os ricos depois que os mercados financeiros despencaram em reação ao anúncio. Os planos receberam críticas generalizadas, com o FMI alertando que os cortes de impostos prometidos provavelmente aumentariam a desigualdade e não eram recomendados.¹⁹⁴ O Banco central do Reino Unido (*Bank of England*) também foi forçado a fazer uma intervenção de emergência de 65 bilhões de libras para evitar riscos materiais à estabilidade financeira do país.¹⁹⁵ E por fim, o chanceler e a primeira-ministra que prometeram os cortes de impostos foram forçados a renunciar.¹⁹⁶

Essa não é a única indicação de que as instituições internacionais estão mudando seus pontos de vista sobre a tributação dos ricos. Adotando uma postura semelhante à do FMI, o economista-chefe do Banco Central Europeu declarou recentemente que é a favor da cobrança de impostos mais altos das empresas e dos ricos para apoiar os mais atingidos pela crise energética.¹⁹⁷ Estudos do Banco Mundial mostraram que a redução de 1% ao ano no índice de Gini de cada país tem um impacto maior na pobreza global do que o aumento do crescimento anual desses países em um ponto percentual acima das previsões. Isso pode significar que tributar os ricos é mais eficiente para reduzir a pobreza do que estimular o crescimento.¹⁹⁸

No Sri Lanka, quando um conjunto de cortes não compensados de impostos sobre os mais ricos contribuiu para o calote da dívida do país em 2022, o FMI incentivou o governo a aumentar esses impostos.¹⁹⁹ Agora, o país se juntará a outros que avançam na tributação do patrimônio dos mais ricos, como Argentina,²⁰⁰ Bolívia²⁰¹ e Espanha.²⁰²

No Chile, o governo está discutindo uma reforma tributária que implementará um imposto sobre o patrimônio líquido a ser aplicado às maiores fortunas, aumentando o imposto sobre altas rendas (de trabalho e capital) para até 43% e elevando os impostos sobre as minas.²⁰³ Na Colômbia, reformas feitas

pelo governo incluíram um novo imposto sobre o patrimônio líquido de até 1,5%, aumentaram os impostos sobre os ganhos de capital (até 15% para cidadãos do país e 20% para estrangeiros) e empresas digitais estrangeiras, e criaram impostos sobre lucro inesperados no setor de energia, com alíquotas entre 5% e 15%.²⁰⁴ Esses dois países estão mostrando aos governos de todo o mundo que é possível tributar a riqueza. Sua liderança política pode desencadear um efeito dominó, criando um novo pacto fiscal que combata a desigualdade extrema e invista na construção de sociedades mais justas.

Outros países já estão cogitando a criação de impostos sobre o patrimônio. No Quênia, o novo presidente Willian Ruto retomou essa ideia para organizar o orçamento,²⁰⁵ e estão ocorrendo debates semelhantes no Canadá,²⁰⁶ na China,²⁰⁷ na Holanda²⁰⁸ e na Malásia.²⁰⁹

Quadro 7: Os bilionários magnatas da mídia protegem os interesses dos super-ricos

Com amplo apoio popular, por que uma medida lógica, como tributar os ricos, não chega ao topo da agenda política? Não é de surpreender que nem todos os super-ricos sejam favoráveis a pagar mais impostos e que tenham influência para proteger seus próprios interesses. Eles fazem isso diretamente, por meio de pressão informal sobre líderes políticos, bem como de doações políticas e lobby,²¹⁰ mas também indiretamente, através de seu controle e sua propriedade da mídia.

Na França, 11 bilionários possuem empresas de comunicação que representam mais de 80% dos jornais vendidos diariamente, 57% das participações no mercado de televisão e 47% do mercado de rádio.²¹¹ Nos Estados Unidos, um punhado de bilionários – entre eles Jeff Bezos, Michael Bloomberg e Rupert Murdoch – tem um controle significativo sobre grande parte das empresas jornalísticas do país.²¹² Uma parcela considerável da mídia do México pertence ao homem mais rico do país, Carlos Slim.²¹³ Antes de falecer em 2022, o ex-presidente Daniel Arap Moi, considerado um dos homens mais ricos²¹⁴ do Quênia, era dono de vários jornais de grande circulação, incluindo o *Standard*.²¹⁵ Na Índia, 72 canais de TV que atingem mais de 800 milhões de pessoas são de propriedade de um bilionário: Mukesh Ambani.²¹⁶

A concentração da propriedade da mídia nas mãos de alguns indivíduos super-ricos e o poder que isso lhes dá para influenciar os termos do debate político representam um grande desafio às reformas progressistas. Por exemplo, a economista francesa Julia Cagé documentou recentemente a forma como os meios de comunicação pertencentes ao bilionário francês e referência midiática Vincent Bolloré deram mais tempo de mídia a convidados que defendiam políticas de direita, incluindo políticas fiscais, defendidas pelo próprio Bolloré.²¹⁷

Capítulo 3: Como os países podem fazer os mais ricos pagarem mais impostos

Este capítulo propõe a quantidade de impostos que os mais ricos deveriam pagar como proporção de sua renda e descreve algumas das maneiras mais viáveis e baseadas na lógica, pelas quais os governos de todo o mundo – incluindo os dos países de baixa renda – poderiam agir agora para aumentar a tributação das pessoas mais abastadas. Examinamos diferentes impostos sobre renda e patrimônio. Ambos os tipos são necessários para conter a desigualdade econômica extrema e têm potencial para aumentar a receita de que os governos tanto precisam neste momento de crise. Por fim, examinamos o que os governos podem fazer para reprimir as várias maneiras pelas quais os mais ricos sonegam impostos.

Não estamos tentando oferecer um modelo ou uma abordagem de tamanho único para aumentar a tributação que recai sobre os ricos. Diferentes governos necessariamente adotarão abordagens diferenciadas e usarão distintas combinações de impostos para atingir o nível desejado de tributação dos mais ricos. O objetivo deste capítulo é mostrar as muitas opções viáveis que estão disponíveis aos governos.

3.1 Quanto imposto as pessoas mais ricas deveriam pagar?

Há um forte argumento para os governos aproveitarem a onda de impostos progressivos em vários países e inaugurarem uma era mais ampla de tributação progressiva, na qual os mais ricos paguem sua fatia justa. Embora os governos adaptem os detalhes mais sutis dos impostos de acordo com seus contextos nacionais, acreditamos que é necessário haver um nível de ambição mínimo para reduzir a extrema desigualdade econômica que vemos hoje e liberar os recursos necessários para combater a desigualdade e financiar a transição verde.

Renda

Em primeiro lugar, os impostos sobre a renda dos mais ricos devem ser aumentados em muito. Para reduzir significativamente os níveis de desigualdade econômica e aumentar a tão necessária receita proporcionada por essas pessoas para beneficiar a maioria, a Oxfam acredita que o 1% mais abastado deveria pagar pelo menos 60% em impostos sobre seus ganhos oriundos do trabalho e do capital. Para isso, será necessário pelo menos dobrar a atual média da alíquota marginal máxima, que é de apenas 31% sobre a renda pessoal de que mais ganha em 100 países,²¹⁸ e quadruplicar a alíquota sobre ganhos de capital, atualmente tributados em apenas 18%, em média, em 123 países.²¹⁹ Durante grande parte do século XX, alíquotas marginais de imposto de 60% ou mais sobre a renda pessoal dos ricos foram a norma.²²⁰ Além disso, o FMI inclui esses 60% em sua faixa de alíquotas ideais de imposto sobre a renda das pessoas físicas para aumentar a receita dos que mais ganham, enquanto Thomas Piketty e outros vão ainda mais longe, sugerindo uma alíquota ideal de 80%.²²¹

Além disso, essas pessoas que ganham mais, para além de um determinado patamar (por exemplo, quem ganha 5 milhões de dólares por ano ou pertence ao 0,1% superior) deveriam pagar uma alíquota marginal de pelo menos 75%. A principal intenção disso seria limitar os salários altos, bem como reduzir a proporção entre os mais altos e os médios para 20:1 e ajudar as sociedades a avançar em direção a um nível máximo de renda.

Patrimônio

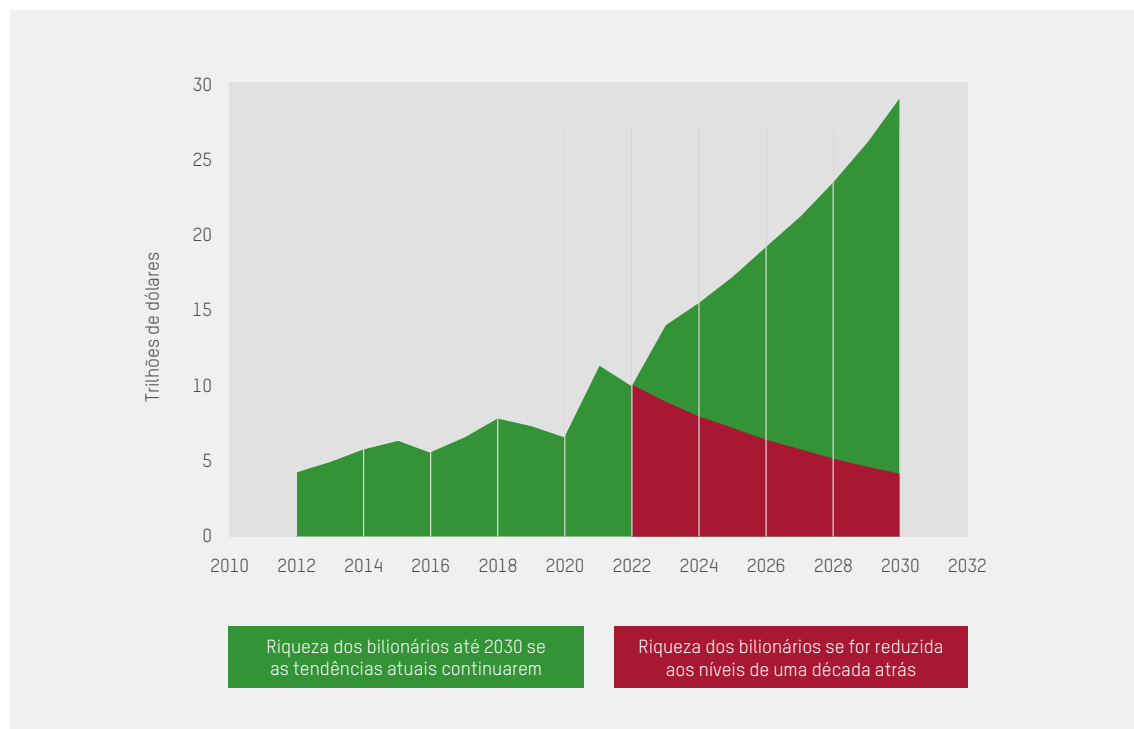
O patrimônio deve ser tributado de acordo com alíquotas que o redistribuam progressivamente e reduzam a desigualdade extrema em termos de riqueza. Isso reduziria em muito, por exemplo, o número de bilionários.

Essa tributação do patrimônio deve incluir impostos sobre herança altamente progressivos, que incidam sobre as maiores fortunas para impedir o surgimento de uma nova aristocracia, bem como tributos progressivos sobre a propriedade, incluindo a terra.

A Oxfam acredita que, como ponto de partida, o mundo deveria visar reduzir pela metade a riqueza e o número dos bilionários até 2030, aumentando os impostos sobre o 1% mais rico e adotando outras políticas de eliminação de bilionários, o que colocaria a riqueza e a quantidade dessas pessoas de volta aos níveis de apenas 10 anos atrás, em 2013.

A Figura 14 ilustra dois cenários: no primeiro, a riqueza bilionária continua crescendo no mesmo ritmo da última década; no segundo, impostos e outras medidas são usados para reduzi-la até onde ela se encontrava há 10 anos.

FIGURA 14: O OUTRO LADO DA MONTANHA: DOIS CENÁRIOS PARA A RIQUEZA BILIONÁRIA ATÉ 2030



Fonte: Cálculos da Oxfam com base na análise da Lista de Bilionários do Mundo da revista Forbes.²²²

3.2 Como tributar os ricos

3.2.1 A tributação dos rendimentos dos mais ricos

A Oxfam chama à tributação progressiva sobre os rendimentos dos mais ricos, incluindo os oriundos de:

1. Renda pessoal,
2. Ganhos de capital e
3. Ganhos de capital não realizados.

A ideia de *renda* é fundamental para se entender por que os super-ricos pagam menos impostos do que o resto de nós. Normalmente, as pessoas obtêm a maior parte de sua renda por meio de emprego ou trabalho autônomo, ou seja, de seu próprio esforço pessoal. No caso dos super-ricos, ela vem de fluxos financeiros que resultam de bens como terras, propriedades, empresas e ações. Por meio de juros, dividendos e ganhos no valor do capital que possuem, os ricos conseguem obter renda sem mexer um dedo, e essa renda *ganha sem esforço* tende a ser tributada por alíquotas muito mais baixas do que as que incidem sobre salários e remunerações – veja a seção 2.1.

Imposto progressivo sobre a renda das pessoas físicas

*Imposto sobre a renda das pessoas físicas (IRPF): É o imposto cobrado com base em salários e remunerações recebidos pelos indivíduos, incluindo renda financeira resultante de dividendos.*²²³

Para se alcançar um mundo em que os ultrarricos paguem pelo menos 60% de sua renda total em impostos, o IRPF deve ser concebido como um tributo progressivo.

Primeiro, as alíquotas deveriam aumentar gradativamente à medida que a renda sobe, para garantir que quem tem renda muito alta não fosse tributado pela mesma alíquota dos trabalhadores comuns ou empregados de classe média. A tendência nas últimas décadas tem sido inversa e, desde meados dos anos 90, cerca de 27 países adotaram impostos de alíquota única, o que significa que o mesmo percentual se aplica a todos, independentemente da renda.²²⁴ Em outros países, o IRPF tem faixas, mas elas são muito baixas para tributar efetivamente quem tem as rendas mais altas. Por exemplo, no Brasil, a alíquota marginal do IRPF é de 27,5% para rendimentos totais acima de 55.976 reais por ano.²²⁵ Isso se traduz em uma alíquota muito baixa para os super-ricos, em um país com altos níveis de desigualdade econômica e mais bilionários do que qualquer outro na América Latina.

Em segundo lugar, abatimentos, deduções e mecanismos de crédito tributário injustos, que beneficiam quem está nas faixas superiores de renda, devem ser descartados. No México, por exemplo, 86% dos abatimentos de despesas médicas e odontológicas beneficiam apenas os 10% mais ricos.²²⁶

Em termos globais, a média da alíquota marginal máxima do IRPF nas 100 maiores economias do mundo ainda é está em torno de apenas 31% para as rendas mais altas.²²⁷

Os dividendos são outro tipo de renda de pessoas físicas. O imposto sobre dividendos deveria ser, pelo menos, tão elevado quanto o imposto sobre os salários. Atualmente, no entanto, os dividendos tendem a ser tratados separadamente para fins fiscais, sendo tributados em apenas 41,7%, em média, nos países da OCDE.²²⁸ No Brasil, por exemplo, eles nem são tributados, de forma que profissionais liberais, como médicos e jornalistas, podem abrir empresas e receber dividendos para reduzir os impostos devidos.²²⁹ Tributar os dividendos por uma alíquota mais alta pode desestimular generosos pagamentos a acionistas em épocas de crise, conforme discutido no Capítulo 1 em relação ao setor de alimentos e energia. A tributação progressiva dos dividendos poderia gerar uma quantidade significativa de receita. A Oxfam investigou a escala desse potencial, estimando quanta receita a mais poderia ser gerada se 5 dos bilionários mais ricos pagassem um imposto de 60% sobre dividendos em vez do que pagam atualmente.

TABELA 1: ILUSTRAÇÃO DA RECEITA POTENCIAL QUE PODERIA SER OBTIDA DE CINCO BILIONÁRIOS, TODOS ELES ENTRE AS 20 PESSOAS MAIS RICAS DO MUNDO.

Nome	País	Patrimônio líquido (bilhões de dólares)	Alíquota de imposto sobre patrimônio líquido no país*	Receita gerada por um imposto de 5% sobre o patrimônio líquido dos bilionários (bilhões de dólares)**	Receita gerada por um imposto de 60% sobre dividendos (bilhões de dólares)***	Receita gerada por um imposto pago uma só vez, de 20%, sobre cinco anos de ganhos não realizados (2017-2022) (bilhões de dólares)****
Bernard Arnault	França	158	0	7,9	638	13,45
Mukesh Ambani	Índia	91	0	4,6	84	10,46
Gautam Adani	Índia	90	0	4,5	25	21,95
Carlos Slim	México	1	0	4,1	559	0,38
Françoise Bettencourt Meyers	França	75	0	3,8	229	4,94

* Os multimilionários franceses estão sujeitos a um imposto sobre o patrimônio não financeiro com uma alíquota marginal de 1,5%. Segundo a Bloomberg, o patrimônio não financeiro representa uma parcela desprezível da riqueza total dos bilionários apresentados na tabela.

** A alíquota de 5% foi escolhida para ilustrar o potencial de arrecadação.

*** A alíquota de 60% foi escolhida para ilustrar o potencial de arrecadação.

**** A alíquota de 20% segue a proposta do governo Biden e foi escolhida para ilustrar o potencial de arrecadação.

Fontes: Cálculo da Oxfam com base em dados de várias fontes.²³⁰

Ganhos de capital: tributar os rendimentos mais importantes para os mais ricos

Imposto sobre ganhos de capital (IGC): É cobrado do valor aumentado de um bem quando este é vendido. Os ganhos de capital mais comuns provêm de ações ou títulos.

Se quisermos que os mais ricos paguem uma alíquota mais alta, precisamos de impostos mais altos sobre todas as suas formas de renda. Para os super-ricos, ganhos de capital são muito mais importantes do que salários.

Por exemplo, nos Estados Unidos, esses ganhos, assim como juros e dividendos, representam mais da metade da renda do 0,1% mais rico.²³¹ Os ganhos de capital são distribuídos de forma ainda mais desigual do que a renda e a riqueza,²³² inclusive em um dos países mais igualitários do mundo, a Dinamarca, onde o 1% mais rico recebe mais da metade de todos os ganhos de capital.²³³

A análise da Oxfam sobre 123 países mostra que um em cada cinco não tributa ganhos de capital e que a alíquota média que incide sobre eles é de apenas 18% – muito menos do que os impostos sobre a renda decorrente do trabalho.²³⁴ Nossa pesquisa encontrou apenas três países que tributam mais a renda do capital do que a renda do trabalho,²³⁵ apesar de alguns terem feito isso no passado, por exemplo, os Estados Unidos (até 2018).²³⁶

Alíquotas baixas para impostos sobre ganhos de capital são características dos sistemas tributários de muitos países de baixa renda. Por exemplo, os ganhos de capital são atualmente tributados em apenas 5% no Quênia,²³⁷ onde o lobby intenso e a apropriação da política por interesses dos ricos fizeram dessa área uma das mais contestadas e pressionadas do código tributário por décadas.²³⁸ No entanto, na América Latina, uma nova onda de governos progressistas pretende aumentar a alíquota do imposto sobre ganhos de capital, o que poderia tornar a tributação muito mais justa.²³⁹

Ganhos de capital não realizados

Imposto sobre ganhos de capital não realizados: É cobrado sobre o aumento do valor de um bem que não foi vendido.

Em todo o mundo, os ganhos de capital só costumam ser tributados quando são *realizados*.

Os preços dos bens mudam constantemente, mas um ganho de capital é considerado “realizado” quando há uma transação e o ativo é vendido por um preço maior do que o valor pelo qual foi comprado. Se o preço de um ativo aumentar, mas o ativo não for vendido, trata-se de um ganho de capital não realizado.

A inexistência de um imposto sobre ganhos *não realizados* permite que os ricos acumulem valor a partir de seus ativos sem ter que pagar impostos sobre eles. Como mostra o exemplo na Tabela 1, na Índia, um imposto de incidência única sobre ganhos não realizados, cobrado de 2017 a 2021 de apenas um bilionário, Gautam Adani, poderia ter arrecadado 21,95 bilhões de dólares – o suficiente para empregar mais de cinco milhões de professores do ensino fundamental na Índia.²⁴⁰

Quem se opõe à tributação de ganhos não realizados argumenta que não eles não são “dinheiro real”. No entanto, os ativos (financeiros, imobiliários, etc.) podem ser usados como garantia para a obtenção de empréstimos; portanto, na prática, representam “dinheiro real” para os mais ricos. Um exemplo recente aconteceu quando Elon Musk fez empréstimos para comprar o Twitter dando como garantia suas ações da Tesla.²⁴¹

Ao contrário dos outros tributos descritos neste relatório, o imposto sobre ganhos não realizados ainda é um conceito relativamente novo e precisaria ser examinado e analisado de forma cuidadosa antes de ser implementado. Esse imposto poderia ser cobrado uma só vez, sobre ganhos não realizados obtidos ao longo de vários anos, ou poderia ser concebido como um imposto recorrente sobre ganhos não realizados anuais.

Quadro 8: Como Jeff Bezos consegue pagar menos de 1% de imposto?

Em 2021, declarações de impostos vazadas²⁴² mostraram que Jeff Bezos – um dos homens mais ricos do mundo – estava pagando uma “alíquota real de impostos” de menos de 1% (0,98%) ao incluir ganhos de capital não realizados em sua renda. Como isso é possível? Uma das principais razões é que, em vez de pagarem a si mesmos um salário alto, bilionários como Bezos ganham a maior parte de seu dinheiro quando aumenta o valor das ações que possuem. Esses ganhos são tributados apenas se eles venderem as ações; enquanto isso, eles podem contrair empréstimos para financiar seu consumo.²⁴³

Um estudo sobre as 400 famílias mais ricas dos Estados Unidos descobriu que, considerando ganhos não realizados, a alíquota real de imposto paga por elas era de apenas 8,2%.²⁴⁴ Para os 25 cidadãos americanos mais ricos, uma investigação da ProPublica revelou uma “alíquota real de impostos” de apenas 3,4%.²⁴⁵

Além disso, os brancos ricos normalmente se beneficiam desproporcionalmente da inexistência de tributação sobre ganhos de capital não realizados. Por exemplo, nos Estados Unidos, as famílias brancas representam 89% das que ganham mais de 2 milhões de dólares dessa forma.²⁴⁶

No entanto, já foram apresentadas propostas para resolver isso. O presidente dos Estados Unidos, Joe Biden, incluiu ganhos de capital não realizados em uma proposta de 2021 para estabelecer uma alíquota mínima de 20% sobre indivíduos com mais de 100 milhões de dólares em patrimônio líquido.²⁴⁷ Embora essa proposta não tenha sido aprovada, a tributação sobre ganhos de capital não realizados entrou em discussão em países de todo o mundo.

Esse imposto tem um enorme potencial de arrecadação. Os renomados economistas Gabriel Zucman e Emmanuel Saez estimam que um imposto único sobre os ganhos de capital não realizados cobrado apenas dos 1.000 cidadãos americanos mais ricos poderia gerar mais de 1 trilhão de dólares em receita,²⁴⁸ o que é mais de cinco vezes o total mundial da ajuda oficial ao desenvolvimento em 2021, de 178,9 bilhões de dólares.²⁴⁹

3.2.2 Tributar o patrimônio dos mais ricos

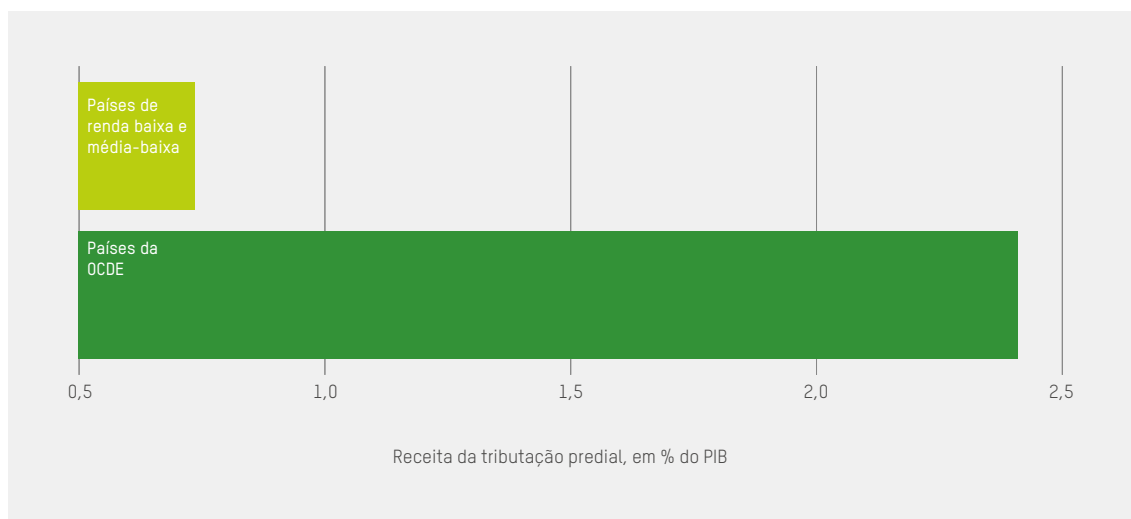
A Oxfam chama à tributação progressiva do patrimônio – em outras palavras, tributar as fortunas dos ricos. Analisamos três impostos importantes que podem ser usados para esse fim:

1. Imposto predial e territorial;
2. Imposto sucessório; e
3. Imposto sobre o patrimônio líquido.

Imposto predial e territorial

Imposto predial e territorial: Imposto calculado com base no valor de imóveis, terras e prédios.

O imposto predial e territorial tende a ser progressivo porque a propriedade imobiliária geralmente é concentrada nas mãos dos ricos. Também é considerado um imposto muito eficiente porque a esse tipo de propriedade é bastante inamovível, e um imposto sobre ela pode incentivar o uso produtivo de terras, terrenos ou prédios. Torná-lo progressivo é uma maneira fácil de atingir os muito ricos. Outra estratégia é²⁵⁰ simplesmente isentar imóveis abaixo de um determinado valor.

FIGURA 15: RECEITA DA TRIBUTAÇÃO PREDIAL, EM % DO PIB

Fonte: Coplin, N. e Nwafor, A. (2019).²⁵¹

O potencial do imposto predial e territorial para aumentar a arrecadação é especialmente alto em países de renda baixa e média-baixa, como ilustra a Figura 15. Os países latino-americanos, por exemplo, arrecadam uma pequena fração de sua receita potencial – 0,5% do PIB em média – enquanto uma aplicação integral poderia gerar receitas de 1,5 a 2% do PIB.²⁵² Se todos os países de renda baixa e média-baixa arrecadassem tanta receita com esses impostos quanto o Marrocos, onde ele representa 1,26% do PIB, eles poderiam coletar mais 17,6 bilhões de dólares.²⁵³

Imposto sobre herança

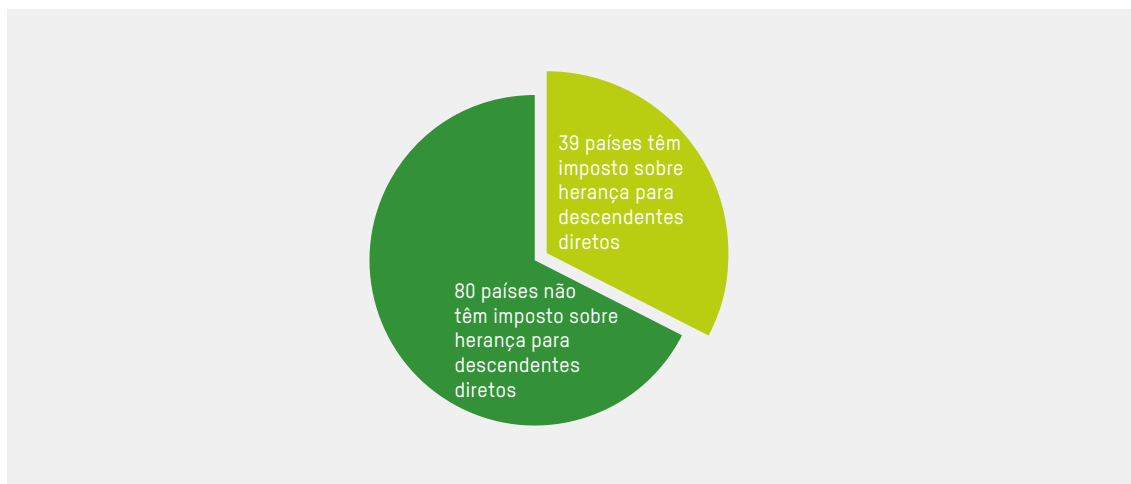
Imposto sobre herança: Também conhecido como imposto sucessório, é cobrado sobre o valor líquido de todos os bens (bens imóveis, ativos financeiros, contas bancárias, bens tangíveis – por exemplo, iates) transferidos para outra pessoa após a morte de um indivíduo. É pago por quem herda o patrimônio.

Do ponto de vista do beneficiário, a herança talvez seja o exemplo mais claro de renda ganha sem esforço, que se recebe apenas em função da loteria do nascimento. Do ponto de vista da pessoa que deixa uma herança, esse é um imposto sobre seu patrimônio.

A injustiça atual e o potencial futuro dos impostos sobre herança são realmente muito grandes. Considere que metade dos bilionários do mundo (46%) é de países sem imposto sobre herança que se aplique ao patrimônio e a bens transferidos para descendentes diretos. Isso significa que esses indivíduos super-ricos (1.232 pessoas) poderão repassar uma fortuna combinada de 5 trilhões de dólares, totalmente isenta de impostos, para a próxima geração, mantendo a concentração de riqueza nas mãos das mesmas famílias e perpetuando a desigualdade. Isso é mais do que todo o PIB da África.²⁵⁴

Dos 119 países que analisamos, apenas 33% tributam a herança transferida para descendentes diretos (veja a Figura 16).²⁵⁵ Para países de renda baixa e média-baixa, o número é ainda menor: nenhum dos seis países de baixa renda com dados disponíveis tem imposto sobre herança aplicado a patrimônio e bens passados para descendentes diretos, e apenas 26% (oito em 31) dos países de renda média-baixa o têm.²⁵⁶

FIGURA 16: A PRESENÇA DO IMPOSTO SOBRE HERANÇA RELATIVO A PATRIMÔNIO E BENS REPASSADOS AOS DESCENDENTES DIRETOS EM 119 PAÍSES



Fonte: Cálculo da Oxfam com base em informações do PwC Worldwide Tax Summaries.²⁵⁷

O potencial para se reduzir verdadeiramente a desigualdade por meio de impostos sobre herança é considerável. Por exemplo, um terço dos bilionários de hoje obteve seu patrimônio por meio de herança.²⁵⁸

Um imposto sobre patrimônio líquido a ser cobrado sobre as fortunas de milionários e bilionários

Imposto sobre o patrimônio líquido: Cobrado sobre o patrimônio total acumulado por um indivíduo (acima de um determinado limite) com base no valor líquido de todos os ativos (menos dívidas), dentro do país ou no exterior: imóveis, depósitos bancários, ações de empresas, ativos financeiros ou bens tangíveis (por exemplo, joias, pinturas, iates).

Em termos gerais, a desigualdade de patrimônio é ainda maior do que a desigualdade de renda e, como este documento já ilustrou, atingiu níveis extremos. Isso não pode ser revertido tributando-se apenas a renda dos ricos;²⁵⁹ também precisamos tributar o estoque de patrimônio que eles possuem. Um *imposto sobre o patrimônio líquido* é a melhor e mais abrangente maneira de fazer isso.

O imposto sobre o patrimônio líquido pode assumir a forma de um tributo solidário de incidência única (como a contribuição solidária para a Covid-19, da Argentina²⁶⁰) ou ser cobrado de forma recorrente (como na Espanha, desde 2011²⁶¹).

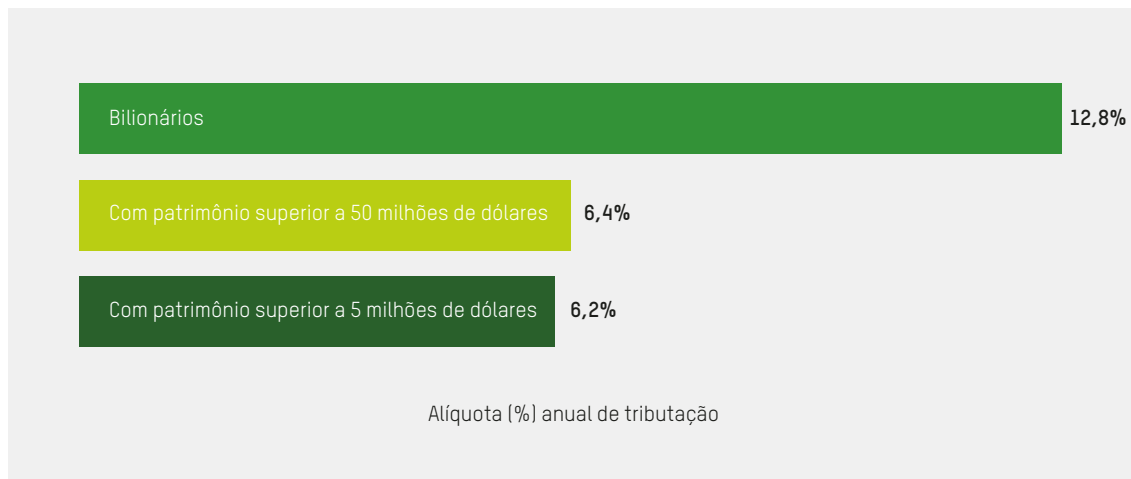
Precisamos de um imposto desse tipo para reduzir sistematicamente a quantidade e o patrimônio das pessoas muito ricas e reduzir essa desigualdade, o que, por sua vez, terá um enorme impacto positivo na sociedade e na eliminação da pobreza.

Para manter constante a riqueza dos bilionários nas últimas duas décadas, precisaríamos ter tido um imposto anual sobre o patrimônio líquido de mais de 8% em todos os países.²⁶² Para mantê-la constante nos últimos cinco anos (de 2016 a 2021), teria sido necessário um imposto anual sobre o patrimônio líquido de 12,8%.²⁶³

Hoje, se quisermos voltar aos níveis de riqueza dos bilionários de 2013, precisaremos de um imposto anual sobre o patrimônio líquido de 17,8%, a ser cobrado de agora até 2030.²⁶⁴

As alíquotas e combinações precisas de impostos sobre o patrimônio irão variar necessariamente de um país para outro, mas é preciso haver impostos elevados principalmente no topo, como mostra a Figura 17.

FIGURA 17: ALÍQUOTA (%) ANUAL DE TRIBUTAÇÃO NECESSÁRIA PARA MANTER CONSTANTE O PATRIMÔNIO DOS MUITO RICOS, 2016-2021



Fonte: Cálculo da Oxfam com base em dados da Wealth-X e Forbes.²⁶⁵

O FMI destacou o importante papel que os impostos sobre a riqueza podem cumprir na redução da desigualdade. Recentemente, o Fundo estimou que, em 21 países ricos e três economias “emergentes”, um imposto anual de apenas 1% sobre o patrimônio líquido poderia reduzir a parcela do 1% mais rico entre 1 e 2,5 pontos percentuais em um período de 20 anos, reduzindo a riqueza concentrada nas mãos deles em mais de 10%.²⁶⁶

Além disso, há um reconhecimento cada vez maior de que tributar os ricos por meio de impostos sobre o patrimônio é uma ferramenta poderosa não apenas para enfrentar a desigualdade econômica, mas também para atingir a justiça racial e de gênero.²⁶⁷

Também precisamos de um imposto líquido sobre o patrimônio para acessar a enorme quantidade de receita potencial para bens e serviços públicos que atualmente está trancada nos cofres e nos ativos dos mais ricos.

Juntamente com Insitute for Policy Studies, Patriotic Millionaires e Fight Inequality Alliance, a Oxfam usou dados da Wealth-X e da Forbes para calcular que um imposto sobre o patrimônio de 2% sobre os milionários do mundo, 3% sobre aqueles com mais de 50 milhões de dólares e 5% sobre os bilionários arrecadaria 1,7 trilhão de dólares por ano. Isso seria suficiente para colocar 2 bilhões de pessoas acima da linha de pobreza do Banco Mundial, que é de 6,85 de dólares por dia. Além disso, poderia preencher a lacuna de financiamento para apelos humanitários de emergência da ONU e financiar um plano global para acabar com a fome. O imposto também poderia ajudar a financiar perdas e danos causados pelo colapso climático a países de renda baixa e média-baixa, bem como proporcionar assistência médica universal e proteção social a todos os cidadãos desses países (3,6 bilhões de pessoas).²⁶⁸

Por exemplo, como mostra a Tabela 1, um imposto de 5% sobre o patrimônio líquido de apenas um homem, Carlos Slim, no México, poderia arrecadar 4,1 bilhões de dólares – o suficiente para empregar um quarto de milhão de professores mexicanos.²⁶⁹ Às vezes, argumenta-se que os impostos sobre o patrimônio são relevantes apenas em países de renda alta, mas as evidências indicam o contrário. A Tabela 2 mostra como o patrimônio é especialmente subtributado em países de renda baixa e média-baixa. Além disso, como porcentagem da receita tributária total, alguns desses países poderiam arrecadar mais receitas do que os países ricos a partir de um imposto sobre o patrimônio líquido, devido à grande desigualdade de riqueza e às reduzidas receitas fiscais totais.²⁷⁰

Por exemplo, estima-se que o potencial de aumento de arrecadação a partir de um imposto sobre o patrimônio na Índia e na Nigéria seja o dobro do que nos Estados Unidos e na França, como proporção de suas receitas fiscais. Um imposto de 2% sobre fortunas acima de 5 milhões de dólares e de 5% sobre fortunas acima de 1 bilhão poderia aumentar as receitas fiscais em 7% nos Estados Unidos e 3% na França, em comparação com 14% na Índia e 6% na Nigéria.²⁷¹ Além disso, na Nigéria e na Índia, essa receita poderia elevar os gastos com saúde em 14% e 32%, respectivamente.²⁷² O impacto disso seria extremamente

significativo, visto que essas duas nações, juntas, abrigam um terço da população mundial que vive na pobreza.²⁷³

Como visto na Seção 2.1, os impostos sobre o patrimônio líquido perderam apoio há muitos anos por causa da ortodoxia econômica neoliberal, mas agora despertam um renovado interesse por parte da OCDE, do FMI e do Banco Mundial, e de governos de todo o mundo. Vários países da América Latina estão implementando ou discutindo esse tipo de impostos.²⁷⁴

Tributar o patrimônio é necessário para tirar os países da crise atual. Simplificando, é lá que está o dinheiro.

TABELA 2: A RIQUEZA É PARTICULARMENTE SUBTRIBUTADA EM PAÍSES DE RENDA BAIXA E MÉDIA-BAIXA

Renda do país	Impostos sobre patrimônio, % do PIB
Países de renda baixa	0,69%
Países de renda média-baixa	1,74%
Países de renda média-alta	3,11%
Países de renda alta	5,89%

Fonte: Cálculo da Oxfam com base em dados da OCDE.²⁷⁵

Quadro 9: O papel do imposto sobre a renda das pessoas jurídicas na tributação dos ricos

O imposto sobre a renda das pessoas jurídicas (IRPJ) caiu de uma média de 47,5% em 1980 para 24,9% hoje.²⁷⁶ Ao contrário do IRPF ou do imposto sobre ganhos de capital, o IRPJ não é cobrado diretamente das pessoas ricas, mas sim sobre os lucros das empresas. Embora alguns se preocupem, com razão, de que o custo do IRPJ possa ser repassado aos trabalhadores, há evidências cada vez maiores de que os acionistas ricos pagam a maior parte.²⁷⁷

As maiores empresas do mundo têm suas sedes principalmente em países ricos; os lucros do comércio internacional vão desproporcionalmente para esses países e, mais precisamente, para os donos das empresas, que tendem a ser homens brancos ricos, de países ricos.

Dados do Chile sugerem que o impacto dos impostos diretos na redução da desigualdade aumenta de 16% para 20% quando se leva em conta o IRPJ,²⁷⁸ e um estudo constatou que, nos Estados Unidos, a desigualdade de renda aumentou quando esse imposto foi reduzido.²⁷⁹

Aumentar a alíquota do IRPJ é essencial para alcançar sistemas tributários progressivos,²⁸⁰ ainda mais no atual contexto de enormes lucros inesperados em muitos setores. Precisamos de alíquotas de imposto permanentemente mais altas sobre a renda das empresas e de impostos sobre lucros inesperados, de incidência única, sobre setores inteiros, com alíquotas ambiciosas para empresas que lucram durante períodos de crise. Por exemplo, em outubro de 2021, a Romênia estabeleceu um imposto sobre lucros inesperados de 80% para empresas geradoras de eletricidade e, em maio de 2022, a Grécia criou um imposto desse tipo de 90% sobre os lucros dos fornecedores de energia.²⁸¹ Ao mesmo tempo, precisamos de reformas do sistema tributário internacional para redistribuir os lucros das empresas de modo mais justo entre os países de alta e baixa renda, e garantir a participação significativa dos países de baixa renda nas negociações fiscais internacionais. Isso poderia ser alcançado adotando-se uma Convenção Tributária da ONU que incluísse um órgão tributário intergovernamental com participação universal. Por fim, precisamos que os países exijam relatórios públicos das empresas sobre cada país onde operam, como a Austrália planeja fazer,²⁸² para que saibamos onde as multinacionais realizam sua atividade econômica real e onde pagam impostos. Algumas empresas, como Orsted²⁸³ e Vodafone,²⁸⁴ já estão implementando isso voluntariamente.



Foto: Jana Martínez/Pixabay

3.2.3 Como impedir os mais ricos de sonegar impostos e assim encontrar a riqueza de que precisamos

No Capítulo 2, vimos que uma das técnicas dos ricos para evitar o pagamento de impostos é esconder seus bens e seu patrimônio em paraísos fiscais. Os críticos da tributação dos ricos afirmam que ela não funciona porque os mais ricos simplesmente transferem suas fortunas para esses territórios. Para efetivamente cobrar impostos dessas pessoas, os governos devem tomar medidas que desmantelem o sigilo fiscal e tributem patrimônio e ativos no exterior. As ferramentas já existem; só precisamos de vontade política para implementá-las em níveis nacional, regional e internacional. Uma vez que o sigilo não esteja mais à venda, será mais fácil tributar o patrimônio.

Registros públicos de beneficiários finais

Indivíduos ricos podem usar empresas e fundos fiduciários para ocultar a propriedade de ativos. As pessoas supostamente usam os fundos para manter o controle ou evitar o uso indevido de ativos, mas quando estão situados intencionalmente em jurisdições ultraprotetoras, eles podem facilmente ocultar patrimônio (para fins de tributação, herança ou outros) ou registrar ganhos indevidos. Uma das soluções é criar mais transparência em torno dos beneficiários finais (ou seja, os verdadeiros proprietários) de empresas e fundos, por meio de registros públicos de propriedade final. O Índice de Sigilo Financeiro da Rede de Justiça Fiscal mostra que mais países adotaram ou melhoraram suas leis de registro de beneficiários finais,²⁸⁵ mas ainda existem brechas, principalmente no caso de fundos fiduciários. Por exemplo, a União Europeia (UE) concordou em implementar registros públicos de propriedade final nos países-membros, mas nem todos estão cumprindo. Os fundos fiduciários não estão incluídos no registro público e, em novembro de 2022, o Tribunal de Justiça da União Europeia invalidou a norma que garante o acesso público à informação.²⁸⁶

Proibir empresas anônimas de fachada

As empresas anônimas de fachada não revelam seus verdadeiros proprietários e operam sem realizar nenhuma atividade econômica real. São ideais para ocultar patrimônio, transferir lucros ou ganhos ilícitos e, em última análise, minimizar os impostos a pagar. O escândalo OpenLux mostrou que um pequeno território como Luxemburgo pode ser um ímã para a riqueza mundial – ele abriga 279 dos 2 mil indivíduos mais ricos do planeta. Com uma população de apenas 625 mil habitantes, tem 55 mil empresas de fachada

(90% delas controladas por proprietários estrangeiros) no valor total de 6 trilhões de euros.²⁸⁷ Essas empresas anônimas podem não ter nenhuma atividade produtiva visível, mas costumam ser usadas para viabilizar a “propriedade” e registrar todos os tipos de ativos físicos e financeiros, de ações na bolsa a luxuosas mansões, passando por iates e obras de arte (veja o Quadro 4). Ganhos oriundos de ativos situados no exterior geralmente não são declarados, e ainda mais quando pertencem intencionalmente a empresas anônimas de fachada. Isso ocorre apesar de muitos códigos tributários estipularem que eles devem ser declarados no país de residência do contribuinte. Os governos devem criar leis que proíbam empresas anônimas de fachada, impedindo indivíduos ricos de usá-las para ocultar seus bens.

Criar um registro global de ativos

Como vimos no Quadro 4, o patrimônio no exterior é um fenômeno de grande escala.

Em 2022, o governo da Argentina estimou que uma contribuição temporária de 20% sobre o valor de todos os ativos no exterior não declarados, incluindo contas bancárias, propriedades, ativos financeiros e criptomoedas, poderia arrecadar até 20 bilhões de dólares.²⁸⁸

Há uma demanda cada vez maior por regulamentação que garanta que os verdadeiros proprietários de iates, mansões de luxo e outros ativos físicos sejam registrados e as informações sejam compartilhadas entre os órgãos fiscais do mundo. A solução é criar um amplo registro global de ativos, que inclua todos os tipos tradicionais de patrimônio (incluindo ativos físicos e financeiros) para conectar e centralizar a identificação.²⁸⁹ Um registro global de ativos seria um meio de registrar, quantificar e compreender a distribuição da riqueza global, além de dotar as autoridades fiscais de uma ferramenta para tributar ativos offshore.

Tornar o intercâmbio automático de informações mais abrangente e eficiente, e acessível a todos os países

Para quebrar o sigilo fiscal, vários países concordaram em intercambiar automaticamente informações sobre os verdadeiros donos de contas bancárias e empresas. A OCDE, que está monitorando o processo, afirma que ele teve êxito: até o final de 2019, haviam sido compartilhadas informações sobre 84 milhões de contas, totalizando 10 trilhões de euros.²⁹⁰ A autoridade fiscal argentina, por exemplo, tem liderado o intercâmbio automático de informações e sua disponibilização pública. Em 2020, trocou-as com 90 países e recebeu dados sobre cerca de meio milhão de contas bancárias.²⁹¹

No entanto, vários países ainda não fazem parte do mecanismo. Os de baixa renda, por exemplo, não podem acessar informações de outros países se não cumprirem determinados padrões. Os Estados Unidos também não fazem parte do mecanismo, apenas implementando trocas seletivas de informações de forma bilateral.²⁹² Para levantar integralmente o véu, mais países devem ser incluídos no mecanismo, com exigências menos rigorosas para países de baixa renda.

Fortalecer os órgãos da receita

Muitos países de baixa renda têm dificuldades para aumentar o nível de cumprimento das regras fiscais por seus indivíduos mais ricos devido à falta de capacidade e informações sobre os contribuintes e à pouca vontade política. Um passo na direção certa é criar uma unidade para indivíduos com elevado patrimônio líquido (HNWI, na sigla em inglês) dentro de um órgão fiscal para monitorar transações e propriedades de bens de alto valor, rendas decorrentes de aluguéis ou grandes empréstimos, a fim de facilitar auditorias de risco e verificações de conformidade. Uganda conseguiu aumentar a arrecadação de receitas desses indivíduos em 5 milhões de dólares no primeiro ano e em 11 milhões no segundo, após a criação de uma unidade especial.²⁹³ A África do Sul adotou um mecanismo para relatórios financeiros de terceiros (sobre renda de capital e propriedade) mesmo antes de implementar a devida legislação do imposto sobre o patrimônio líquido, o que dá ao órgão de Receita do país informações fundamentais para melhor mapear o perfil dos mais ricos do país e ajustar os sistemas de conformidade para o futuro.²⁹⁴

Capítulo 4: Conclusão e recomendações

A desigualdade é um fenômeno complexo e, como destacamos em nossa pesquisa anterior, é necessário um amplo leque de mudanças políticas e práticas para construir um mundo mais igualitário e redistribuir verdadeiramente o poder. Neste documento, no entanto, identificamos um passo ousado e importante que os governos poderiam dar para reduzir em muito a desigualdade e impulsionar o investimento em um futuro mais justo e sustentável para as pessoas e o planeta: aumentar a tributação dos mais ricos.

Isso está ao alcance dos governos de todo o mundo, e parece haver uma onda de tributação progressiva, que deve continuar crescendo e perdurar.

A Oxfam pede a governos e instituições internacionais que trabalhem juntos para implementar com urgência os cinco conjuntos de recomendações a seguir:

1. CRIAR IMPOSTOS SOLIDÁRIOS DE INCIDÊNCIA ÚNICA SOBRE O PATRIMÔNIO E IMPOSTOS SOBRE LUCROS INESPERADOS PARA IMPEDIR QUE SE LUCRE COM A CRISE

Hoje, bilhões de pessoas comuns estão sofrendo as consequências de múltiplas crises, enquanto indivíduos e empresas mais ricos enriquecem cada vez mais. Os governos poderiam arrecadar receitas fundamentais e impedir que os ricos lucrassem ainda mais com a crise, implementando impostos de incidência única sobre lucros excessivos e patrimônio. Isso implicaria:

- Tributar os lucros inesperados das empresas durante as crises, com um imposto ambicioso que abrangesse setores inteiros.
- Tributar urgentemente pagamentos de dividendos a acionistas ricos, com alíquotas muito mais altas. O imposto sobre renda oriunda de dividendos deve ser pelo menos tão elevado quanto o imposto sobre a renda de salários.
- Implementação de impostos solidários de incidência única sobre o patrimônio do 1% mais rico.

2. AUMENTAR PERMANENTEMENTE OS IMPOSTOS DO 1% MAIS RICO PARA UM MÍNIMO DE 60% DE SUA RENDA ORIUNDA DE TRABALHO E CAPITAL, COM ALÍQUOTAS MAIS ALTAS PARA MILIONÁRIOS E BILIONÁRIOS

Além de impostos solidários de incidência única sobre os mais ricos, os governos devem garantir que o 1% mais abastado pague permanentemente pelo menos 60% de impostos sobre toda a sua renda de trabalho e capital, e que super-ricos paguem alíquotas mais altas. Isso implicaria:

- Tributar ganhos de capital – renda oriunda de ações, participações, aluguéis e outras receitas das quais os ricos dependem desproporcionalmente – com alíquotas que sejam, pelo menos, tão altas quanto as que incidem sobre a renda do trabalho e, de preferência, maiores.
- Garantir que o sistema de imposto sobre a renda das pessoas físicas seja altamente progressivo e que as alíquotas aplicadas aos super-ricos sejam muito mais altas do que as dos trabalhadores comuns e empregados de classe média.
- Definir alíquotas máximas (alíquotas marginais) de pelo menos 75% sobre toda a renda pessoal para os que ganham mais (por exemplo, para quem ganha 5 milhões de dólares por ano, ou o 0,1% mais rico) para desestimular o pagamento de salários altíssimos a executivos.
- Eliminar isenções fiscais e brechas jurídicas em nossos sistemas tributários que beneficiem principalmente os ricos.

3. TRIBUTAR O PATRIMÔNIO DO 1% MAIS RICO SEGUNDO ALÍQUOTAS ALTAS O SUFICIENTE PARA REDUZIR A DESIGUALDADE

As elites mais ricas têm influência indevida sobre a formulação de políticas e sobre a política, o que lhes permite acumular ainda mais riqueza. Devemos romper esse ciclo vicioso, o que implicaria:

- Tributar o patrimônio segundo alíquotas altas o suficiente para reduzir as desigualdades de riqueza e reduzir sistematicamente o número e a fortuna dos super-ricos.
- Tributar de forma permanente o patrimônio líquido do 1% mais rico, segundo alíquotas mais altas para milionários, super-ricos.
- Adotar e implementar com eficácia impostos altamente progressivos sobre herança, terras imóveis, para nivelar o campo de jogo e impedir o crescimento de uma classe aristocrática.

4. DAR PODER ÀS ADMINISTRAÇÕES PÚBLICAS E TRIBUTÁRIAS PARA RASTREAR A RIQUEZA DAS PESSOAS E EMPRESAS MAIS RICAS

É impossível tributar os mais ricos, a menos que as autoridades públicas e tributárias tenham poder e apoio para identificar e rastrear o verdadeiro patrimônio das pessoas mais ricas. Isso implicaria:

- Revelar os verdadeiros donos da riqueza por meio de registros públicos dos donos reais de empresas e outras pessoas jurídicas, proibir empresas anônimas de fachada e implementar um registro global que revele os donos efetivos dos ativos físicos que os ricos usam para esconder seu patrimônio.
- Exigir que grandes empresas multinacionais divulguem lucros, receitas, número de funcionários e outras cifras financeiras importantes relativas a cada país onde operam, por meio de relatórios públicos.
- Dar poder às administrações tributárias, proporcionando-lhes financiamento adequado para garantir que os ricos paguem seus impostos, e estabelecer unidades especiais para tributar indivíduos de elevado patrimônio líquido.
- Melhorar o intercâmbio automático de informações, garantindo seu funcionamento eficaz também em países de baixa renda.

5. ROMPER A APROPRIAÇÃO DA POLÍTICA E GARANTIR PARTICIPAÇÃO IGUALITÁRIA NA FORMULAÇÃO DE POLÍTICAS FISCAIS

A menos que mudemos a forma como formulamos as políticas tributárias, a elite rica continuará se apropriando delas. Precisamos alterar o equilíbrio de poder para que as necessidades dos cidadãos comuns venham em primeiro lugar. Isso implicaria:

- Criar políticas tributárias mais transparentes e includentes, que eliminem a influência exagerada do 1% mais rico e reduzam as oportunidades para práticas corruptas, ao mesmo tempo em que criam um novo espaço para a participação significativa de muitos.
- Garantir a representação de grupos marginalizados nos processos de formulação de políticas tributárias, incluindo organizações feministas e de justiça racial, para abordar as desigualdades interseccionais inerentes aos nossos atuais sistemas tributários.
- Inaugurar uma nova era de regras tributárias internacionais mais ambiciosas e justas, adotando uma Convenção Tributária da ONU que inclua um órgão tributário intergovernamental com participação universal.

Por fim, a Oxfam pede que doadores e instituições internacionais ajudem os países a promover sistemas tributários progressivos e acabem com a prática de exigir reformas regressivas da política tributária como condições impostas a países de baixa e média renda que busquem seu apoio.

Notas

- 1 ProPublica. (8 de junho de 2021). *The Secret IRS Files: Trove of Never-Before-Seen Records Reveal How the Wealthiest Avoid Income Tax*. <https://www.propublica.org/article/the-secret-irs-files-trove-of-never-before-seen-records-reveal-how-the-wealthiest-avoid-income-tax>
- 2 Fonte: Oxfam in Uganda, projeto Fiscal Justice for Women and Girls.
- 3 *The Economist*. (12 de dezembro de 2022). *The pandemic's true death toll: Our daily estimate of excess deaths around the world* [para assinantes]. Acessado em 12 de dezembro de 2022. <https://www.economist.com/graphic-detail/coronavirus-excess-deaths-estimates>
- 4 Embora a riqueza extrema venha aumentando há muitos anos (veja a Seção 1.1), a pobreza extrema vinha caindo constantemente. Isso mudou com a Covid-19, que marcou o primeiro aumento da pobreza extrema em termos globais, em mais de duas décadas. World Bank. (2022). *Poverty and Shared Prosperity: Correcting Course*. <https://openknowledge.worldbank.org/bitstream/handle/10986/37739/9781464818936.pdf>
- 5 Veja a nota metodológica, estatística 1.5.
- 6 Veja a nota metodológica, estatística 1.5. A população da Índia é de 1,39 bilhão. Fonte: Dados do Banco Mundial. População total – Índia, disponível em <https://data.worldbank.org/indicator/SP.POP.TOTL?locations=IN>
- 7 Veja a nota metodológica, estatística 2.1.
- 8 FAO, IFAD, UNICEF, WFP e WHO. (2022). *The State of Food Security and Nutrition in the World 2022: Repurposing food and agricultural policies to make healthy diets more affordable*. Rome: FAO. <https://doi.org/10.4060/cc0639en>
- 9 Veja a nota metodológica, estatística 3.4.2.
- 10 Veja a nota metodológica, estatística 3.14
- 11 Veja a nota metodológica, estatística 3.22.
- 12 Uma multicrise global ocorre quando crises em múltiplos sistemas globais se tornam enredam em termos causais, de maneiras que degradem significativamente as perspectivas da humanidade.
- 13 World Bank. (2022). *Poverty and Shared Prosperity 2022: Correcting Course*, op. cit.; e World Bank. (5 de outubro de 2022). *Global Progress in Reducing Extreme Poverty Grinds to a Halt*. Nota à imprensa. <https://www.worldbank.org/en/news/press-release/2022/10/05/global-progress-in-reducing-extreme-poverty-grinds-to-a-halt>
- 14 Gourinchas, P-O. (11 de outubro de 2022). *Policymakers Need Steady Hand as Storm Clouds Gather Over Global Economy*. Blog do FMI. <https://www.imf.org/en/Blogs/Articles/2022/10/11/policymakers-need-steady-hand-as-storm-clouds-gather-over-global-economy>
- 15 UNDP. (2022). *Human Development Report 2021-2022*. <https://hdr.undp.org/content/human-development-report-2021-22>
- 16 Veja a nota metodológica, estatística 1.15.
- 17 Oxfam. (4 de novembro de 2022). *G20 must tackle the “cost of profit” crisis causing chaos worldwide*. Comunicado à imprensa. <https://www.oxfam.org/en/press-releases/g20-must-tackle-cost-profit-crisis-causing-chaos-worldwide#:~:text=In%202021%2C%20on%20average%2C%20poor,G20%2C%20are%2071%25%20loans>
- 18 Walker, J., et al. (2022). *The Commitment to Reducing Inequality Index 2022*. Oxfam and Development Finance International. DOI: 10.21201/2022.9325. <https://policy-practice.oxfam.org/resources/the-commitment-to-reducing-inequality-index-2022-621419/>
- 19 Veja a nota metodológica, estatística 1.2.
- 20 Veja a nota metodológica, estatística 1.5.
- 21 Veja a nota metodológica, estatística 1.4.
- 22 Credit Suisse. (2022). *Global Wealth Report 2022*. <https://www.credit-suisse.com/about-us/en/reports-research/global-wealth-report.html>
- 23 Veja a nota metodológica, estatística 1.14.
- 24 Bivens, J. (21 de abril de 2022). *Corporate profits have contributed disproportionately to inflation. How should policymakers respond?* Economic Policy Institute. Blog Working Economics. <https://www.epi.org/blog/corporate-profits-have-contributed-disproportionately-to-inflation-how-should-policymakers-respond/>; Unite. (2022). *Unite Investigates: Corporate profiteering and the cost of living crisis*. Os dados se referem ao período entre outubro de 2021 e março de 2022. <https://www.unite-theunion.org/media/4757/unite-investigates-corporate-profiteering-and-the-col-crisis.pdf>; e The Australia Institute. (18 de julho de 2022). *Profits Causing Inflation in Australia, Not Wages: European Central Bank & ABS Data Reveal*. <https://australiainstitute.org.au/post/profits-causing-inflation-in-australia-not-wages-european-central-bank-abs-data-reveal/>

- 25 Dolan, K.A. e Peterson-Withorn, C (orgs). (2022). *Forbes World’s Billionaires List: The Richest in 2022*. <https://www.forbes.com/billionaires/>.
- 26 Maitland, A., et al. (2022). *Carbon Billionaires: The investment emissions of the world’s richest people*. Oxfam. DOI: 10.21201/2022.9684. <https://policy-practice.oxfam.org/resources/carbon-billionaires-the-investment-emissions-of-the-worlds-richest-people-621446/>
- 27 Idem.
- 28 Veja a nota metodológica, estatísticas 1.10 e 1.11.
- 29 Veja a nota metodológica, estatística 3.9.
- 30 Veja a nota metodológica, estatística 3.1.
- 31 Veja a nota metodológica, estatística 3.2.
- 32 Veja a nota metodológica, estatística 3.4.2.
- 33 Veja a nota metodológica, estatística 3.23.
- 34 Veja a nota metodológica, estatística 3.15.
- 35 Veja a nota metodológica, estatística 3.14
- 36 Veja a nota metodológica, estatísticas 3.2 e 3.8.
- 37 Veja a nota metodológica, estatística 3.12.
- 38 ProPublica. (8 de junho de 2021). *The Secret IRS Files*, op. cit.
- 39 Idem.
- 40 Fonte: Oxfam in Uganda, op cit.
- 41 Saez, E. e Zucman, G. (2019). *The Triumph of Injustice: How the Rich Dodge Taxes and How to Make Them Pay*. New York: W. W. Norton & Company.
- 42 Veja a nota metodológica, estatística 3.22.
- 43 Oxfam. (11 de outubro de 2022). *New index shows governments worldwide stoked an inequality explosion during COVID-19 pandemic*. Comunicado à imprensa. [https://www.oxfam.org/en/press-releases/new-index-shows-governments-worldwide-stoked-inequality-explosion-during-covid-19#:~:text=The%202022%20Commitment%20to%20Reducing%20Inequality%20\(CRI\)%20Index%20is%20the,161%20governments%20during%2020%E2%80%93932022](https://www.oxfam.org/en/press-releases/new-index-shows-governments-worldwide-stoked-inequality-explosion-during-covid-19#:~:text=The%202022%20Commitment%20to%20Reducing%20Inequality%20(CRI)%20Index%20is%20the,161%20governments%20during%2020%E2%80%93932022)
- 44 Walker, P., Crerar, P. e Mason, R. (14 de outubro de 2022). *Liz Truss sacks Kwasi Kwarteng before corporation tax U-turn*. *The Guardian*. <https://www.theguardian.com/politics/2022/oct/14/liz-truss-press-conference-u-turn-corporation-tax-kwasi-kwarteng>
- 45 McCloskey, E. (5 de outubro de 2022). *Taxing the rich is really, really popular...everywhere*. Blog Patriotic Millionaires. <https://patrioticmillionaires.org/2022/10/05/taxing-the-rich-is-really-really-popular-everywhere>
- 46 Newport, F. (12 de Agosto de 2022). *Average American Remains OK With Higher Taxes on Rich*. Blog Gallup Polling Matters. <https://news.gallup.com/opinion/polling-matters/396737/average-american-remains-higher-taxes-rich.aspx>
- 47 Fight Inequality Alliance. (27 de Janeiro de 2022). *Every 8 out of 10 Indians want tax on the rich & companies profited during pandemic: Fight Inequality Alliance survey*. Comunicado à imprensa. <https://www.fightinequality.org/news/every-8-out-10-indians-want-tax-rich>
- 48 Oxfam Brasil. (14 de setembro de 2022). *Brasileiros defendem impostos sobre mais ricos para financiar renda e assistência social a quem mais precisa*. Comunicado à imprensa. <https://www.oxfam.org.br/noticias/brasileiros-defendem-impostos-sobre-mais-ricos-para-financiar-renda-e-assistencia-social-a-quem-mais-precisa/>
- 49 Isbell, T. (2022). *Footing the bill? Less legitimacy, more avoidance mark African views on taxation*. Afrobarometer. https://www.afrobarometer.org/wp-content/uploads/2022/02/pp78-pap6-less_legitimacy_more_avoidance_mark_africans_views_on_taxation-afrobarometer_policy_paper-28jan22.pdf
- 50 Oxfam. (19 de Janeiro de 2022). *Over 100 millionaires call for wealth taxes on the richest to raise revenue that could lift billions out of poverty*. Comunicado à imprensa. <https://www.oxfam.org/en/press-releases/over-100-millionaires-call-wealth-taxes-richest-raise-revenue-could-lift-billions>
- 51 Veja a nota metodológica, estatísticas 3.8 e 2.12.
- 52 Veja exemplo na seção 2.1 do relatório completo.
- 53 Veja a nota metodológica, estatística 3.17.
- 54 Slater, J. (2013). *The Cost of Inequality: How wealth and income extremes hurt us all*. Oxfam. <https://policy-practice.oxfam.org/resources/the-cost-of-inequality-how-wealth-and-income-extremes-hurt-us-all-266321/>

- 55 Veja a nota metodológica, estatística 1.1.
- 56 Veja a nota metodológica, estatística 1.2.
- 57 Veja a nota metodológica, estatística 1.3.
- 58 Veja a nota metodológica, estatística 1.4.
- 59 Veja a nota metodológica, estatística 1.5.
- 60 Veja a nota metodológica, estatística 1.6.
- 61 World Bank. (2022). *Poverty and Shared Prosperity 2022*, op. cit.
- 62 Dolan, K. A. e Peterson-Withorn, C. (orgs.). (2022). *Forbes World’s Billionaires List: The Richest in 2022*, op. cit.
- 63 Oxfam. (2022). *Pandemic of Greed: A wake-up call for vaccine equity at a grim milestone*. <https://www.oxfam.org/en/research/pandemic-greed>
- 64 O patrimônio dos bilionários está intimamente ligado ao desempenho nos mercados financeiros, pois a maior parte dele é mantida em ativos financeiros. As políticas com as quais governos e bancos centrais responderam à crise financeira de 2008 e à pandemia de Covid-19 elevaram o valor dos ativos financeiros, principalmente os retornos do mercado de ações, aumentando a riqueza de quem detém ativos financeiros. Veja, também, Chang, C-P, Feng, G-F e Zheng, M. (19 de abril de 2021). *Government Fighting Pandemic, Stock Market Return, and COVID-19 Virus Outbreak. Emerging Markets Finance and Trade*. Volume 57, 2021 – Edição 8. <https://doi.org/10.1080/1540496X.2021.1873129>
- 65 Recentemente, a riqueza dos bilionários voltou a aumentar: em novembro de 2022, havia crescido 6% em relação ao patamar de outubro de 2022. Veja a nota metodológica, estatística 1.14.
- 66 Veja a nota metodológica, estatística 1.7.
- 67 Veja a nota metodológica, estatística 1.8.
- 68 Veja a nota metodológica, estatística 1.9.
- 69 Credit Suisse. (2022). *Global Wealth Report 2022*. Op. cit.
- 70 Gneiting, U., Lusiani, N. e Tamir, I. *Power, profits and the pandemic: from corporate extraction for the few to an economy that works for all*. Oxfam. DOI: 10.21201/2020.6386. <https://policy-practice.oxfam.org/resources/power-profits-and-the-pandemic-from-corporate-extraction-for-the-few-to-an-econ-621044/>
- 71 M. Cohen, et al. (2022). *Fixing our food: Debunking 10 myths about the global food system and what drives hunger*. Oxfam. DOI: 10.21201/2022.9394. <https://policy-practice.oxfam.org/resources/fixing-our-food-debunking-10-myths-about-the-global-food-system-and-what-drives-621411/>
- 72 Bivens, J. (21 de abril de 2022). *Corporate profits have contributed disproportionately to inflation. How should policymakers respond?* Op. cit.
- 73 Unite. (2022). *Unite Investigates: Corporate profiteering and the cost of living crisis*. Os dados se referem ao período entre outubro de 2021 e março de 2022. Op. cit.
- 74 The Australia Institute. (18 de julho de 2022). *Profits Causing Inflation in Australia, Not Wages: European Central Bank & ABS Data Reveal*, op. cit.
- 75 CC00. (2022). Análisis de la inflación: *Los beneficios empresariales impulsan la escalada de los precios*. <https://www.ccoo.es/39cc044bf4810efa107916829e0e8d1c000001.pdf>
- 76 Veja a nota metodológica, estatística 2.1.
- 77 Dados do segundo trimestre de 2022. Fonte: US Federal Reserve. *DFA: Distributional Financial Accounts. Distribution of Household Wealth in the U.S. since 1989*. <https://www.federalreserve.gov/releases/z1/dataviz/dfa/distribute/table/#quarter:131;series:Corporate%20equities%20and%20mutual%20fund%20shares;demographic:net-worth;population:all;units:shares>
- 78 Veja a nota metodológica, estatística 1.12.
- 79 Veja a nota metodológica, estatística 1.13.
- 80 Embora a riqueza extrema venha aumentando há muitos anos (veja a Seção 1.1), a pobreza extrema vinha caindo constantemente. Isso mudou com a Covid-19, que marcou o primeiro aumento da pobreza extrema em termos globais, em mais de duas décadas. World Bank. (2022). *Poverty and Shared Prosperity 2022: Correcting Course*, op. cit.
- 81 Idem.
- 82 Idem.
- 83 World Bank Group. (2022.). *Commodity Markets Outlook. Pandemic, war, recession: Drivers of aluminium and copper prices*. <https://openknowledge.worldbank.org/bitstream/handle/10986/38160/CMO-October-2022.pdf>

- 84 UNDP. (7 de julho de 2022). *Global cost-of-living crisis catalyzed by war in Ukraine sending tens of millions into poverty, warns UN Development Programme*. Comunicado à imprensa. <https://www.undp.org/press-releases/global-cost-living-crisis-catalyzed-war-ukraine-sending-tens-millions-poverty-warns-un-development-programme>
- 85 FAO, IFAD, UNICEF, WFP e WHO. (2022). *The State of Food Security and Nutrition in the World 2022*, op. cit. Seção 2.3.
- 86 World Bank. (2022). *Poverty and Shared Prosperity 2022: Correcting Course*, op. cit.
- 87 Oxfam. (17 de julho de 2022). *Two-weeks increase in food billionaires’ wealth enough to fully fund East Africa hunger crisis response*. Comunicado à imprensa. <https://www.oxfam.org/en/press-releases/two-weeks-increase-food-billionaires-wealth-enough-fully-fund-east-africa-hunger#:~:text=Less%20than%20two%20weeks'%20worth,at%20merely%2016%20per%20cent>
- 88 FAO, IFAD, UNICEF, WFP e WHO. (2022). *The State of Food Security and Nutrition in the World 2022*, op. cit.
- 89 Idem.
- 90 World Food Program USA. (s. d.). Infográfico Women are Hungrier. <https://www.wfpusa.org/women-are-hungrier-infographic/>
- 91 FAO, IFAD, UNICEF, WFP e WHO. (2022). *The State of Food Security and Nutrition in the World 2022*, op. cit.
- 92 ILO. (2021). *ILO Monitor: COVID-19 and the world of work*. 7ª edição.
- 93 Oxfam India. (2022). *India Discrimination Report 2022*. <https://www.oxfamindia.org/knowledgehub/workingpaper/india-discrimination-report-2022>
- 94 Oxfam. (2021). *The Hunger Virus Multiplies: Deadly Recipe of Conflict, COVID-19 and Climate Accelerate World Hunger*. <https://www.oxfam.org/en/research/hunger-virus-multiplies-deadly-recipe-conflict-covid-19-and-climate-accelerate-world#:~:text=Today%2C%2011%20people%20are%20likely,at%207%20people%20per%20minute>
- 95 ILO. (2021). *An uneven and gender-unequal COVID-19 recovery: Update on gender and employment trends 2021*. https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---ed_emp/documents/publication/wcms_824865.pdf
- 96 Abed, D. e Kelleher, F. (2022). *The Assault of Austerity: How prevailing economic policy choices are a form of gender-based violence*. DOI: 10.21201/2022.9844. <https://www.oxfam.org/en/research/assault-austerity>
- 97 ILO. (2022). *ILO Monitor on the world of work*. 10ª edição. https://www.ilo.org/global/publications/books/WCMS_859255/lang--en/index.htm e OCDE. (2022). *OCDE Economic Outlook, Volume 2022, 2a tiragem: Versão preliminar*. https://www.oecd-ilibrary.org/sites/f6da2159-en/1/3/1/index.html?itemId=/content/publication/f6da2159-en&csp_=761d023775ff288a22ebcaaa183fbd6c&itemI60=oecd&itemContentType=book#figure-d1e780
- 98 Veja a nota metodológica, estatística 1.15.
- 99 Veja a nota metodológica, estatística 1.16.
- 100 CNBC. (13 de julho de 2022). *Cost-of-living crisis to hit women hardest, report says*. <https://www.cnbc.com/2022/07/13/cost-of-living-crisis-to-hit-women-hardest-report-says.html>
- 101 Richardson, J. e Reddyhoff, L. (2022). *A Living wage matters: the role of the living wage in closing ethnicity pay gaps*. Living Wage Foundation. <https://www.livingwage.org.uk/living-wage-mattersthe-role-living-wage-closing-ethnicity-pay-gaps>
- 102 ILO. (2022). *ILO Monitor on the world of work*. 10ª edição, op. cit.
- 103 Committee on Ways and Means, U.S. House of Representatives. (9 de fevereiro de 2022). *Experts Warn U.S. Economy is at Risk of Wage-Price Spiral*. <https://gop-waysandmeans.house.gov/experts-warn-u-s-economy-is-at-risk-of-wage-price-spiral/> ; e Benrath, B. (7 de outubro de 2022). *Nestle CEO Worries Wage Demands Will Result in More Inflation*. Bloomberg. <https://www.bloomberg.com/news/articles/2022-10-07/nestle-ceo-worries-wage-demands-will-result-in-more-inflation?sref=hXddX0ju>
- 104 ILO. (2022). *ILO Monitor on the world of work*. 9ª edição. https://www.ilo.org/global/publications/books/WCMS_845642/lang--en/index.htm
- 105 ActionAid. (2018). *Taxation of the informal sector*. https://actionaid.org/sites/default/files/publications/informal_sector_taxes.pdf
- 106 Walker, J., et al. (2022). *The Commitment to Reducing Inequality Index 2022*, op. cit.
- 107 A expressão “países em desenvolvimento” é usada aqui para refletir a formulação da fonte original. United Nations Inter-Agency Task Force on Financing for Development. (2021). *Financing for Sustainable Development Report 2021*. <https://www.un.org/en/desa/financing-sustainable-development-report>
- 108 Oxfam. (11 de outubro de 2022). *New index shows governments worldwide stoked an inequality explosion during COVID-19 pandemic*, op. cit.
- 109 Oxfam. (8 de outubro de 2020). *New global index shows catastrophic failure to tackle inequality left majority of world’s countries woefully unprepared for COVID-19*. Comunicado à imprensa. <https://www.oxfam.org/en/press-releases/new-global-index-shows-catastrophic-failure-tackle-inequality-left-majority-worlds>

- 110 Walker, J., et al. (2022). *The Commitment to Reducing Inequality Index 2022*, op. cit.
- 111 UNDP Data Futures Platform. (atualizado em fevereiro de 2022). *Impact of vaccine inequity on economic recovery*. <https://data.undp.org/vaccine-equity-archive/impact-of-vaccine-inequity-on-economic-recovery-2022/>
- 112 A expressão “países em desenvolvimento” é usada aqui para refletir a formulação da fonte original. United Nations Inter-Agency Task Force on Financing for Development. (2021). *Financing for Sustainable Development Report 2021*. Op. cit.
- 113 Georgieva, K. (13 de setembro de 2022). *CGD Talks: Compound Crises Call for Decisive Action*. Transcrição. <https://www.imf.org/en/News/Articles/2022/09/14/tr091322-cgd-transcript>
- 114 UNCTAD. (3 de outubro de 2022). *UNCTAD warns of policy-induced global recession*. <https://unctad.org/news/unctad-warns-policy-induced-global-recession>
- 115 Walker, J., et al. (2022). *The Commitment to Reducing Inequality Index 2022*, op. cit.
- 116 Abed, D. e Kelleher, F. (2022). *The Assault of Austerity*, op. cit.
- 117 D. Abed e A. Kamande. (2022). *The Assault of Austerity: Methodology note*. Oxfam. <https://oxfamlibrary.openrepository.com/bitstream/10546/621448/2/mn-assault-of-austerity-prevailing-economic-choices-are-gender-based-violence-221122-en.pdf>
- 118 Oxfam. (11 de outubro de 2022). *New index shows governments worldwide stoked an inequality explosion during COVID-19 pandemic*, op. cit.
- 119 Walker, J., et al. (2022). *The Commitment to Reducing Inequality Index 2022*, op. cit.
- 120 Veja a nota metodológica, estatística 3.1.
- 121 Saez, E. e Zucman, G. (2019). *The Triumph of Injustice*, op. cit.
- 122 Ibid; e Manning, A. (22 de abril de 2015). *The top rate of income tax*. Blog da LSE. <https://blogs.lse.ac.uk/politicsandpolicy/the-top-rate-of-income-tax-2/>
- 123 McNabb, K. e Granger, H. (2022). *Employment income tax in Africa: findings from a new dataset*. ODI. https://cdn.odi.org/media/documents/ODI-EITD_WP-JAN2022.pdf
- 124 OCDE. (27 de março). *Revenue Statistics in Latin America and the Caribbean 2018*, op. cit.
- 125 Veja a nota metodológica, estatística 3.2.
- 126 Egger, P. H., Nigai, S. e Strecker, N. M. (2019). *The Taxing Deed of Globalization*. *American Economic Review*. 2019, 109(2): 353-390. <https://pubs.aeaweb.org/doi/pdfplus/10.1257/aer.20160600>
- 127 Saez, E. e Zucman, G. (2019). *The Triumph of Injustice*, op. cit.
- 128 J. Blasco, Guillaud, E. e Zemmour, M. (2021). *La TVA réduit-elle l'efficacité des systèmes socio-fiscaux de redistribution?* Laboratoire interdisciplinaire d'évaluation des politiques publiques (LIEPP, Sciences Po), 2021, 51. <https://sciencespo.hal.science/view/index/identifiant/hal-03384746>
- 129 Figueroa, W. e Peña, W. (2017). *Implicaciones del aumento de la tasa del IVA/ISV sobre la pobreza, la igualdad y el bienestar: Una microsimulación para Guatemala, El Salvador y Honduras*. Instituto Centroamericano de Estudios Fiscales (Icefi). https://mail.icefi.org/sites/default/files/icefi_ints_implicaciones_del_aumento_a_la_tasa_del_iva.pdf
- 130 Thuncke, G. U. (2022). *Are consumers paying the bill? How international tax competition affects consumption taxation*. Research School of International Taxation, Eberhard Karls University of Tübingen. <https://www.rsit-uni-tuebingen.de/app/download/12209158997/RSIT-WP-03-22.pdf?t=1669377207>
- 131 Mishra, P. R. (14 de julho de 2021). *GST Has Increased India's Reliance on Indirect Taxes, Hurting the Poor*. The Wire. <https://thewire.in/economy/gst-india-indirect-taxes-inequality>; e The New Indian Express. (14 de Agosto de 2022). *In first two years of corporate tax cut, govt suffers Rs 1.84 lakh crore loss*. <https://www.newindianexpress.com/business/2022/aug/14/in-first-two-years-of-corporate-tax-cut-govt-suffers-rs-184-lakh-crore-loss-2487445.html>
- 132 Veja a nota metodológica, estatística 3.3.
- 133 Reinsberg, B. Stubbs, T. e Kentikelenis, A. (2020). *Taxing the People, Not Trade: the International Monetary Fund and the Structure of Taxation in Developing Countries*. *St Comp Int Dev* 55, 278-304. <https://link.springer.com/article/10.1007/s12116-020-09307-4>
- 134 Veja a nota metodológica, estatísticas 3.4.1 e 3.4.2.
- 135 World Bank. (2022). *Poverty and Shared Prosperity 2022: Correcting Course*, op. cit.
- 136 Fonte: Oxfam in Uganda, op cit.

- 137 Hartmands, A. (20 de julho de 2022). *Elon Musk vacationed on a superyacht off the coast of Greece. Here's a closer look at the luxurious boat, which rents for over \$7,000 per day*. Business Insider. <https://www.businessinsider.com/elon-musk-yacht-photos-greece-zeus-superyacht-2022-7?r=US&IR=T>. Veja, também, a nota metodológica, estatística 3.5.
- 138 Eisinger, J., Ernsthausen, J. e Kiel, P. (8 de junho de 2021). *The Secret IRS Files: Trove of Never-Before-Seen Records Reveal How the Wealthiest Avoid Income Tax*. ProPublica. <https://www.propublica.org/article/the-secret-irs-files-trove-of-never-before-seen-records-reveal-how-the-wealthiest-avoid-income-tax>
- 139 Jin, H. e Oguh, C. (28 de outubro de 2022). *Explainer: How Elon Musk funded the \$44 billion Twitter deal*. Reuters. <https://www.reuters.com/markets/us/how-will-elon-musk-pay-twitter-2022-10-07/>
- 140 Veja a nota metodológica, estatística 3.15.
- 141 Hardoon, D. (2015). *Wealth: Having It All and Wanting More*. Oxfam. <https://policy-practice.oxfam.org/resources/wealth-having-it-all-and-wanting-more-338125/>; Bonilla, L. (2018). *Captured Democracy: Government for the few – how elites capture fiscal policy, and its impacts on inequality in Latin America and the Caribbean (1990-2017)*. Sumário executivo. <https://oxfamilibrary.openrepository.com/bitstream/10546/620600/3/rr-captured-democracies-161118-sum-en.pdf>; e Fonger, J. (11 de agosto de 2021). *Corporations Are Spending Millions on Lobbying to Avoid Taxes*. Public Citizen. <https://www.citizen.org/news/corporations-are-spending-millions-on-lobbying-to-avoid-taxes/>
- 142 Kangave, J., et al. (2018). *What Can We Learn from the Uganda Revenue Authority's Approach to Taxing High Net Worth Individuals?* ICTD Working Paper 72. International Centre for Tax & Development. <https://www.ictd.ac/publication/what-can-we-learn-from-the-uganda-revenue-authoritys-approach-to-taxing-high-net-worth-individuals/>
- 143 European Public Service Union. (4 de junho de 2020). *As governments offer billions to corporations, tax control should be strengthened says EPSU*. Comunicado à imprensa. <https://www.epsu.org/article/governments-offer-billions-corporations-tax-control-should-be-strengthened-says-epsu>; e Frank, R. (17 de maio de 2022). *Just 2% of the richest Americans had their taxes audited in 2019, down from 16% in 2010*. <https://www.cnn.com/2022/05/17/super-wealthy-irs-tax-audits-plunge-over-decade-government-report-says.html>. A recém-aprovada Lei de Redução da Inflação e seu aumento de 80 bilhões de dólares no financiamento da Receita Federal dos Estados Unidos visa, em parte, resolver isso, inclusive arrecadando mais impostos que deixam de ser pagos pelos ricos. Fonte: Horsley, S. (14 de Agosto de 2022). *The IRS just got \$80 billion to beef up. A big goal? Going after rich tax dodgers*. NPR. <https://www.npr.org/2022/08/14/1117317757/irs-tax-evaders-dodgers-inflation-reduction-act-enforcement>
- 144 Alstadsæter, A., Johannesen, N., Zucman, G. (2018). *Who owns the wealth in tax havens? Macro evidence and implications for global inequality*. *Journal of Public Economics*, Volume 162, junho de 2018, páginas 89-100. <https://doi.org/10.1016/j.jpubeco.2018.01.008>
- 145 ICIJ. (3 de outubro de 2021). Pandora Papers. <https://www.icij.org/investigations/pandora-papers/>; e ICIJ. (3 de abril de 2016). Panama Papers. <https://www.icij.org/investigations/panama-papers/>
- 146 Alstadsæter, A., Johannesen, N. e Zucman, G. (2018). *Tax Evasion and Inequality*. *American Economic Review*. 2019, 109(6): 2073-2103. <https://gabriel-zucman.eu/files/AJZ2019.pdf>; e Brounstein, J. (2022). *Can countries unilaterally mitigate tax haven usage? Evidence from Ecuadorian transaction tax data*. Job Market Paper, 7 de novembro de 2022. https://jakobbrounstein.github.io/files/brounstein_jmp_taxevasionecuador.pdf
- 147 Alstadsæter, A., Johannesen, N. e Zucman, G. (2017). *Who Owns the Wealth in Tax Havens? Macro Evidence and Implications for Global Inequality*. *Journal of Public Economics*, op. cit.
- 148 Fitzgibbon, W., Cenziper, D. e Georges, S. (4 de outubro de 2021). *Suspect foreign money flows into booming American tax havens on promise of eternal secrecy*. ICIJ. <https://www.icij.org/investigations/pandora-papers/us-trusts-off-shore-south-dakota-tax-havens/>
- 149 Veja a nota metodológica, estatística 3.6.
- 150 Veja a nota metodológica, estatística 3.7
- 151 Idem.
- 152 World Bank. (2016). *Shared Prosperity Report 2016: Taking on Inequality*. <https://www.worldbank.org/en/publication/poverty-and-shared-prosperity-2016>
- 153 Walker, J., et al. (2022). *The Commitment To Reducing Inequality Index 2022*, op. cit.
- 154 Boissel, C. e Matray, A. (2021). *Dividend Taxes and the Allocation of Capital*. Princeton Economics. <https://economics.princeton.edu/working-papers/dividend-taxes-and-the-allocation-of-capital/>
- 155 International Land Coalition e Oxfam. (2020). *Uneven Ground: Land inequality at the heart of unequal societies*. Sumário Executivo. https://d3o3cb4w253x5q.cloudfront.net/media/documents/2020_11_land_inequality_synthesis_report_uneven_ground_summary_en_single_page.pdf

- 156 Diamond, P. e Saez, E. (2011). The Case for a Progressive Tax: From Basic Research to Policy Recommendations. *Journal of Economic Perspectives*, 25 (4): 165-90. <https://www.aeaweb.org/articles?id=10.1257/jep.25.4.165>; e CMI U4 Anti-Corruption Resource Centre. (6 de julho de 2017). *Correlation between corruption and inequality*. <https://www.u4.no/publications/correlation-between-corruption-and-inequality>
- 157 Veja a nota metodológica, estatística 1.10.
- 158 Idem.
- 159 Dados do segundo semestre de 2022. Fonte: US Federal Reserve. *DFA: Distributional Financial Accounts. Distribution of Household Wealth in the U.S. since 1989*, op. cit.
- 160 Veja a nota metodológica, estatística 1.11; e Seery, E. (2022). *Rising to the challenge: The case for permanent progressive policies to tackle Asia’s coronavirus and inequality crisis*. Oxfam. DOI: 10.21201/2022.8564. <https://policy-practice.oxfam.org/resources/rising-to-the-challenge-the-case-for-permanent-progressive-policies-to-tackle-a-621343/>
- 161 Combrink, T., e van Rossum, M. (2021). *Introduction: the impact of slavery on Europe – reopening a debate*. *Slavery & Abolition*, Volume 42, 2021, páginas 1-14. <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/0144039X.2021.1860462>
- 162 Hickel, J., et al. (março de 2022). *Imperialist appropriation in the world economy: Drain from the global South through unequal exchange, 1990-2015. Global environmental change*. <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S095937802200005X>
- 163 African Tax Administration Forum (ATAF). (2021). *African Tax Outlook – Edição 2021*. https://events.ataftax.org/index.php?page=documents&func=view&document_id=155
- 164 Na Índia, os dalits e os povos tribais não fazem parte das quatro *varnas* – Brahmin, Kshatriya, Vaishya e Shudra – do sistema de castas cujas raízes estão na doutrina hindu. As castas são um sistema de estratificação hierárquica das pessoas com base em sua ascendência. Dalits e pessoas tribais são considerados “impuros” e “intocáveis” por estarem fora das Varnas. O sistema foi oficialmente banido na Índia, mas ainda é influente. Ainda hoje, dalits e povos tribais enfrentam discriminação em todos os aspectos de suas vidas.
- 165 The quint world. (29 de agosto de 2017). *Direct Taxes Board Hasn’t Had a Dalit or Tribal Member in 30 Years*. <https://www.thequint.com/news/india/no-dalit-sc-st-employee-at-central-board-of-direct-taxes-in-past-30-yrs>
- 166 Veja, por exemplo, Oxfam em Uganda e SEATINI-Uganda. (13 de abril de 2022). *Fair Tax Monitor Uganda: A Gender Perspective*. <https://uganda.oxfam.org/latest/policy-paper/fair-tax-monitor-uganda-gender-perspective>; e Decolonising Economics em cooperação com Tax Justice UK e Tax Justice Network. (2022). *Tax as a Tool for Racial Justice*. <https://decolonisingeconomics.org/2022/09/09/tax-as-a-tool-for-racial-justice-report/>
- 167 Global Tax Justice. (2021). *Framing Feminist Taxation*. <https://globaltaxjustice.org/wp-content/uploads/2022/08/2021-06-02-Download-the-guide-in-English-EN-PDF.pdf>
- 168 Tax Justice Network Africa. (2011). *Taxation and Gender: Why does it matter?* Africa Tax Spotlight newsletter, primeiro trimestre, volume 2. https://www.taxjustice.net/cms/upload/pdf/Africa_Tax_Spotlight_5th_edition.pdf
- 169 Abed, D. e Kelleher, F. (2022). *The Assault of Austerity*, op. cit.
- 170 Sharpe, R. (2018). *Short-changed: How the IMF’s tax policies are failing women*. ActionAid. https://actionaid.org/sites/default/files/short-changed_final.pdf
- 171 Delgado Coelho, M., et al. (2022). *Gendered Taxes: The Interaction of Tax Policy with Gender Equality*. IMF. <https://www.imf.org/en/Publications/WP/Issues/2022/02/04/Gendered-Taxes-The-Interaction-of-Tax-Policy-with-Gender-Equality-512231>
- 172 Grudnoff, M. (2022). *Rich Man’s World: Gender Distribution of the Stage 3 Tax Cuts*. The Australia Institute. <https://australiainstitute.org.au/wp-content/uploads/2022/02/220214-Rich-mans-world-Stage-3-Tax-Cuts-Gender-Distribution-web.pdf>
- 173 Woolard, I. (2 de maio de 2019). *Economists think South Africa’s persistent inequality should be tackled with a wealth tax*. Quartz. <https://qz.com/africa/1610723/south-africas-inequality-can-be-fixed-with-a-wealth-tax>
- 174 Gore, T. (2020). *Confronting Carbon Inequality: Putting climate justice at the heart of the COVID-19 recovery*. Oxfam. <https://policy-practice.oxfam.org/resources/confronting-carbon-inequality-putting-climate-justice-at-the-heart-of-the-covid-621052/>
- 175 Maitland, A., et al. (2022). *Carbon Billionaires*, op. cit.
- 176 Idem.
- 177 Chancel, L., Piketty, T., Saez, E. e Zucman, G. (2022). *World Inequality Report 2022*. World Inequality Lab. https://wir2022.wid.world/www-site/uploads/2022/02/WIR_2022_FullReport.pdf
- 178 Mauro, P., Medas, P. e Fournier, J. M. (2019). *The True Cost of Corruption*. IMF Finance and Development. <https://www.imf.org/en/Publications/fandd/issues/2019/09/the-true-cost-of-global-corruption-mauro>

- 179 International Budget Partnership. (30 de maio de 2022). *Open Budget Survey 2021*. <https://www2.internationalbudget.org/open-budget-survey/open-budget-survey-2021>
- 180 Acción Internacional para la Salud e Oxfam in Peru. (2018). *The other fight against cancer: tax justice for women's health*. https://oi-files-cng-prod.s3.amazonaws.com/peru.oxfam.org/s3fs-public/file_attachments/The%20other%20fight%20against%20cancer.pdf
- 181 Olwenyi, J. e Schonewille, R. (2020). *Fiscal Accountability for Inequality Reduction (FAIR): Track Record Case Study Oxfam in Uganda*. https://oi-files-cng-prod.s3.amazonaws.com/uganda.oxfam.org/s3fs-public/file_attachments/FAIR%20Track%20Record%20Uganda%20.pdf
- 182 McCloskey, E. (5 de outubro de 2022). *Taxing the rich is really, really popular...everywhere*, op. cit.
- 183 Newport, F. (12 de Agosto de 2022). *Average American Remains OK With Higher Taxes on Rich*, op. cit.
- 184 Fight Inequality Alliance. (27 de Janeiro de 2022). *Every 8 out of 10 Indians want tax on the rich & companies profited during pandemic*, op. cit.
- 185 Oxfam Brasil. (14 de setembro de 2022). *Brasileiros defendem impostos sobre mais ricos para financiar renda e assistência social a quem mais precisa*, op. cit.
- 186 Isbell, T. (2022). *Footing the bill? Op. cit.*
- 187 Oxfam. (19 de janeiro de 2022). *Over 100 millionaires call for wealth taxes on the richest to raise revenue that could lift billions out of poverty*, op. cit.
- 188 BBC News. (7 de novembro de 2019). *Lebanon protests: How WhatsApp tax anger revealed a much deeper crisis*. <https://www.bbc.com/news/world-middle-east-50293636>
- 189 Oxfam France. (6 de dezembro de 2018). *Les inégalités : Terreau de la colère des gilets jaunes*. <https://www.oxfamfrance.org/actualite/les-inegalites-terreau-de-la-colere-des-gilets-jaunes/>
- 190 Llangari, J. (3 de outubro de 2019). *Ecuador protesters block roads over fuel subsidy cuts*. Reuters. <https://www.reuters.com/article/ecuador-protests-idUSL5N2605CK>
- 191 Kasturi, C. S. (13 de Janeiro de 2022). *Kazakhstan unrest highlights tricky terrain of fuel subsidy cuts*. Aljazeera. <https://www.aljazeera.com/economy/2022/1/13/kazakhstan-unrest-highlights-tricky-terrain-of-fuel-subsidy-cuts>
- 192 Hope, D. e Limberg, J. (2022). *The economic consequences of major tax cuts for the rich*. *Socio-Economic Review*, Volume 20, Edição 2, p. 539-559. <https://doi.org/10.1093/ser/mwab061>
- 193 Dabla-Norris, E., et al. (2015). *Causes and Consequences of Income Inequality: A Global Perspective*. IMF. <https://www.imf.org/en/Publications/Staff-Discussion-Notes/Issues/2016/12/31/Causes-and-Consequences-of-Income-Inequality-A-Global-Perspective-42986>
- 194 Darmanin, J. (28 de setembro de 2022). *IMF urges Liz Truss to think twice about UK tax-cutting plan*. Politico. <https://www.politico.eu/article/imf-urges-truss-to-think-twice-before-going-forward-with-tax-cutting-plan/>
- 195 Sillars, B. (28 de setembro de 2022). *Bank of England launches bond-buying programme to prevent 'material risk' to UK financial stability*. Sky News. <https://news.sky.com/story/bank-of-england-takes-action-to-restore-orderly-market-conditions-after-mini-budget-panic-12706827>
- 196 Walker, P., Crerar, P. e Mason, R. (14 de outubro de 2022). *Liz Truss sacks Kwasi Kwarteng before corporation tax U-turn*, op. cit.; e Reid, J. e Ward-Glenton, H. (20 de outubro de 2022). *UK Prime Minister Liz Truss resigns after failed budget and market turmoil*. CNBC. <https://www.cnbc.com/2022/10/20/uk-prime-minister-liz-truss-resigns-after-failed-budget-and-market-turmoil.html>
- 197 Arnold, M. (27 de setembro de 2022). *Tax the rich more to help victims of energy crisis, says ECB*. *Financial Times*. <https://www.ft.com/content/5e1f616e-8cc4-4678-9bc7-3a6616742b07> [para assinantes]
- 198 Lakner, C. et al. (2019). *How Much Does Reducing Inequality Matter for Global Poverty?* World Bank Group. Policy Research Working Paper 8869. <https://documents1.worldbank.org/curated/en/328651559243659214/pdf/How-Much-Does-Reducing-Inequality-Matter-for-Global-Poverty.pdf>
- 199 Asia Times. (24 de outubro de 2022). *Role of tax cuts in Sri Lankan crisis*. <https://asiatimes.com/2022/10/role-of-tax-cuts-in-sri-lankan-crisis/>; and IMF staff. (1º de setembro de 2022). *IMF Staff Reaches Staff-Level Agreement on an Extended Fund Facility Arrangement with Sri Lanka*. Press release. <https://www.imf.org/en/News/Articles/2022/09/01/pr22295-imf-reaches-staff-level-agreement-on-an-extended-fund-facility-arrangement-with-sri-lanka>
- 200 Olivera Doll, I. (4 de maio de 2022). *Argentina Wealth Tax Fought by the Rich Raises \$2.4 Billion*. Bloomberg. <https://www.bloomberg.com/news/articles/2021-05-03/argentina-wealth-tax-fought-by-millionaires-raises-2-4-billion#xj4y7vzkg> [para assinantes]
- 201 Orbitax. (4 de Janeiro de 2021). *Bolivia Approves New Wealth Tax*. <https://www.orbitax.com/news/archive.php/Bolivia-Approves-New-Wealth-Ta-44923>

- 202 Congreso de los Diputados. (24 de novembro de 2022). *El Pleno aprueba la Proposición de Ley de gravámenes temporales energético y de entidades de crédito y que crea el Impuesto de las Grandes Fortunas y lo remite al Senado*. Comunicado à imprensa. https://www.congreso.es/notas-de-prensa?p_p_id=notasprensa&p_p_lifecycle=0&p_p_state=normal&p_p_mode=view&_notasprensa_mvcPath=detalle&_notasprensa_notad=43733
- 203 EY Tax News Update. (10 de Agosto de 2022). *Chile's Congress to discuss tax reform proposal*. <https://taxnews.ey.com/news/2022-1212-chiles-congress-to-discuss-tax-reform-proposal?uAlertID=Sd%2F68rualoj6%-2F158EZ2AiA%3D%3D>
- 204 Informe de conciliación al Proyecto de Ley No. 118/2022 (Cámara) y 131/2022 (Senado) “Por medio de la cual se adopta una reforma tributaria para la igualdad y la justicia social y se dictan otras disposiciones”. Câmara de Deputados e Senado da Colômbia. <https://www.eltiempo.com/uploads/files/2022/11/11/Informe%20de%20conciliacion%20PL%20118-22C%20y%20131-22S%20Reforma%20Tributaria%20-1-.pdf>
- 205 Guguyu, O. (30 de setembro de 2022). *Ruto pledges wealth tax on tycoons to fix Kenya's budget*. The East African. <https://www.theeastafrican.co.ke/tea/business/ruto-pledges-wealth-tax-on-tycoons-to-fix-budget-3968128>
- 206 Nardi, C. (7 de abril de 2022). *Liberals to 'go further' targeting high-income earners with budget's new minimum income tax*. National Post. <https://nationalpost.com/news/politics/tax-federal-budget-2022>
- 207 Bloomberg. (20 de outubro de 2022). *Xi's Vow to Regulate Wealth Spurs Calls for Taxing the Rich*. <https://www.bloomberg.com/news/articles/2022-10-20/xi-s-vow-on-wealth-regulation-ignites-calls-for-taxing-the-rich#x-j4y7vzkg> [para assinantes]
- 208 Government of the Netherlands. (20 de setembro de 2022). *Tax Plan 2023: a better balance between tax on labour and tax on wealth*. Comunicado à imprensa. <https://www.government.nl/latest/news/2022/09/20/tax-plan-2023-a-better-balance-between-tax-on-labour-and-tax-on-wealth>
- 209 Malaysia Now. (3 de junho de 2022). *PSM tells how taxing nation's richest men can replenish lost GST revenue*. <https://www.malaysianow.com/news/2022/06/03/psm-tells-how-taxing-nations-richest-men-can-replenish-lost-gst-revenue>
- 210 Hardoon, D. (2015). *Wealth: Having It All and Wanting More*. Oxfam. <https://policy-practice.oxfam.org/resources/wealth-having-it-all-and-wanting-more-338125>; Bonilla, L. (2018). *Captured Democracy: Government for the few – how elites capture fiscal policy, and its impacts on inequality in Latin America and the Caribbean (1990-2017)*. Sumário executivo. <https://oxfamilibrary.openrepository.com/bitstream/10546/620600/3/rr-captured-democracies-161118-summ-en.pdf>; e Fonger, J. (11 de agosto de 2021). *Corporations Are Spending Millions on Lobbying to Avoid Taxes*. Public Citizen. <https://www.citizen.org/news/corporations-are-spending-millions-on-lobbying-to-avoid-taxes/>
- 211 Roche, M. e Thimonnier, M. (27 de fevereiro de 2022). *Est-il vrai que «90% des grands médias appartiennent à neuf milliardaires» ?* Libération. https://www.liberation.fr/checknews/est-il-vrai-que-90-des-grands-medias-appartiennent-a-neuf-milliardaires-20220227_7J3H2INMD5G0PBN7YJ77C33KRY/
- 212 Vinton, K. (1º de junho de 2016). *These 15 Billionaires Own America's News Media Companies*. Forbes. <https://www.forbes.com/sites/katevinton/2016/06/01/these-15-billionaires-own-americas-news-media-companies/?sh=797820e3660a>
- 213 Huerta Wong, J. E., et al. (2016). *Media Ownership and Concentration in Mexico*. In: *Who Owns the World's Media? Media Concentration and Ownership around the World*. Oxford Academic. <https://academic.oup.com/book/27756/chapter-abstract/197972956?redirectedFrom=fulltext>
- 214 Ndege, A. (26 de agosto de 2022). *Moi family shifts Sh520 million StanChart ownership*. Business Daily Africa. <https://www.businessdailyafrica.com/bd/corporate/companies/moi-family-shifts-sh520-million-stanchart-ownership-3926682>
- 215 Mwita, C. (25 de março de 2021). *The Kenya Media Assessment 2021*. Internews. https://internews.org/wp-content/uploads/legacy/2021-03/KMAReport_Final_20210325.pdf
- 216 Exchange 4 Media. (12 de agosto de 2019). *'72 TV channels owned by RIL have a reach of 800mn Indians'*. <https://www.exchange4media.com/media-others-news/72-tv-channels-owned-by-ril-have-a-reach-of-800mn-indians-98774.html>
- 217 Cagé, J. (2022). *Pour une télé libre : Contre Bolloré*. Éditions du Seuil. <https://www.seuil.com/ouvrage/pour-une-tele-libre-julia-cage/9782021497397>
- 218 Veja a nota metodológica, estatística 3.8.
- 219 Veja a nota metodológica, estatística 3.12.
- 220 Veja exemplos na Seção 2.1.
- 221 Abdel-Kader, K. e de Mooij, R.A. (2020). *Tax Policy and Inclusive Growth*. Working Paper No. 2020/271, <https://www.imf.org/en/Publications/WP/Issues/2020/12/04/Tax-Policy-and-Inclusive-Growth-49902>
- 222 Veja a nota metodológica, estatística 3.9.

- 223 Os tipos de renda considerados renda *pessoais* variam de país para país. Aqui, incluímos dividendos de ações e títulos, mas não é assim em todos os países. Em muitos deles, os dividendos são tributados como ganhos de capital.
- 224 Abdel-Kader, K. e de Mooij, R.A. (2020). *Tax Policy and Inclusive Growth*, op. cit.
- 225 55.976 reais (BRL) por ano = 4.664,68 BRL por mês. Ministério da Fazenda do Brasil. (21 de dezembro de 2021). IRPF (Imposto sobre a renda das pessoas físicas). <https://www.gov.br/receitafederal/pt-br/assuntos/orientacao-tributaria/tributos/irpf-imposto-de-renda-pessoa-fisica>
- 226 Secretaría de Hacienda y Crédito Público, México. (2022). *Renuncias Recaudatorias 2022*. https://www.finanzaspublicas.hacienda.gob.mx/work/models/Finanzas_Publicas/docs/congreso/infoanual/2022/drr_2022.pdf
- 227 Veja a nota metodológica, estatística 3.8.
- 228 Veja a Figura 3, p. 21, in Branzoli, N., et al. (2018). *The Taxation of Savings: The Italian System and International Comparison*. Banca d'Italia. Questioni di Economia e Finanza. [Occasional Papers] No. 464. https://www.bancaditalia.it/pubblicazioni/qef/2018-0464/QEF_464_18.pdf; & IMF. (2021). *A Fair Shot*. Fiscal Monitor, abril de 2021, op. cit.
- 229 Gobetti, S. W. e Orair, R. O. (2016). *Progressividade Tributária: A Agenda Negligenciada*. Ipea. http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/6633/1/td_2190.pdf. Observação: O relatório foi escrito antes da reeleição do Presidente Lula.
- 230 Veja a nota metodológica, estatística 3.10.
- 231 Stallworth, P. (18 de março de 2019). “*Let Me Tell You About The Very Rich. They Are Different From You And Me.*” TaxVox blog. Tax Policy Center. <https://www.taxpolicycenter.org/taxvox/let-me-tell-you-about-very-rich-they-are-different-you-and-me>
- 232 Saez, E., Yagan, D. e Zucman, G. (2021). *Capital Gains Withholding*. <https://gabriel-zucman.eu/files/SYZ2021.pdf>
- 233 Veja a nota metodológica, estatística 3.11.
- 234 Veja a nota metodológica, estatística 3.12.
- 235 Idem.
- 236 Saez, E. e Zucman, G. (2019). *The Triumph of Injustice*, op. cit.
- 237 De acordo com o orçamento do governo adotado em junho de 2022, a alíquota deve triplicar para 15% em 1º de janeiro de 2023, mas ainda não se sabe se as iniciativas contrárias a esses aumentos de impostos sobre ganhos de capital terão êxito mais uma vez no Quênia. Veja EY. (30 de junho de 2022). *Kenya enacts Finance Act, 2022*. https://www.ey.com/en_gl/tax-alerts/kenya-enacts-finance-act--2022
- 238 Mutava, C. N. e Wanjala, B. (2017). *Taxing for a more equal Kenya: A five point action plan to fight inequality*. Oxfam. https://cng-cdn.oxfam.org/heca.oxfam.org/s3fs-public/file_attachments/Taxing%20for%20a%20more%20equal%20Kenya%20Report.pdf
- 239 Por exemplo, Chile e Colômbia. Veja a Seção 2.4.
- 240 As estimativas sobre o salário médio anual de um professor de ensino fundamental na Índia variam de 2.579 a 4.373 dólares. Mesmo com a estimativa mais alta, isso sugere que mais de cinco milhões de professores poderiam ser empregados por um ano com 21,95 bilhões de dólares em receita tributária. Fontes: <https://www.ambitionbox.com/profile/teacher-salary>; <https://www.jobted.in/salary/primary-school-teacher>; <https://collegedunia.com/courses/bachelor-of-education-bed/salary-of-a-teacher-in-india>; <https://in.talent.com/salary?job=teacher>
- 241 Jin, H. e Oguh, C. (28 de outubro de 2022). *Explainer: How Elon Musk funded the \$44 billion Twitter deal*, op. cit.
- 242 ProPublica. (8 de junho de 2021). *The Secret IRS Files*, op. cit.
- 243 Gilbert, B. (13 de junho de 2021). *How billionaires like Jeff Bezos and Elon Musk avoid paying federal income tax while increasing their net worth by billions*. Business Insider. <https://www.businessinsider.com/how-billionaires-avoid-paying-federal-income-tax-2021-6>
- 244 Leiserson, G. e Yagan, D. (23 de setembro de 2021). *What Is the Average Federal Individual Income Tax Rate on the Wealthiest Americans?* The White House. <https://www.whitehouse.gov/cea/written-materials/2021/09/23/what-is-the-average-federal-individual-income-tax-rate-on-the-wealthiest-americans/>
- 245 Ernsthausen, J., Kiel, P. e Eisinger, J. (8 de junho de 2021). *How We Calculated the True Tax Rates of the Wealthiest*. ProPublica. <https://www.propublica.org/article/how-we-calculated-the-true-tax-rates-of-the-wealthiest>
- 246 ITEP. (14 de outubro de 2021). *Investment Income and Racial Inequality*. <https://itep.org/investment-income-and-racial-inequality/>

- 247 O presidente Biden tentou aprovar uma alíquota anual de 20% sobre a renda dos americanos mais ricos em 2022, criando um imposto anual sobre ganhos não realizados, cuja estimativa de arrecadação era de 360 bilhões de dólares em 10 anos. O projeto de lei não foi aprovado. Veja Sink, J. (26 de março de 2022). *Biden to propose 20% Tax Aimed at Billionaires, Unrealized Gains*. Bloomberg. <https://www.bloomberg.com/news/articles/2022-03-26/biden-to-propose-20-tax-aimed-at-billionaires-unrealized-gains?leadSource=uverify%20wall> [para assinantes]
- 248 Saez, E. e Zucman, G. (14 de abril de 2021). *How to Get \$1 Trillion from 1000 Billionaires: Tax their Gains Now*. University of California Berkeley. <https://eml.berkeley.edu/~saez/SZ21-billionaire-tax.pdf>
- 249 OCDE. (2022). *ODA Levels in 2021 – Dados preliminares*. <https://www.oecd.org/dac/financing-sustainable-development/development-finance-standards/ODA-2021-summary.pdf>
- 250 Por exemplo, o imposto predial na Irlanda é mais alto para imóveis com valor de mercado superior a 1,75 milhão de euros. Fonte: Irish Revenue Authority. (acessado em 27 de outubro de 2022). *Valuing your property*. <https://www.revenue.ie/en/property/local-property-tax/valuing-your-property/determining-lpt-charge.aspx>
- 251 Coplin, N. e Nwafor, A. (2019). *It's Not All About the Money: Domestic revenue mobilization, reducing inequality, and building trust with citizens*. DOI: 10.21201/2019.4382. Oxfam. <https://policy-practice.oxfam.org/resources/its-not-all-about-the-money-domestic-revenue-mobilization-reducing-inequality-a-620754/>
- 252 Ahmad, E., Brosio, G. e Jiménez, J. P. (2019). *Options for retooling property taxation in Latin America*. Macroeconomics of Development Series 202. ECLAC, Santiago de Chile. https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/45021/1/S1901021_en.pdf
- 253 Coplin, N. e Nwafor, A. (2019). *It's Not All About the Money*, op. cit.
- 254 Veja a nota metodológica, estatística 3.14.
- 255 Veja a nota metodológica, estatística 3.15.
- 256 Idem.
- 257 Idem.
- 258 Hardoon, D. (2017). *An Economy for the 99%: It's time to build a human economy that benefits everyone, not just the privileged few*. Oxfam. DOI: 10.21201/2017.8616. https://oi-files-d8-prod.s3.eu-west-2.amazonaws.com/s3fs-public/file_attachments/bp-economy-for-99-percent-160117-en.pdf
- 259 Por exemplo, um estudo feito em 2022, na Itália, revelou a alta probabilidade de que um imposto sobre o patrimônio dos 5% que mais ganham corrigisse a regressividade geral do sistema tributário do país. Atualmente, a alíquota efetiva total (levando em conta todos os impostos pagos) é regressiva para os 5% mais ricos, que desfrutam de uma alíquota efetiva menor do que os grupos de renda mais baixa. O estudo também constatou que mudanças no sistema de imposto de renda, por si sós, não conseguem corrigir essa regressividade. É necessário tributar a riqueza. Veja WID.world. (28 de fevereiro de 2022). *Income Inequality in Italy and Tax Policy Implications*. <https://wid.world/news-article/income-inequality-in-italy-and-tax-policy-implications/>
- 260 Em 2021, a Argentina adotou uma contribuição solidária de incidência única para a COVID-19, além de seu imposto recorrente sobre patrimônio líquido. PwC Worldwide Tax Summaries. (Última revisão, 31 de agosto de 2022). *Argentina: Individual – Other taxes*. <https://taxsummaries.pwc.com/argentina/individual/other-taxes>
- 261 Em 2011, o imposto sobre o patrimônio foi restabelecido temporariamente. Prorrogado anualmente até 2020 e, tornou-se permanente em 2021. Ley 11/2020, de 30 de diciembre, de Presupuestos Generales del Estado para el año 2021. Governo da Espanha. <https://www.boe.es/buscar/pdf/2020/BOE-A-2020-17339-consolidado.pdf>
- 262 Veja a nota metodológica, estatística 3.16.
- 263 Veja a nota metodológica, estatística 3.17.
- 264 Veja a nota metodológica, estatística 3.18
- 265 Veja a nota metodológica, estatística 3.17.
- 266 IMF. (2021). *Fiscal Monitor: A Fair Shot. Online Annex 2.1: Inequality, Social Mobility, and Educational Outcomes*. <https://www.imf.org/-/media/Files/Publications/fiscal-monitor/2021/April/English/onlineannex21.ashx>
- 267 Decolonising Economics, em cooperação com Tax Justice UK e Tax Justice Network. (2022). *Tax as a tool for racial justice*, op. cit. e Global Alliance for Tax Justice. (2021). *Framing Feminist Taxation*, op. cit.
- 268 Veja a nota metodológica, estatística 3.22.
- 269 Veja a nota metodológica, estatística 3.19.
- 270 Veja a nota metodológica, estatística 3.20.
- 271 Veja a nota metodológica, estatística 3.21.
- 272 Idem.
- 273 Katayama, R. e Wadhwa, D. (9 de Janeiro de 2019). *Half of the world's poor live in just 5 countries*. Blog do Banco Mundial. <https://blogs.worldbank.org/opendata/half-world-s-poor-live-just-5-countries>

- 274 Argentina, Bolívia, Chile, Colômbia, como visto na Seção 2.4.
- 275 Veja a nota metodológica, estatística 3.23
- 276 IMF. (2021). *A Fair Shot*. Fiscal Monitor, abril de 2021, op. cit.
- 277 World Bank. (2022). *Poverty and Shared Prosperity 2022*, op. cit, p. 169: “O IRPJ arrecada entre 2% e 3% do PIB, e a incidência provavelmente será progressiva. A incidência exata está aberta ao debate, mas estudos nas economias da OCDE mostram que os acionistas tendem a arcar com mais da metade do ônus, sendo o restante pago pelos trabalhadores ou consumidores. O fato de os acionistas geralmente pertencerem ao topo da distribuição de renda sugere que o IRPJ é progressivo, especialmente em economias mais pobres, onde os próprios trabalhadores de grandes empresas estão bem de vida.”
- 278 World Bank. (2022). *Poverty and Shared Prosperity 2022*, op. cit.
- 279 Nallareddy, S., Rouen, E. e Suárez Serrato, J.C. (2018). *Corporate Tax Cuts Increase Income Inequality*. Harvard Business School. https://www.hbs.edu/ris/Publication%20Files/18-101%20Rouen%20Corporate%20Tax%20Cuts_0a4626be-774c-4b9a-8f96-d27e5f317aad.pdf
- 280 World Bank. (2022). *Poverty and Shared Prosperity 2022*, op. cit.
- 281 Oxfam. (9 de setembro de 2022). *Oxfam Media Brief: the case for windfall taxes*. <https://www.oxfam.org/en/research/oxfam-media-brief-case-windfall-taxes>; e Sgaravatti, G., Tagliapietra, S. e Zachmann, G. (29 de novembro de 2022). *National fiscal policy responses to the energy crisis*. Bruegel. <https://www.bruegel.org/dataset/national-politics-shield-consumers-rising-energy-prices>
- 282 Commonwealth of Australia. (25 de outubro de 2022). Orçamento de outubro 2022-23. Página 17. https://budget.gov.au/2022-23-october/content/bp2/download/bp2_2022-23.pdf
- 283 Orsted. (fevereiro de 2022). *Orsted Annual report 2021*. <https://orstedcdn.azureedge.net/-/media/annual2021/annual-report-2021.ashx?rev=9d4904ddf4c44594adab627f7e4c62be&hash=69CE31C5D5935DD0DB46313E3BDEC952>
- 284 Vodafone. (acessado em novembro de 2022). *Tax and Economic Contribution*. <https://www.vodafone.com/about-vodafone/reporting-centre/tax-and-economic-contribution>
- 285 Bou Mansour, M. (17 de maio de 2022). *US tops financial secrecy ranking as 67 countries upend global progress on transparency*. Tax Justice Network. Comunicado à imprensa. <https://taxjustice.net/press/us-tops-financial-secrecy-ranking-as-67-countries-upend-global-progress-on-transparency/>
- 286 Fraiha Granjo, A. e Martini, M. (2021). *Access denied? Availability and accessibility of beneficial ownership data in the European Union*. Transparency International. <https://images.transparencycdn.org/images/2021-Report-Access-denied-Availability-and-accessibility-of-beneficial-ownership-data-in-the-European-Union.pdf>; Knobel, A. (2022). *Proposed Amendments to the EU AML Package Improving Beneficial Ownership Transparency*. Tax Justice Network. <https://taxjustice.net/wp-content/uploads/2022/03/Proposed-Amendments-to-the-EU-AML-Package-Tax-Justice-Network-March-2022.pdf>; e Transparency International. (22 de novembro de 2022). *EU Court Of Justice delivers blow to beneficial ownership transparency*. Comunicado à imprensa. <https://www.transparency.org/en/press/eu-court-of-justice-delivers-blow-to-beneficial-ownership-transparency>
- 287 Baruch, J., Ferrer, M., Vaudano, M. e Michel, A. (9 de fevereiro de 2021). *OpenLux: the secrets of Luxembourg, a tax haven at the heart of Europe*. *Le Monde*. https://www.lemonde.fr/les-decodeurs/article/2021/02/08/openlux-the-secrets-of-luxembourg-a-tax-haven-at-the-heart-of-europe_6069140_4355770.html
- 288 Página12. (29 de março de 2022). *Fondo de evasores para pagar la deuda: el proyecto del Frente de Todos, punto por punto*. <https://www.pagina12.com.ar/411464-fondo-de-evasores-para-pagar-la-deuda-el-proyecto-del-frente>
- 289 ICRIT. (2018). *A Roadmap for a Global Asset Registry*. <https://static1.squarespace.com/static/5a0c602bf-43b5594845abb81/t/5c988368eef1a1538c2ae7eb/1553498989927/GAR.pdf>
- 290 OCDE. (9 de dezembro de 2020). *International community reaches important milestone in fight against tax evasion*. Comunicado à imprensa. <https://www.oecd.org/tax/transparency/documents/international-community-reaches-important-milestone-in-fight-against-tax-evasion.htm>
- 291 Administración Federal de Ingresos Públicos (AFIP). (dados acessados em novembro de 2022). Estadísticas del intercambio al 31/12/2021. Governo da Argentina. <https://www.afip.gob.ar/fiscalidad-internacional/intercambio-de-informacion/con-otras-jurisdicciones/documentos/Estadisticas-intercambio-automatico-crs.pdf>
- 292 Brinson, R. E. (2019). *Is the United States Becoming the “New Switzerland”? Why the United States’ Failure to Adopt the OECD’s Common Reporting Standard is Helping it Become a Tax Haven*. 23 N.C. Banking Inst. 231 (2019). <https://scholarship.law.unc.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1482&context=ncbi>
- 293 Okecho Olwenyi, J. e Seery, E. (outubro de 2020). *Widening the Tax Base of Low-Income Countries: Taxing high-net-worth individuals in Uganda*. Oxfam. <https://policy-practice.oxfam.org/resources/widening-the-tax-base-of-low-income-countries-taxing-high-net-worth-individuals-621078/>
- 294 BusinessTech. (27 de março de 2022). *Big tax changes coming to South Africa*. <https://businesstech.co.za/news/government/570384/big-tax-changes-coming-to-south-africa/>; e South African Revenue Service. Third Party Data Submission Platform. <https://www.sars.gov.za/businesses-and-employers/third-party-data-submission-platform/>

A OXFAM é uma confederação internacional de 21 organizações nacionais, trabalhando com organizações parceiras e aliadas, alcançando milhões de pessoas em todo o mundo. Enfrentamos as desigualdades para acabar com a pobreza e as injustiças, hoje e no longo prazo - para um futuro mais igual. Para mais informações entrar em contato com a Oxfam Brasil (www.oxfam.org.br) ou outras afiliadas.

Oxfam África do Sul (www.oxfam.org.za)
Oxfam Alemanha (www.oxfam.de)
Oxfam América (www.oxfamamerica.org)
Oxfam Austrália (www.oxfam.org.au)
Oxfam Bélgica (www.oxfam.be)
Oxfam Brasil (www.oxfam.org.br)
Oxfam Canadá (www.oxfam.ca)
Oxfam Colômbia (lac.oxfam.org/countries/colombia)
Oxfam França (www.oxfamfrance.org)
Oxfam Grã Bretanha (www.oxfam.org.uk)
Oxfam México (www.oxfamMexico.org)
Oxfam Itália (www.oxfamitalia.org)
Oxfam Hong Kong (www.oxfam.org.hk)
Oxfam Íbis (Dinamarca) (www.oxfamibis.dk)
Oxfam Índia (www.oxfamindia.org)
Oxfam Intermón (Espanha) (www.oxfamintermon.org)
Oxfam Irlanda (www.oxfamireland.org)
Oxfam KEDV (Turquia) (www.kedv.org.tr)
Oxfam Nova Zelândia (www.oxfam.org.nz)
Oxfam Novib (Países Baixos) (www.oxfamnovib.nl)
Oxfam Quebec (www.oxfam.qc.ca)



OXFAM